

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Centro de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras
Mestrado em Linguagem, texto e imagem



Dissertação

“Deus me livre ter mais filhos”: a construção do sentido de *violência obstétrica* a partir dos discursos de mulheres e de médicas(os) obstetras

Suelen Aires Böettge

Pelotas, 2021

Suelen Aires Böettge

“Deus me livre ter mais filhos”: a construção do sentido de *violência obstétrica* a partir dos discursos de mulheres e de médicas(os) obstetras

Dissertação de Mestrado em Linguagem, texto e imagem, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Prof^ª Dr.^ª Daiane Neumann

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B111d Böettge, Suelen Aires

“Deus me livre ter mais filhos” : a construção do sentido de violência obstétrica a partir dos discursos de mulheres e de médicas(os) obstetras / Suelen Aires Böettge ; Daiane Neumann, orientadora. — Pelotas, 2021.

144 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Linguagem. 2. Discurso. 3. Sentido. 4. Violência obstétrica. I. Neumann, Daiane, orient. II. Título.

CDD : 469.5

Suelen Aires Böettge

“Deus me livre ter mais filhos”: a construção do sentido de violência obstétrica a partir dos discursos de mulheres e de médicas(os) obstetras

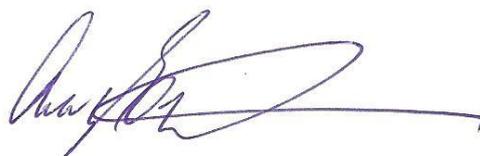
Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração Linguística Aplicada, do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 29 de novembro de 2021.

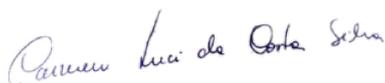
Banca examinadora:



Prof. Dra. Daiane Neumann
Orientador/Presidente da banca
Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dra. Aracy Graça Ernst
Membra da Banca
Universidade Federal de Pelotas



Prof. Dra. Carmem Luci da Costa
Silva
Membra da banca
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul



Prof. Dra. Marlete Sandra Diedrich
Membra da banca
Universidade de Passo Fundo

*Dedico este trabalho a todas as mulheres
que foram vítimas de violência obstétrica.*

Agradecimentos

*[...] E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
(Gonzaguinha - Caminhos do Coração)*

A Deus, por guiar meus passos durante toda minha vida.

A mim, pela persistência em todos os sentidos.

À professora Daiane Neumann, com quem aprendi a ler Benveniste e por ter me apresentado ao mundo da enunciação. Pela generosa orientação, pelos inúmeros ensinamentos e pela interlocução sempre permeada por muito aprendizado.

Às professoras do Centro de Letras e Comunicação que me receberam tão bem em suas disciplinas.

Às professoras Aracy Ernst (UFPel), Marlete Sandra Diedrich (UPF) e Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS), pela interlocução e por ajudarem na construção deste trabalho.

Ao amor da minha vida, por todas as vezes em que precisei deixá-la para me dedicar a este trabalho, minha filha amada, Isabella. Tudo por ela.

Ao meu marido, pelo apoio nos momentos de incerteza e medo. Por ser um verdadeiro pai para nossa filha.

À minha mãe, que sempre estava disposta a cuidar da neta com tanto amor.

À Carolina Peres, por ser meu “tu” nos momentos de desespero e por sempre estar disposta a escutar minhas inquietações.

A todas(os) que de alguma forma contribuíram para que esta dissertação fosse possível.

*[Eu-Tu/Ele] são nosso bem inalienável,
nosso bem comum, nossa única
verdadeira democracia (DUFOUR, 2000, p. 52).*

RESUMO

O presente trabalho pretende verificar como a *violência obstétrica* é significada no discurso de mulheres e de médicas(os) obstetras a partir do processo de sintagmatização e semantização do discurso, em que os elementos do discurso são engendrados para produzir o sentido intentado em torno da expressão *violência obstétrica*. Ao escreverem sobre suas experiências, as mulheres constroem uma imagem delas mesmas, o “eu”, e uma imagem do “tu”, numa relação intersubjetiva, “assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade” (BENVENISTE, 1976, p. 26). É nessa relação do homem com sua natureza e com outro homem por intermédio da linguagem, que a sociedade é estabelecida (Ibid., 1976). A linguagem é realizada dentro de uma língua, e por meio dela “o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma” (Ibid., p. 32); é essa transformação da cultura que os discursos das mulheres buscam quando ousam promover à existência uma realidade muitas vezes menosprezada, a da *violência obstétrica*. Para a elaboração deste trabalho, foram analisados cinco comentários de mulheres que testemunham a experiência da *violência obstétrica* no pré-parto e parto; esses relatos foram veiculados em uma página pública do *Facebook*, intitulada *Violência Obstétrica*. Com o objetivo de aprofundar as análises e discussões derivadas dos comentários selecionados, lançar-se-á mão de cinco fragmentos de entrevistas realizadas com médicas(os) obstetras em que se abordou o tema em questão. Tais fragmentos estão disponíveis na tese de doutorado sob título *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres*, de Virgínia Junqueira Oliveira. Nesse cotejo, será possível perceber como os dois grupos significam a *violência obstétrica* através de uma análise linguística, com base na discussão teórica de Émile Benveniste em *PLG I* (1976) e *PLG II* (1989), com o apoio de Dany-Robert Dufour (2000), no que tange à intersubjetividade, subjetividade e às três pessoas verbais: “eu-tu/ele”, que atravessam as relações estabelecidas entre a forma e o sentido, o domínio semântico e o domínio semiótico. Observou-se que a *violência obstétrica* é significada de maneiras diferentes pelas mulheres e pelas(os) médicas(os), com isso, há um embate entre os discursos. Os discursos das mulheres evocam o sentimento de medo, de terror, de horror, de impunidade, de desumanidade no tratamento dispensado à gestante no trabalho de parto e parto. Nos discursos das(os) médicas(os) obstetras há tentativa de negar que exista *violência obstétrica* na rotina de trabalho e há uma tentativa de criar uma imagem da mulher despreparada e desequilibrada que não obedece às decisões médicas.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem; discurso; sentido; *violência obstétrica*

ABSTRACT

The present work intends to verify how *obstetric violence* is signified in women's and obstetricians' speech according to the process of syntagmatization and semantization of speech, in which the elements of speech are engendered to produce the intended meaning around the expression of *obstetric violence*. When writing about their experiences, women built an image of themselves, the "I", and an image of "you", in an intersubjective relation "thus the situation inherent in the practice of language, namely that of exchange and dialogue, confers a double function on the act of discourse; for the speaker, it represents reality, for the hearer, it recreates that reality" (BENVENISTE, 1976, p. 26). And it is in this relationship between men and its nature and other men through language, that society is established. (Ibid., 1976). Language is performed within a language, and through it "man assimilates culture, spreads and transforms it" (Ibid., p. 32); it is this transformation of culture that women's speech seeks when they dare to promote the existence of an underestimated reality, of *obstetric violence*. So this work could be done, the comments of five women that witnessed the experience of *obstetric violence* in pre-labor and labor were analyzed; these reports were published on a *Facebook* page, entitled *Obstetric Violence*. In order to deepen the analysis and discussions derived from the selected comments, there will be used five fragments of interviews carried out with obstetricians in which the topic in question was addressed. Those fragments are available in the doctoral thesis by the title *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres*, by Virginia Junqueira Oliveira. In this collation, it will be possible to realize how two groups bring meaning to *obstetric violence* through a linguistics analysis, based on the theoretical discussion of Émile Benveniste in *PLG I* (1976) and *PLG II* (1989), with the support of Dany-Robert Dufour (2000), regarding intersubjectivity, subjectivity, and three verbal people: "I-you/he", that go through the established relationships between form and meaning, the semantic domain and the semiotic domain. It was observed that *obstetric violence* is signified in different ways by women and both male and female doctors, and given that, there is a great difference among their discourses. The discourses of women evoke the feeling of fear, horror, impunity, and inhumanity in the treatment given to the pregnant woman during labor. In the discourses of the doctors, there is an attempt to deny there is any *obstetric violence* in their work routine and there is an attempt of creating an image of unprepared and unbalanced women that do not obey medical decisions.

KEYWORDS: language; discourse; meaning; *obstetric violence*

Lista de imagens

Imagem 1: <i>Print screen</i> comentário 01	90
Imagem 2: <i>Print screen</i> comentário 02	96
Imagem 3: <i>Print screen</i> comentário 03	100
Imagem 4: <i>Print screen</i> comentário 04	107
Imagem 5: <i>Print screen</i> comentário 05	111

INTRODUÇÃO	10
I - ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ÁREA DE LETRAS E DA SAÚDE: QUESTÕES DE LINGUAGEM	19
I.I – Violência obstétrica: entendendo os primeiros usos da expressão	20
I.II - Violência obstétrica e os estudos da linguagem na área da Saúde	24
I.III - Violência obstétrica e os estudos da linguagem na área de Letras	29
II - TRILHANDO UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA TEORIA DE BENVENISTE	38
II.I Língua e linguagem na relação homem/sociedade/cultura	41
II.II A faculdade de simbolização inerente ao humano	50
II.III As categorias de pessoa, tempo e espaço em Benveniste	54
II.IV - A subjetividade em relação intrínseca com a intersubjetividade	60
II.IV.I - “Eu-tu/ele” em Dufour e suas contribuições para a compreensão do estabelecimento do laço social	66
II.IV.II - “Ele”, quem é e qual a sua importância para a relação intersubjetiva?	72
II.V - Processo de sintagmatização e semantização a partir da forma e do sentido	77
III - “DEUS ME LIVRE TER MAIS FILHOS”: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA EM TORNO DA EXPRESSÃO VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	85
III.I - Questões metodológicas	87
III.II - “Deus me livre de ter mais filhos”	89
III.II.I - “Tudo que entra, mãezinha, tem que sair”	96
III.II.II - “Não se falava sobre violência obstétrica”	100
III.II.III - “Queria lembrar do meu parto com alegria”	106
III.II.IV - “A impunidade é uma violência tão ruim ou pior”	111
III.III - “Hoje qualquer coisa é violência obstétrica”	116
III.III.I - “Hoje, quem manda é a paciente”	121
III.III.II - “É um pessoal difícil de trabalhar”	124
III.III.III - “Adquiri a fama de carrasco”	126
III.III.IV - “Eu não sou amigo, sou um médico extremamente sério”	128
CONSIDERAÇÕES	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar um tema bastante sensível, em especial, para as mulheres: a *violência obstétrica*. Para sua elaboração, serão analisados comentários de mulheres que testemunham a *violência obstétrica* no pré-parto e parto. Esses relatos foram veiculados em uma página pública do *Facebook* intitulada *Violência Obstétrica*. Com o intuito de expandirmos a discussão em torno da *violência obstétrica*, também serão analisados discursos de médicas(os) obstetras acerca do tema.

Após ser divulgada na página *Violência Obstétrica*, no dia dezoito de novembro de dois mil e dezenove, uma reportagem realizada pelo “Profissão Repórter” da rede *Globo* sobre realidades opostas em relação ao parto, em que se mostrou de um lado um parto humanizado e de outro um parto regado à *violência obstétrica*, mulheres de diferentes estados brasileiros escreveram comentários sobre também terem sido vítimas dessas mesmas violências, algumas delas só souberam que haviam sido vítimas, após assistirem à reportagem. São esses comentários que serão objetos de análise. Até a data em que os relatos foram coletados, o vídeo tinha mais de vinte e três mil visualizações e mais de três mil e setecentos comentários. O período de coleta dos dados foi de vinte de fevereiro de dois mil e vinte e um (20/02/2021) até vinte de março de dois mil e vinte e um (20/03/2021).

Essa página foi criada por uma mulher que, após ter sofrido violência durante o pré-parto e parto, resolveu expor a situação com o intuito de alertar outras mulheres sobre a realidade atual dos partos. Para a conscientização das mulheres sobre o que acontece nos hospitais e consultórios médicos, são divulgadas orientações, reportagens, documentários, estudos que orientam e tratam da *violência obstétrica*, isto é, esclarecem acerca dos direitos das mulheres e sobre os procedimentos efetivamente necessários durante a gestação e o parto.

Munidas dessas informações, as mulheres buscam assegurar seus direitos legais. Todas as informações e orientações constantes nessa página são baseadas em comprovações científicas, ou seja, são disponibilizados documentos, artigos, leis etc., que ratificam ou retificam certas práticas médicas no acompanhamento gestacional e no momento do parto.

A importância da utilização da internet como meio de expor suas vivências e experiências negativas do parto é fundamental para essas mulheres, pois

Utilizar a internet como ferramenta para promover a conscientização, discussão e quebra da invisibilidade da violência obstétrica também é estratégico em função dos benefícios que a participação em ações via internet pode trazer às mulheres que a viveram. Beck (2004), em estudo sobre o parto traumático, apontou os benefícios, para a mulher, de participar de ações mediadas pela internet, tais como: ser ouvida e reconhecida em sua dor; diminuir o sentimento de solidão; utilizar a lembrança dos eventos traumáticos que viveu como elaboração mental e emocional do vivido; empoderamento, por sentir que alguém “lhe deu voz”; além de se sentir contribuindo para que outras mulheres não vivam o que ela mesma viveu. (SENA e TESSER, 2016, p. 217)

Selecionamos os cem primeiros comentários escritos no post que apresentou uma reportagem sobre realidades opostas em relação ao parto, após fizemos uma leitura mais detalhada com vistas a delimitar os mais significativos para uma análise mais fina. Destes, foram selecionados os cinco comentários mais relevantes que relataram a *violência obstétrica* sofrida e serão utilizados para uma análise profunda no Capítulo III. Em relação às entrevistas com médicas(os) obstetras, serão analisados os cinco excertos selecionados no capítulo I, da seção intitulada “Hoje tudo é violência obstétrica”. Dessa forma, cinquenta por cento dos dados de análise serão comentários de mulheres e cinquenta por cento de entrevistas com médicas(os) obstetras. Enfatizamos, contudo, que a seleção de cinco comentários e cinco entrevistas se dá em razão do caráter qualitativo da pesquisa em curso, ademais, não temos a pretensão de fazer exaustivas análises, mas sim análises mais profundas e detalhadas sobre os dados

selecionados para entendermos o que está em jogo nesses discursos¹. Dessa forma, compreender como as mulheres e as(os) médicas(os) significam essa expressão, a fim de lançar luz sobre o que está em jogo nos diferentes discursos é o que pretende este trabalho.

As entrevistas estão disponíveis na tese de doutorado sob título *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres* de Virgínia Junqueira Oliveira. Os dados utilizados na tese foram coletados por Oliveira (2016) em duas fases: a primeira compreendeu “a imersão no campo e a observação da relação profissional de saúde/mulher” durante a assistência no pré-parto e na sala de parto, a segunda fase constituiu-se de entrevista a partir de “um roteiro norteador, procurando dar ênfase à interação discursiva estabelecida entre os profissionais de saúde e as mulheres” (OLIVEIRA, 2016, p. 41). Os participantes² da pesquisa foram identificados de forma alfanumérica de acordo com a primeira letra da categoria a que pertencem: sendo utilizado “M” para identificar as mulheres e a

¹ Neste trabalho, “discurso” ganha diferentes acepções a depender da teoria escolhida. No primeiro capítulo, na tese de Letras intitulada *Violência e resistência: representação discursiva da assistência obstétrica no Brasil em relatos de parto e cartas à/ao obstetra*, de Jacqueline Fiuza da Silva Regis, “discurso” é trazido na acepção da Análise de Discurso Crítica (ADC) tendo como aporte teórico-metodológico Fairclough (1999; 2003) com apoio na teoria de Michel Foucault (2012), além de outros autores que corroboram com as reflexões dos supracitados, tais como: M. Jäger, 1996; Resende, 2009; Ramalho & Resende, 2011; S. Jäger, 2012. Dessa forma, “discurso”, segundo a ADC, é entendido como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, sendo uma forma de representar o mundo, o texto, por meio de recursos semióticos, vai ser objeto de análise. Além dessa acepção, a tese da saúde cujo título é *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres*, de Virgínia Junqueira Oliveira, tendo como aporte teórico-metodológico as reflexões de Michel Foucault (2005; 2008; 2009), Bourdieu (2010) e Maffesoli (1987) a propósito de discurso diz que “o discurso diz respeito aos enunciados, conceitos e as falas escritas realmente produzidas” (OLIVEIRA, 2016, p. 34).

Com a abordagem teórica de Émile Benveniste, entendemos “discurso” como indissociável da enunciação, pois ambos são concebidos juntos quando o locutor apropria-se da língua atualizando-a, convertendo-a em discurso por um ato de enunciação numa relação de intersubjetividade. Dessa forma, “enunciação e discurso são instituídos um pelo outro: a enunciação possibilita o discurso, porém, se este não vier à vida, aquela não se realiza” (SOUZA, 2014, p. 106). Isto posto, “discurso”, para Benveniste, é a materialidade linguística resultante de um ato de enunciação.

² Oliveira (2016) traz um quadro em que os profissionais da saúde são identificados pela categoria a que pertencem, a maternidade onde atuam, o sexo, o tempo de formação e o vínculo empregatício. Dessa forma, é possível identificarmos a que gênero (masculino ou feminino) os discursos pertencem. No entanto, o foco desta pesquisa, ao utilizar o discurso de médicas(os) para uma análise enunciativa, não está em identificar a que gênero (masculino ou feminino) o discurso pertence. Entretanto, futuramente, poderia ser profícua uma análise enunciativa que leve em conta os sentidos construídos em torno da *violência obstétrica* considerando se o discurso foi proferido por médica ou médico obstetra. Com isso, poderia ser verificado nesses discursos como médica e médico se posicionam em relação ao tema.

abreviatura convencionalmente usada para médicas(os) “Méd.” e “Enf.” para enfermeiras(os). As entrevistas foram organizadas em subcategorias no artigo³ selecionado para compor esta pesquisa cujo título é *O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde*, quais sejam: “A violência obstétrica presenciada no discurso da enfermeira⁴ obstetra” (entrevista com enfermeiras e enfermeiro), “Hoje tudo é violência obstétrica” (entrevista com médicas(os) obstetras) e “Aqui a gente não tem voz” (entrevista com mulheres).

Assim sendo, será possível perceber como se significa a *violência obstétrica* por parte desses dois grupos (mulheres e médicas(os) obstetras), com base na discussão teórica de Émile Benveniste em *PLG I* (1976) e *PLG II* (1989), com o apoio de Dany-Robert Dufour (2000), no que tange à discussão acerca da intersubjetividade, subjetividade e das três pessoas verbais: “eu-tu/ele”, que atravessam as relações estabelecidas entre a forma e o sentido⁵, entre o domínio semântico e o domínio semiótico⁶.

Além disso, a pesquisa tem como método a revisão bibliográfica de trabalhos na área de Letras, bem como na área da Saúde que fazem análise

³ Oliveira (2016) apresentou os dados e as reflexões em forma de artigo em sua tese, no total foram quatro trabalhos oriundos da pesquisa. Desses, apenas um se encaixava com a proposta desta pesquisa e por isso foi selecionado para compor o subcapítulo I.II que discorre sobre as reflexões e discussões encontradas nas análises realizadas pela autora.

⁴ Ao se referir às enfermeiras, ao enfermeiro, às médicas e aos médicos, Oliveira (2016) não determinou um padrão de uso sobre as categorias, pois ora menciona enfermeiras, mesmo havendo um enfermeiro compondo a lista de participantes, ora menciona médicos quando se referindo a médicas e médicos obstetras.

⁵ Benveniste postula que, quando realizamos uma análise descendente (em direção ao micro) estamos indo em busca da forma e quando realizamos análise ascendente (em direção ao macro) estamos em busca do sentido. No entanto, forma e sentido estão imbricados, são inseparáveis, ambos estão dentro do domínio semiótico e dentro do domínio semântico. Com isso, “forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis linguísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem (BENVENISTE, 1976, p. 136).

⁶ Segundo as discussões teóricas de Benveniste, semiótico diz respeito ao reconhecimento de um signo pelos falantes de uma língua dentro de um sistema de valores, cujo significado é dado pela distinção dos demais signos. O semântico diz respeito ao uso desses signos numa situação de comunicação na relação intersubjetiva, ou seja, no âmbito do discurso, em que os signos deixam de ter valor genérico e passam a ter um valor particular naquele enunciado. Dessa forma, o signo ganha um modo específico de significar, sendo o sentido entendido na globalidade da frase. Dito isso, “a semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo” (BENVENISTE, 1989, p. 21).

sobre a *violência obstétrica* considerando questões de linguagem. A obra de Benveniste servirá de base para a análise dos dados, partindo das unidades inferiores que concorrem para a construção do sentido global do enunciado. Com isso, partimos das unidades inferiores dotadas de sentido, isto é, as palavras que podem ser autônomas ou *sin-nomas*⁷ e chegamos na frase⁸ (entendida como discurso) e suas implicações na sociedade através do agenciamento de determinadas combinações de estrutura e de léxico, para entender como cada escolha realizada no discurso constrói diferentes posições acerca da *violência obstétrica*.

Com base nos pressupostos teóricos de Benveniste e Dufour, será analisada a intersubjetividade na relação “eu-tu” em que as mulheres constroem uma imagem⁹ de si e do seu interlocutor para dizer o que dizem em seus relatos e na relação “eu-tu/ele” quando (re)constróem discursivamente a situação de *violência obstétrica* vivida. Essa intersubjetividade também será analisada nas entrevistas das(os) médicas(os), com o intuito de verificar como cada um desses grupos significa a *violência obstétrica*, bem como as questões que perpassam os seus discursos.

O “ele” tem papel fundamental na relação de intersubjetividade, porque é sobre o que ou quem o “eu” e “tu” falam, assim, ao mesmo tempo em que se constroem os sujeitos do discurso, se constrói o referente. Assim sendo, o “ele” também cumpre importante papel nas escolhas linguísticas dos interlocutores, a fim de dizer o que dizem.

É através do discurso que o locutor se propõe como sujeito e, necessariamente, precisa de um alocutário, pois, “é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1976, p. 288), logo, a subjetividade não é centrada no “eu”, mas sim na díade

⁷ Segundo Benveniste, “sempre para precisar a natureza das relações entre a palavra e a frase, será necessário estabelecer uma distinção entre palavras *autônomas*, que funcionam como constituintes de frases (são a grande maioria) e palavras *sin-nomas* que só podem entrar em frases como acrescentadas a outras palavras”, como por exemplo, os artigos e algumas preposições (BENVENISTE, 1976, p. 132).

⁸ O termo “frase” em Benveniste é explorado em dois sentidos, um diz respeito a uma visão formal da frase que seria compatível aos aspectos sintáticos, o outro diz respeito ao uso da frase em seu último estágio, o do discurso, é a linguagem em ação.

⁹ Este termo será discutido mais detidamente no capítulo II, subcapítulo II.V.

“eu-tu”, ou seja, na intersubjetividade. Essas relações de subjetividade e intersubjetividade atravessam as relações entre o semiótico e o semântico, e as relações entre forma e sentido.

Dessa forma, também buscar-se-á compreender como se dá o processo de sintagmatização¹⁰ e semantização do discurso. Essa consideração nos permite observar algumas particularidades dos discursos que aqui serão analisados. A título de exemplificação, tem-se o uso de “mãezinha”, cujos sentidos explorados nos discursos a serem analisados, segundo os processos de sintagmatização e semantização, podem ser de carinho e tentativa de aproximação com o outro, bem como uma forma de diminuição da capacidade e autonomia da mulher durante o processo de parto e parto.

O objetivo central, portanto, é verificar como os discursos das mulheres e das(os) médicas(os) significam a *violência obstétrica*, pois como aponta Benveniste

A linguagem *re-produz*¹¹ a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (BENVENISTE , 1976, p. 26)

¹⁰ A sintagmatização diz respeito à organização da forma no semântico, e a semantização é o sentido no semântico.

¹¹ Há um problema de tradução na edição brasileira dos *Problemas de Linguística Geral I*. A tradução apaga o itálico e o hífen da palavra “reproduz”. No original consta *re-produit*. Dessa forma, utilizaremos na citação *re-produz* conforme consta no texto original. Ademais, “Dessons (2006, p. 13), ao analisar o valor do prefixo “re-”, na teorização de Benveniste, afirma que tal prefixo comporta dois valores: o valor de “iteração”, significando aquilo que é recorrente, que ocorre novamente, que é repetível; e o valor de “invenção”, significando aquilo que é novo, que é irrepitível. Segundo Dessons (2006), o valor de “iteração” está relacionado à língua, que impõe, a partir de seu sistema, determinados limites ao sujeito. O valor de “invenção”, por sua vez, relaciona-se à atualização da língua em discurso em uma situação específica, a qual leva em consideração a reconstrução referencial dos índices de pessoa-tempo-espaço-discurso, ou seja, das coordenadas referenciais da instância de discurso, e, por isso, seria sempre um acontecimento novo” (RODRIGUES et.al., 2020, p. 85).

Através dos relatos, as mulheres recriam a cena do parto e evocam acontecimentos a partir da rememoração dos fatos ocorridos naquela situação, portanto, veem uma oportunidade de mostrar à sociedade relatos construídos a partir de pontos de vista diversos. Situações que, até pouco tempo, sequer eram mencionadas ou mesmo reconhecidas como violência pelas mulheres, tampouco reconhecidas (no sentido de confirmar a existência de tais procedimentos violentos) pelas(os) médicas(os).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de entendermos como a *violência obstétrica* vem sendo estudada entre áreas que se ocupam em analisar questões de linguagem. A abertura para essa discussão acerca da linguagem também pode ter um efeito na sociedade, na medida em que se propulsiona um debate por muito tempo silenciado. Além disso, não se encontram estudos sobre a *violência obstétrica* que tenham como aporte teórico as obras *PLG I* e *PLG II* de Émile Benveniste.

Por se tratar de um tema cujo debate é ainda incipiente, é preciso que façamos uma análise de como a *violência obstétrica* está sendo construída e percebida através da ótica das mulheres e das(os) médicas(os), a partir de construções discursivas. Esse é um tema importante e deve ser colocado em questão, é o que pretendemos neste trabalho com a análise linguística dos relatos e das entrevistas. As análises nos permitirão verificar como são elaborados os discursos sobre a *violência obstétrica* e, com isso, termos acesso aos sentidos que circulam entre grupos diferentes, cada um deles construindo discursivamente o sentido da expressão e delimitando a posição sobre o tema.

Ademais, essa discussão tem ficado restrita apenas à área da saúde, porque a *violência obstétrica* era entendida apenas como os danos físicos decorrentes de procedimentos cirúrgicos. No entanto, há alguns anos vêm sendo discutidos os danos psicológicos e traumas causados em função da violência verbal utilizada pela equipe médica durante o processo de parto e parto. Com isso, a interdisciplinaridade, tão relevante nos estudos atuais, começa a trazer para o mundo das Letras, por exemplo, discussões da área da

saúde que tratam da linguagem e suas possíveis repercussões em diferentes espaços sociais.

É preciso dar aos discursos das mulheres/gestantes espaço, para que se possa refletir acerca das diferentes formas de violência perpetradas durante a gravidez, pré-parto e parto. São variadas as formas de violência relatadas nesses discursos, desde procedimentos cirúrgicos desnecessários, passando por ofensas e constrangimentos verbais.

A discussão acerca dos discursos que constroem a significação da *violência obstétrica* tende a levar a sociedade a repensar o modelo tecnocrático a que o cenário do parto foi inserido e que não parece condizer com as expectativas e os desejos das mulheres, assim como propulsiona que se revejam os modelos de assistência ao parto utilizados na atualidade para que as mulheres se sintam acolhidas e respeitadas em suas escolhas.

Conforme será vislumbrado neste trabalho, os discursos acerca da *violência obstétrica* apontam para uma insuficiência da manutenção de procedimentos e práticas atuais que não mais satisfazem o contexto de luta das mulheres por condições humanizadas no tratamento das gestantes.

O Capítulo I dedica-se a apresentar como a expressão *violência obstétrica* surgiu e em que contexto ela é utilizada. Além disso, trazemos para discussão duas teses que abordaram o tema *violência obstétrica* considerando questões de linguagem, uma tese é da área da Saúde e a outra da área de Letras. Nossa proposta em trazer essas duas teses para discussão é a de averiguar como elas trataram do tema a partir da teoria utilizada, bem como averiguar as reflexões feitas sobre os dados para a realização posterior de um cotejo¹² com intuito de verificar possíveis diálogos nos sentidos explorados nesta dissertação e nas duas teses. Para finalizar o capítulo, apresentamos as reflexões e discussões derivadas dos dados de ambas as teses.

¹² O cotejo entre os estudos das teses apresentadas e desta dissertação diz respeito a entender como os sentidos explorados nos comentários das mulheres analisados nesta pesquisa podem estar ou não relacionados aos sentidos já explorados nas teses. Assim sendo, pretendemos ver em que medida os sentidos que emergem dos comentários dialogam com os sentidos explorados em *corpus* diferentes com objetivos diferentes.

O Capítulo II é dedicado a discutir sobre a teoria de Émile Benveniste e de seus leitores, com o intuito de mostrar sob quais aspectos da teoria nos pautamos para a realização deste trabalho, bem como para o empreendimento das análises. Inicialmente, abordamos a língua e linguagem na relação entre homem/cultura/sociedade; depois tratamos sobre a simbolização inerente ao humano; passamos, então, a apresentar as categorias de pessoa, tempo e espaço; discorremos sobre a subjetividade e intersubjetividade; abordamos o “eu-tu/ele” na perspectiva de Dufour (2000) com o propósito de verificar suas contribuições para a tríade; em seguida, tratamos do “ele” para entendermos de que se trata e sua importância para a comunicação; por fim, abordamos o processo de sintagmatização e semantização, elementos intrinsecamente ligados à forma e ao sentido.

O capítulo III “Deus me livre ter mais filhos”: uma análise enunciativa em torno da expressão *violência obstétrica* iniciará abordando as questões metodológicas utilizadas para o empreendimento das análises; em seguida, serão analisados os cinco comentários das mulheres e os cinco excertos das entrevistas feitas com médicas(os) obstetras e; por fim, serão feitas considerações sobre as análises.

I - ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA ÁREA DE LETRAS E DA SAÚDE: QUESTÕES DE LINGUAGEM

Este capítulo visa à apresentação de duas teses cuja pesquisa abordou o tema da *violência obstétrica* com reflexões centradas em aspectos linguísticos. Uma tese é da área de Letras cujo título é *Violência e resistência: representação discursiva da assistência obstétrica no Brasil em relatos de parto e cartas à/ao obstetra* de Jacqueline Fiuza da Silva Regis; e a outra é da área da Saúde sob título *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres* de Virgínia Junqueira Oliveira. A escolha desses dois trabalhos se deu pelo fato de abordarem a *violência obstétrica* sob uma perspectiva da linguagem, realizando análise linguística dos dados selecionados. Em última instância, a proposta é de estabelecer diálogo entre esta pesquisa e outras já realizadas, a fim de enriquecer o trabalho aqui empreendido. Além disso, abordamos os primeiros usos da expressão *violência obstétrica*.

No primeiro momento, discorreremos sobre a expressão *violência obstétrica*, em que contexto aparece e qual a sua origem. Buscamos apresentar leis que tratam sobre o tema para elucidar os primeiros usos da expressão. No segundo momento, serão apresentadas as teses de Letras e da Saúde com o intuito de mostrar o objetivo de cada estudo e a perspectiva teórica utilizada para a elaboração do trabalho, bem como para a realização das análises. Nosso foco é nas reflexões acerca da *violência obstétrica* a partir dos sentidos explorados pelas autoras nos dados selecionados, pois serão elas que nos darão subsídios para a realização de um cotejo entre os sentidos explorados por Oliveira (2016) e Regis (2016) e os sentidos explorados nos dados desta pesquisa.

I.1 – Violência obstétrica: entendendo os primeiros usos da expressão

A expressão *violência obstétrica* tem sido cada vez mais utilizada para designar os procedimentos violentos realizados pela equipe de assistência à mulher no processo de gravidez, pré-parto e parto. A partir do reconhecimento dessa violência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publica recomendações de assistência ao parto em 1985, revisadas em 1996, as quais sintetizam trabalhos científicos que comprovam ou refutam determinadas práticas, sugerem a revisão de protocolos e usos de tecnologia, além de defenderem a participação ativa da parturiente nas decisões sobre o parto (SENS & STAMM, 2019; SENA & TESSER, 2016; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, o Ministério da Saúde começa a intensificar ações para reavaliar os modelos de assistência ao parto com o intuito de “garantir o acesso às práticas de saúde, baseadas em evidências científicas e no reconhecimento da autonomia das gestantes, em todo o processo gravídico/puerperal” (OLIVEIRA, 2017, p. 02). Até pouco tempo, não se discutia sobre os procedimentos e condutas violentas vividas pelas mulheres gestantes no pré-parto e parto, porque não eram, e ainda não são por muitos profissionais e mulheres, reconhecidos como violência (AGUIAR; D’OLIVEIRA, 2011).

Esses movimentos que debatem sobre as violências vividas pelas mulheres durante a gravidez, pré-parto e parto fizeram com que uma nova expressão fosse criada para definir essas violências, pois para conseguirmos falar sobre qualquer assunto/tema, primeiramente é preciso nomeá-lo. Dessa forma, surge o uso da expressão *violência obstétrica* para significar os procedimentos considerados violentos.

O primeiro país latino-americano a reconhecer os procedimentos violentos realizados no pré-parto e parto foi a Argentina, ao sancionar, em 2004, a *Ley 25.929*, também conhecida como *Lei de Parto Humanizado* (PALHARINI, 2017). Esta lei elenca os direitos das mulheres a um parto respeitoso e determina que os profissionais de saúde devam aguardar o tempo

biológico e psicológico da parturiente durante o processo de parto e que evitem o uso de medicações desnecessárias a fim de acelerar o parto, entre outras recomendações referentes ao tratamento humanizado à mulher (VELLOSO et al., 2014). A Venezuela é o primeiro país a tipificar a *violência obstétrica* como crime, sancionando, em 2007, a “Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia” (Gaceta Oficial 38.647, 2007). Essa é a primeira menção registrada oficialmente sobre a expressão (CARDOSO et al., 2017; PEREIRA et al., 2016; RESENDE, 2016; SENS & STAMM, 2019).

É a partir desse cenário que a expressão *violência obstétrica* começa a ser utilizada e a ganhar cada vez mais adjetivos que a expliquem ou tentem explicá-la. Segundo Sens e Stamm,

A expressão violência obstétrica foi pela primeira vez adotada na Venezuela, em 2007, definida como “a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde, que se expressa em um trato desumanizador e abuso da medicalização e patologização dos processos naturais”, sendo reconhecida como uma forma de violência contra a mulher e um grave problema social, político e público. (SENS e STAMM, 2019, p. 02)

No Brasil, ainda não há uma lei federal que reconheça ou regulamente a *violência obstétrica* como uma violação dos direitos das mulheres. Alguns estados brasileiros sancionaram leis que dispõem sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a *violência obstétrica*, como no Estado do Tocantins (Lei nº 3385 de 27/07/2018) e no Estado de Santa Catarina (Lei nº 17.097, de 17/01/2017), por exemplo.

De acordo com Tesser et. al. (2015), a expressão descreve diferentes formas de violência durante as atividades dos profissionais de obstetrícia, tais como: a violência física, psicológica e verbal, a não autorização da parturiente à alimentação durante o trabalho de parto, não aplicação de anestesia em procedimentos cirúrgicos, bem como procedimentos desnecessários como a episiotomia, a manobra de Kristeller, a tricotomia, a aplicação de ocitocina e a proibição de um acompanhante no pré e pós-parto.

A partir dos anos 90, aumenta o número de organizações não governamentais e grupos de apoio ao parto normal e humanizado. Esses grupos buscam discutir e apresentar evidências científicas sobre práticas e procedimentos utilizados no processo de parto, além de abrir espaço para que as mulheres se manifestem sobre suas experiências (ANDRADE; AGGIO, 2014). Relatos de diferentes formas de violência são registrados constantemente pelas parturientes, seja de maneira formal através de denúncias ao Ministério Público, seja através de relatos escritos na internet como desabafos em redes de apoio ao parto normal e humanizado. Segundo Oliveira,

De acordo com a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, uma em cada quatro mulheres sofre alguma forma de violência durante o parto. As situações de violência mais comumente descritas são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento das gestantes, falta de analgesia e até negligência. (OLIVEIRA, 2017, p. 02-03)

As mulheres utilizam a internet para escrever seus relatos como forma de tentar amenizar sua dor e lutar para uma mudança real na assistência ao parto. Sena e Tesser (2016) afirmam que,

No que concerne à discussão sobre a violência institucional na assistência ao parto, essa possibilidade de troca que as novas tecnologias de comunicação favoreceram e impulsionaram, mostraram, na prática, a possibilidade de fortalecimento das lutas por meio do ciberativismo. Assim, a utilização do ciberespaço se configuraria como um espaço de continuidade da reivindicação de direitos reprodutivos, neste caso, de enfrentamento à violência obstétrica. (SENA e TESSER, 2016, p. 210)

Atualmente, as mulheres buscam por informações baseadas em comprovações científicas que sustentem suas decisões sobre o que querem e o que não querem que seja feito com seus corpos. Cada vez mais mulheres leem e se informam sobre todo o processo de gestação, pré-natal, pré-parto, parto e puerpério. Os grupos de apoio em redes sociais vêm ganhando força através da mobilização de mulheres em combater a disseminação de informações não-científicas relacionadas às intervenções feitas pela equipe médica, ditas necessárias para a realização do nascimento saudável do bebê e

para a segurança da gestante. Com essas informações em mãos, com um plano de parto bem elaborado e firme em suas decisões, as mulheres vão para uma verdadeira guerra contra o sistema imposto sobre seus corpos e suas escolhas.

Guerra, porque na maioria das vezes é necessário que as mulheres briguem por aquilo que desejam na hora do parto, mesmo que isso resulte em situações de desconforto na equipe médica e na relação médica(o)/gestante. Nesse contexto de luta, as mulheres frequentemente são taxadas de “loucas” ou “histéricas”, já que elas não têm os mesmos conhecimentos/estudos de uma(um) médica(o). Corroborando com o que vem sendo dito, Sampaio et al. (2019) afirma que

Através desses relatos [analisados no artigo em questão], é possível visualizar que ter informações por si só não é, e não foi suficiente para não ser vítima da violência obstétrica. Conhecimento não garantiu, conforme demonstrado no presente estudo, o exercício da autonomia. Pelo contrário, aumentou a discussão sobre os planos de cuidado. Quando questionada, a equipe médica parece ter sido desafiada em sua autoridade e isso pode gerar uma contrarresistência ainda mais violenta do que quando a mulher fica mais passiva. (SAMPAIO et. al, 2019, p. 06)

É essa realidade que as mulheres querem mudar, pois quando elas debatem sobre as violências vividas no pré-parto e parto, trazem à baila um conhecimento do senso comum enraizado culturalmente de que quando uma(um) médica(o) fala, a(o) paciente apenas obedece sem questionar. Afinal, quem tem estudo/conhecimento para a tomada de decisão?

Dessa forma, compreender como as mulheres e as(os) médicas(os) significam essa expressão, a fim de lançar luz sobre o que está em jogo nos diferentes discursos é o que pretende este trabalho.

No subcapítulo a seguir, apresentaremos como a *violência obstétrica* foi discutida na área da Saúde e de Letras, enfatizando elementos relacionados a questões de linguagem que possam dialogar com a proposta desta dissertação, para que, posteriormente, possamos fazer um cotejo entre os

resultados¹³ obtidos em ambas as teses, e, assim, ampliar a discussão acerca do tema.

I.II - *Violência obstétrica* e os estudos da linguagem na área da Saúde

A tese da área da Saúde realizou uma pesquisa com médicas(os) obstetras, enfermeiras(os) obstetras e com mulheres gestantes e puérperas¹⁴. O intuito desse estudo foi o de analisar as percepções acerca dos procedimentos realizados durante o trabalho de parto e parto, considerando as interações vivenciadas entre equipe médica e gestante. A princípio, a tese da autora é de que os discursos das(os) médicas(os) e das mulheres produzidos na sala de parto são permeados por um saber médico hegemônico que revelam conflitos éticos e técnicos. Para a elaboração do corpus de análise, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os profissionais de assistência à gestante e com mulheres (OLIVEIRA, 2016). A pesquisa é de cunho qualitativo, pois essa escolha permite analisar “situações que consideram a subjetividade, a complexidade e o dinamismo do fenômeno” (OLIVEIRA, 2016, p. 33).

Oliveira (2016) utiliza como aporte teórico-metodológico para a elaboração de seu trabalho as reflexões empreendidas por Michel Foucault (2005; 2008; 2009), que aborda as relações de poder; Pierre Bourdieu (2010), que trata do poder simbólico, e Michel Maffesoli (1987), que estuda a dinâmica da violência no cotidiano, entre outros autores que corroboram com as discussões propostas na tese. A autora dedica-se a analisar os discursos de médicas(os) obstetras e de enfermeiras(os) obstetras que assistiram as gestantes tanto nos procedimentos mais técnicos quanto no apoio psicológico

¹³ Entendemos “resultado” não como algo acabado e finalizado, mas sim como reflexões que foram possíveis de serem encontradas nas análises realizadas. Dessa forma, os termos “reflexão” e “resultado” serão utilizados ao longo do texto para se referirem aos resultados encontrados a partir da análise dos dados nas teses e neste trabalho.

¹⁴ Puérperas são as mulheres que estão passando pelo puerpério, período pós-parto que se inicia logo após a saída da placenta, fato que ocorre quando a mulher dá à luz e dura de 40 a 45 dias (OLIVEIRA, 2016).

que o trabalho de parto requer. Ao mesmo tempo, a autora analisa o discurso das mulheres sobre suas percepções acerca dos procedimentos realizados durante o parto e as relações estabelecidas com a equipe de assistência à gestante. Com isso, ela busca compreender como determinada ação ou acontecimento produzem sentido ao expor a opacidade presente no texto/discurso.

Análise dos dados: reflexões e discussões

Os resultados da pesquisa *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres*, de Virgínia Junqueira Oliveira, foram apresentados em forma de artigos científicos, que retratam um panorama da assistência ao parto a partir dos discursos das mulheres e de profissionais da saúde. Da mesma forma, nossa pesquisa também abordará discursos das mulheres e das(os) médicas(os) obstetras.

Dos quatro artigos resultantes desse estudo, apenas um interessa para a proposta desta pesquisa e será apresentado e discutido a seguir. Os demais artigos, apesar de estarem relacionados a questões de linguagem, não se relacionam ao tema sobre a *violência obstétrica*, dessa forma, não serão contemplados nesta pesquisa. O artigo selecionado é intitulado “O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde”, pois trata especificamente sobre questões de linguagem relacionadas à *violência obstétrica* a partir da análise dos discursos de profissionais da saúde e das mulheres, por isso foi escolhido para compor este subcapítulo.

“O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde”

No artigo “O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde”, Oliveira (2016) discorre sobre o objetivo do artigo que é o de “analisar os discursos de mulheres e profissionais de saúde sobre a assistência ao parto, considerando as situações vivenciadas e as interações

construídas entre eles durante o trabalho de parto e parto” (OLIVEIRA, 2016, p. 58). Os dados foram analisados com base na análise de discurso.

Nesse trabalho não foi realizada uma análise linguística minuciosa ou profunda dos enunciados, isto é, a análise se pautou em elementos mais estruturais. Oliveira (2016) empreendeu a análise num aspecto estrutural, verificando como o discurso das mulheres e das(os) médicas(os) deram sentido à *violência obstétrica* no sentido global do discurso, ao fazer essa escolha de análise, questões mais pontuais relacionadas às escolhas lexicais, uso de pontuação, entre outros, não foram contemplados na análise mais detidamente. Dessa forma, essas análises ajudarão a entendermos como, no aspecto global do enunciado, as mulheres e médicas(os) re-significam a *violência obstétrica*.

Partimos, então, para as reflexões a partir da análise feita por Oliveira (2016). O artigo foi dividido em três momentos, quais sejam: entrevistas com enfermeiras(os) obstetras, médicas(os) obstetras e com mulheres. Os dados foram organizados em três categorias, abordaremos duas que se relacionam com a proposta desta dissertação, são elas: “Hoje tudo é violência obstétrica” (entrevista com médicas(os)) e “Aqui a gente não tem voz” (entrevista com mulheres) (OLIVEIRA, 2016, p. 58).

“Hoje tudo é violência obstétrica”

Na categoria “Hoje tudo é violência obstétrica”, Oliveira (2016) analisa entrevistas com médicas(os) obstetras verificando como esses profissionais entendem a *violência obstétrica* na rotina de trabalho. Apresentaremos, a seguir, as análises empreendidas pela autora.

Oliveira (2016) verificou, nos discursos analisados, que há um descontentamento em relação ao uso da expressão *violência obstétrica*, já que o discurso da(o) médica(o) considera o termo depreciativo, além de ter ganhado uma atenção exacerbada pela mídia. A autonomia médica também é negligenciada pela mídia ao classificar todas as práticas realizadas com as

gestantes como hostis e não como procedimentos em prol da saúde e bem-estar da parturiente e do recém-nascido. Além disso, a autora menciona que a maneira como são retratadas as práticas médicas durante o trabalho de parto influenciam de maneira negativa a relação médica(o)-parturiente e também no cotidiano de trabalho.

Nessa análise, podemos identificar algumas questões que nos servirão posteriormente, pois há uma tentativa de negar a existência de práticas violentas durante o trabalho de parto e parto realizadas pela(o) médica(o) obstetra, como poderá ser verificado mais detalhadamente no capítulo III.

Os discursos trazem à tona o mal-estar causado entre médica(o) e parturiente quando a(o) profissional é questionada(o) pelas mulheres ou seus familiares sobre determinadas condutas ou procedimentos durante o trabalho de parto e parto. Ao ser questionada(o) nas decisões, a(o) médica(o) sente-se confrontada(o), pois ela(e) detém o estudo e conhecimento necessários para conduzir o trabalho de parto e lidar com as complicações que possam surgir, isso significa que o protagonismo do parto é da(o) médica(o) e não da parturiente. Além disto, o discurso do(a) profissional obstetra detentor(a) do saber médico e do poder delegado a ele(a) descredibiliza outros saberes, pois o poder não lhe permite reconhecer outras realidades (Oliveira, 2016). Ademais, há menção às situações vivenciadas pelos profissionais ao serem ameaçados pelo acompanhante e pela parturiente, tanto com agressões verbais quanto físicas.

“Aqui a gente não tem voz”

Nesta categoria, serão apresentados os resultados encontrados a partir da análise de excertos das entrevistas das mulheres que nos ajudem a elucidar como elas veem o momento do parto, a partir das interações com as(os) médicas(os) obstetras no pré-parto e parto.

Segundo Oliveira (2016), os discursos das mulheres sinalizam para as dificuldades que encontram em serem ouvidas no momento de dor e

vulnerabilidade em situações de violência reconhecidas. Declaram não terem voz “diante das normas e regras que lhe são impostas pela instituição hospitalar, sendo necessário alguém para falar por elas nesse instante” (OLIVEIRA, 2016, p. 68). Além disso, são submetidas a agressões verbais como pode ser observado na passagem “O doutor começou a brigar comigo porque eu tinha colocado uma bolsa de água quente para amenizar a contração [...] e foi assim, o bebê nascendo e eles fazendo aquele terror” (OLIVEIRA, 2016, p. 68).

Ao tecer as considerações encontradas nos resultados das análises, Oliveira (2016) menciona que a violência é presente no cotidiano da sala de parto, já que os discursos mostram processos violentos a que são submetidas as mulheres muitas vezes com o consentimento, pois o médico é detentor do saber e, por isso, mesmo que de forma sutil, faz com que as mulheres aceitem suas colocações no processo de parto. Além disso, há invisibilidade aos olhos do profissional de saúde, que acredita que a violência é apenas um caso isolado e que não tem grandes proporções, como é difundido pela mídia.

Após uma breve apresentação do que foi possível perceber das análises feitas por Oliveira (2016), passamos a apresentar a tese da área de Letras.

I.III - *Violência obstétrica* e os estudos da linguagem na área de Letras

A tese da área de Letras teve como apoio teórico-metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC) baseada nas reflexões teóricas de Fairclough (1999; 2003) com apoio na teoria de Michel Foucault (2012), além de outros autores que expandem as discussões a partir da ADC, tais como: M. Jäger, 1996; Resende, 2009; Ramalho & Resende, 2011; S. Jäger, 2012. Como corpus de análise, a autora utilizou relatos de parto e de cartas ao/à obstetra de mulheres que participaram da sua pesquisa e também de relatos escritos na internet.

A autora enfatiza a todo momento que a ADC propicia à/ao pesquisadora(o) discutir sobre aspectos relacionados a problemas existentes na sociedade, ou seja, transcende estudos linguísticos *stricto sensu*. A análise textual é vista como meio de acesso ao momento da prática social quando os discursos são materializados em textos, isto é, permite fazer inferências das experiências vivenciadas pelo indivíduo através do discurso. Assim sendo, ao adotar essa perspectiva de estudo, o pesquisador inevitavelmente tem sua subjetividade influenciando todos os passos da pesquisa.

As análises foram divididas em três momentos, quais sejam: análise estrutural, análise fina e análise sinóptica (REGIS, 2016). Segundo a perspectiva adotada em sua tese, o intuito é explicar os enunciados e seus efeitos de poder. Para a nossa discussão, abordaremos as análises estruturais e finas, pois são elas que nos permitirão, posteriormente, realizar cotejos entre os resultados obtidos.

Análise estrutural: reflexões e discussões

O Capítulo 03 de Regis (2016) foi dividido em quatorze subseções, cada uma delas aborda um subtema temático. Esses sub-agrupamentos temáticos referentes ao conteúdo dos relatos foram realizados com o auxílio de um software para a análise de dados qualitativos, o NVivo. Ainda que esse capítulo tenha como objetivo a análise do conteúdo dos discursos, alguns elementos explorados por Regis (2016) servirão para um cotejo posterior, tendo em vista o que já pôde ser verificado no *corpus* selecionado para esta pesquisa.

Assim sendo, há possibilidade de encontrarmos em nossa análise elementos que se relacionam com os resultados aqui apresentados e elementos que, em função da teoria escolhida, não foram contemplados nessa pesquisa. Ademais, as reflexões feitas pela autora poderão auxiliar na construção argumentativa das análises realizadas no capítulo III. Com isso, pretendemos ver em que medida os sentidos que emergem dos comentários

analisados nesta dissertação dialogam com os sentidos explorados em corpus de análises diferentes, com objetivos diferentes.

Das quatorze categorizações elencadas por Regis (2016), quatro foram selecionadas para discussão, pois dialogam com o que já foi possível perceber nos relatos das mulheres. Dessa forma, as subseções “3.1 Autoidentificação”; “3.2 Espiritualidade e misticismo”; “3.4 Uma mão pra segurar” e “3.8 Ironia e Metáfora” serão apresentadas a seguir.

Na subseção “3.1 Autoidentificação”, Regis (2016) menciona que, por se tratarem de textos autobiográficos que relatam o evento do parto, uma experiência tão íntima às autoras, há muita autoidentificação nos relatos e cartas. Essa autoidentificação é como um recorte transversal que perpassa todos os demais subfeixes.

O discurso analisado mostra um exemplo da identificação das mulheres como sendo ingênuas ou inocentes quando confiaram em suas/seus médicas(os) obstetras e, mesmo assim, relatam terem sido submetidas a uma cesárea desnecessária. Verifica-se que o procedimento cirúrgico realizado foi justificado para que o bebê não nascesse com danos decorrentes da não evolução do parto, e “Eu não queria, de fato, provocar dano à minha filha”, por isso, acreditou e confiou que uma cirurgia cesariana era a única alternativa para um parto seguro. No entanto, essa “única alternativa” é desmentida quando “Uma hora depois você se despedia de mim e ia atender o dia cheio do consultório”.

Na subseção “3.2 Espiritualidade e misticismo” outra legenda possível sobre o processo de autoidentificação está relacionado ao aspecto místico ou espiritual “com a força que o Feminino Sagrado me deu e, finalmente, tornar-me mãe”, pois as mulheres no momento do parto experienciam sensações que transcendem o mundo físico, sendo entendido como um fenômeno místico e espiritual. Essa busca pelo espiritual para explicar o parto tanto pode ser retratado como uma experiência boa, em que o processo de

parto se dá naturalmente e nas condições desejadas pela mulher, ou para retratar alívio por mãe e filha(o) terem sobrevivido a condutas e procedimentos violentos realizados pela(o) médica(o) obstetra. Por isso, agradecem a Deus pela vida de ambos, conforme pode ser observado nos relatos das mulheres no capítulo III desta dissertação em que a fé é explorada de forma diferente da exposta na análise de Oliveira (2016). A espiritualidade e misticismo, dessa forma, são acionados em momentos diferentes pelas parturientes dependendo de como o trabalho de parto e parto foram realizados.

Na subseção “3.4 Uma mão pra segurar”, a autora expôs o descumprimento da Lei 11.108, de 07 de abril de 2005, que garante à parturiente o direito a uma/um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e no pós-parto. O discurso apresenta que “Foi importantíssimo esse momento com Enzo”, pois ele se tornou “meu principal parteiro”, além disso, “Precisava segurar a mão de alguém o tempo todo”. Essas passagens sugerem a importância que o acompanhante exerce em todos os processos, fazendo com a parturiente se sinta mais acolhida e confiante.

Uma das formas de *violência obstétrica* verificada nos discursos das mulheres é a proibição de um(a) acompanhante em todo processo de parto e pós-parto, tendo em vista que a presença da(o) acompanhante desagrade a(o) médica(o) por ter, muitas vezes, sua conduta e decisões questionadas. As escolhas lexicais e a organização dada na linearidade do discurso possibilitaram entender o sentido que a proibição do acompanhante ganha como um dos elementos de violência, conforme poderá ser verificado no capítulo III.

Na subseção “3.8 Ironia e metáforas”, a autora antecipa, ainda que de maneira embrionária, a discussão sobre as estratégias linguísticas utilizadas nos discursos, entretanto, ainda não se trata da microanálise. Sobre a ironia, ela traz um exemplo em que uma das participantes da pesquisa escreve uma

carta à mão e ainda desenha o que está escrevendo como uma forma de ironizar o entendimento da obstetra.

Sobre as metáforas, Regis (2016) assevera que conceitos metafóricos expressos na linguagem estruturam e exercem uma influência na compreensão do nosso fazer, sendo o essencial da metáfora a compreensão e uma outra forma de experienciar uma coisa pela outra. A autora acredita que o sistema conceitual de metáfora está intimamente ligado com o conceito de discurso que permeia seu estudo, qual seja, “formas reguladas de fala institucionalizada” (S. Jäger apud Regis, 2016, p. 29).

Regis (2016) postula que tradicionalmente os significados das palavras são divididos em denotativos e conotativos, dessa forma, o processo metafórico utilizado nos discursos é uma estratégia de afastamento da literariedade e denotação, isto é, de um “vínculo direto de significação que um nome estabelece com um objeto da realidade” (Houaiss, Villar & Franco apud Regis, 2016, p. 118). A seguir, são apresentadas as metáforas encontradas.

Na “metáfora militar”, o discurso refere-se à equipe de assistência ao parto como integrantes do exército, “a tropa médica”, aos quais deveria obedecer durante o parto, isto é, como em uma operação militar. Ao usar “tropa médica” e não “equipe médica” o discurso mostra que o sentido do parto é o de opressão, visto que os profissionais são vistos como autoridades a quem a mulher deve se submeter e obedecer durante o parto, sem a relação de laços emocionais. A autora encerra a análise concordando com um estudo feito pelo sociólogo Roberto Castro (2014) sobre a formação médica relativo a “um *habitus* médico autoritário, moldado à semelhança de instituições militares, formando as/os estudantes para a violência institucional na atenção obstétrica” (REGIS, 2016, p. 122).

Em “a metáfora da mecanização”, o discurso revela a situação atual do parto no Brasil na visão da parturiente, ou seja, um evento “mecanizado”, em que existem regras a serem cumpridas e não devem ser alteradas, mesmo que

para atender a um direito legal da mulher a um acompanhante de sua escolha. Há uma desumanização do parto quando os procedimentos tornam-se “mecanizados”, ou seja, se contrapõem à condição humana. Os procedimentos “mecanizados” correspondem a “obstetrícia de linha de montagem”, isto é, práticas preestabelecidas e bem definidas no processo “mecanizado” em que o parto está inserido (DINIZ & CHACHAM apud REGIS, 2016, p. 122).

Análise fina: reflexões e discussões

O Capítulo 4 “Análise fina. Relatos de parto.” foi dedicado a uma análise minuciosa de dois relatos de parto, desses, apresentaremos um relato que se relaciona com tema abordado neste trabalho. Regis (2016) justifica o uso de apenas dois textos pelo caráter qualitativo da pesquisa e por permitir a realização de uma análise em profundidade.

Na subseção “4.1. Análise fina do relato de Tânia. ‘... uma experiência quase mística, como se eu pudesse, de alguma maneira conhecer uma deusa, sabe?’”, Regis (2016) analisou o relato de Tânia, que foi publicado no dia 31 de maio de 2013 no próprio *blog* da autora do relato, ou seja, não foi um texto produzido especificamente para a pesquisa de Regis. O relato foi construído a partir de texto escrito, de imagens, de vídeos e *hiperlinks* que levam o(a) leitor(a) a ter acesso a outras informações relacionadas a tópicos que aparecem no texto. A autora atentar-se-á somente para o texto verbal do documento, no entanto, reconhece que o uso desses outros recursos também são importantes no funcionamento do discurso (REGIS, 2016).

O relato foi dividido em 14 excertos para uma análise mais minuciosa do texto. Passamos agora a verificar como a autora realizou a microanálise do relato de Tânia. Em um primeiro momento, ela mostra como Tânia organizou seu relato a partir do título, “Meu parto Orgásmico”, em que traz uma intertextualidade ao fazer referência a um filme/documentário “‘Orgasmic birth: best-kept secret’, lançado em 2008 e divulgado internacionalmente” (REGIS, 2016, p. 136).

A seguir, a pesquisadora apresenta a divisão feita pela autora do relato e o nomeia como “sumário” (dividido em: pré-gravidez, a gravidez, o parto e o pós-parto), pois Tânia acrescenta ao seu relato uma forma que não vemos, convencionalmente, nesse gênero discursivo. Regis entende essa escolha de Tânia como um meio de “didatizar” para o(a) leitor(a) seu percurso no relato (Regis, 2016, p. 136). Todo o trabalho de Regis se concentra na autoidentificação da mulher ao escrever seu relato e nos meios que escolheu para fazê-lo.

Devido aos objetivos a que nos propomos aqui, apresentaremos apenas dois excertos, dos 14 disponíveis, para melhor ilustrar a microanálise realizada por Regis. Assim sendo, mostraremos o excerto do relato mais a análise feita pela autora. Escolhemos os excertos (35, primeiro a ser analisado e o 47, último a ser analisado), porque mostram bem a autoidentificação de Tânia, conforme verificado por Regis. A seguir, apresentamos o primeiro excerto (35):

(35) Minha história começa há seis anos atrás, quando eu engravidei da Nina. Eu sempre quis ter um parto normal, pois sei como é uma cirurgia e a cesárea está entre uma das mais invasivas que existem. Não é bonito, é uma cirurgia, e a meu ver, sempre era usada em emergências e quando era opção da parturiente. Busquei um G.O. que fizesse parto normal e acreditei. Acreditei que todos os procedimentos e instruções eram para que tudo desse certo, que me levasse ao meu parto. Mas não tinha ideia do quão enganada eu estava. Por ter essa confiança nele, sequer procurei outras pessoas, afinal, ele era “O” médico todo fofo, atencioso... eu nem desconfiava que existisse um movimento pela humanização do parto, que existia a tal “violência obstétrica”, ou mesmo que ele pudesse, de fato, estar mentindo pra mim em algum momento. Gente, para e pensa: ele mentir seria algo antiético, certo? Enfim. Leiam o relato aqui (detalhe que na época em que a escrevi eu estava no começo do despertar, nem desconfiava que minha cesárea tivesse sido desnecessária). (REGIS, 2016, p. 137, grifo nosso)

A análise inicia expondo o processo de autoidentificação de Tânia ao começar o relato seis anos antes do parto em questão, mostrando que a mulher que escreve essas linhas queria parir desde a sua primeira gestação. O

intensificador “sempre” reforça essa vontade de parir, conforme observado na passagem “Minha história começa há seis anos atrás, quando eu engravidei da Nina. Eu sempre quis ter um parto normal [...]”.

Além disso, a avaliação de Tânia sobre a cesariana retrata a imagem que fazia à época sobre o uso desse procedimento que “sempre era usado em emergências”, por não ser “bonito”, por ser “uma cirurgia” “das mais invasivas que existem”. Com isso, essa intervenção cirúrgica é pressuposta por Tânia como algo indesejado, utilizado somente em ocasiões de emergência ou quando for “opção” da parturiente. Ao selecionar o léxico “parturiente” para se referir à mulher que está parindo, Tânia demonstra ter conhecimento de termos especializados decorrentes de quem está inserido no discurso sobre o parto e o nascimento derivados dessa prática social (Regis, 2016).

Outras considerações acerca da análise continuam, e a autora traz elementos linguísticos do relato que reforçam/intensificam o discurso de Tânia ao se dar conta de como estava enganada à época de seu primeiro parto. O uso do conectivo adversativo “mas” introduz a oração seguinte “numa extensão constitutiva de um deslocamento, intensificado pelo ‘quão’ que pré-modifica ‘enganada’” (REGIS, 2016, p. 138). Além disso, Regis pôde entrever no discurso uma referência ao “cesarista fofo”, termo utilizado com frequência entre ativistas que lutam contra a *violência obstétrica*, no uso de “O [maiúsculo!] médico todo fofo, atencioso”. Essa referência é do médico “fofo”, que é muito “bonzinho”, atencioso e favorável ao parto natural até que a cesária se torna “emergencial” (REGIS, 2016, p. 138).

Consideramos pertinente apresentar o último excerto, visto que encerra o relato de Tânia, bem como traz considerações importantes feitas por Regis (2016) ao salientar a injunção realizada por Tânia quando convida mulheres à resistência. Tânia convida outras mulheres a procurarem informações sobre a gestação, o trabalho de parto e parto para que não tenham seus direitos violados “Busquem a verdade. Lutem pelos seus diretos” e, com isso, consigam parir de forma respeitosa. Ao finalizar o discurso, Tânia lança mão do

imperativo “busquem”, “lutem”, “vivam” e “vamos” para convidar as mulheres na construção de uma identidade de resistência. Dessa forma, a voz de Tânia se junta a de outras mulheres numa coletividade contra toda forma de violência obstétrica e na luta pelo protagonismo e autonomia da mulher no parto. Segue o excerto que deu origem à análise:

(47) [...] Algo que desejei muito, tanto pelas minhas razões pessoais, quanto por todas as outras mulheres que, assim como eu, passaram por cesáreas desnecessárias ou qualquer violência obstétrica, para mostrar que sim, podemos mudar essa realidade, que podemos confiar em nossos corpos, que somos forte e sagradas, que temos o DIREITO de parir e de sentir toda essa luz. Que podemos mais. Sempre. Busquem a verdade. Lutem pelos seus direitos. Vivam seus sonhos. Vamos mudar juntas o nascimento de um novo mundo. [...] (REGIS, 2016, p. 157).

Regis (2016) observou os sentidos constantes na opacidade do texto explorando as construções sintáticas e realizando conexões com os estudos sobre a *violência obstétrica*. Com isso, verificamos os sentidos e leituras possíveis do relato que, numa leitura superficial, deixariam passar elementos fundamentais que constroem o sentido dado às violências sofridas por Tânia.



Iniciamos o Capítulo I apresentando o contexto em que a expressão *violência obstétrica* começa a ser utilizada, bem como a origem do seu surgimento e seus primeiros usos. Para tanto, recorreremos a leis e outros estudos que fizeram um mapeamento do uso da expressão.

Em seguida, apresentamos o objetivo, a perspectiva teórica e os resultados encontrados nos dados da tese da área da Saúde em que foi realizada uma análise estrutural, do global dos discursos. Mostramos como a análise foi guiada por Oliveira (2016) fazendo algumas observações dos elementos que poderão auxiliar nas discussões realizadas no capítulo III.

Apresentamos as reflexões e discussões empreendidas por Oliveira (2016), para que, como já dissemos, possamos fazer um cotejo entre os resultados da tese e desta pesquisa. Lembramos que as entrevistas das(os) médicas(os) serão utilizadas como *corpus* nesta dissertação com o intuito de realizar uma análise mais fina do processo de sintagmatização para, então, entendermos como o discurso das(os) médicas(os) significam a *violência obstétrica*.

Por último, apresentamos uma breve visão da análise empreendida por Regis (2016) na tese de Letras. Seleccionamos as análises que de alguma forma possam dialogar com os comentários das mulheres a serem analisados no capítulo III e, com isso, enriquecer a discussão acerca dos sentidos em torno da *violência obstétrica*. Dentre as seções selecionadas, destacamos a “3.8 Ironia e metáfora” que traz reflexões acerca do uso de elementos lexicais que, dentro daquele contexto discursivo, corrobora para o sentido atribuído à *violência obstétrica*. A escolha de usar um léxico em termos de outro (no sentido metafórico, por exemplo, “me senti leoa naquele momento”) ajuda na compreensão do dito e do não dito no discurso. Desse modo, a análise realizada por Regis (2016) dos elementos estruturais nos auxiliarão para identificarmos nos discursos das mulheres e das(o) médicas(o) obstetras os usos linguísticos utilizados para dar sentido a *violência obstétrica*.

As análises finas nos ajudarão a desenvolver um olhar mais apurado para os comentários e entrevistas a serem analisados nesta pesquisa, pois atentaremos para o que já foi possível compreender acerca da *violência obstétrica* e também faremos reflexões sobre novos achados. Dessa forma, possivelmente, encontraremos pontos de encontro entre as análises e pontos ainda a serem explorados segundo a reflexão teórica de Benveniste.

No próximo capítulo, discorreremos sobre a teoria de Benveniste focando nos aspectos que são fundamentais para a elaboração desta pesquisa, bem como para a análise dos dados. Ademais, alguns leitores da obra benvenistiana nos auxiliarão nas discussões levantadas neste trabalho.

II - TRILHANDO UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO NA TEORIA DE BENVENISTE

Este capítulo visa a estabelecer a leitura da obra de Émile Benveniste em *PLG I* (1976) e *PLG II* (1989) com o intuito de buscar na teoria elementos que nos ajudem a investigar como nos discursos das mulheres e das(os) médicas(os) é construído o sentido em torno da *violência obstétrica*, a partir do processo de sintagmatização e semantização. Observaremos nos discursos a subjetividade e a intersubjetividade que são inerentes a toda comunicação humana, condições que transpassam a relação entre semiótico e semântico, ambos atravessados pela forma e sentido¹⁵, já que o discurso vai se organizando a partir dos elementos e das combinatórias realizadas nesse processo. Por intermédio da sintagmatização e semantização dos discursos é que observamos como os sentidos foram construídos nos discursos das mulheres e das(os) médicas(os). Toda enunciação se dá a partir do “eu” na interlocução com um “tu”, por isso a análise inevitavelmente será realizada partindo da intersubjetividade e subjetividade, pois todos os elementos do discurso se combinam a partir do “eu”.

Ademais, será feita a leitura da tríade “eu/tu-ele” em Dufour (2000) para colaborar com a investigação sobre subjetividade e intersubjetividade no que tange especificamente à organização dos laços sociais, isto é, verificando como a tríade nos auxilia a entender a construção dos papéis sociais das mulheres e das(os) médicas(os) através dos seus dizeres que constituem a significação da expressão. Dito de outra forma, como esses discursos criam efeitos na sociedade e, conseqüentemente, na cultura dessa sociedade.

Precisamos delinear de que forma estamos lendo a teoria de Benveniste, pois há diferentes possibilidades de leitura e de entrada na obra. De acordo com o tópico de cada subcapítulo, faremos uma leitura cronológica dos textos selecionados (*PLG I* e *PLG II*) para compreendermos o pensamento

¹⁵ Ver nota de rodapé 05, página 13.

do autor desde os primeiros passos até o desenvolvimento das temáticas em textos posteriores. Alguns desses textos, relacionados ao mesmo estudo, têm mais de dez anos de diferença entre eles, com isso, devemos respeitar também essa característica, ou seja, ler o texto sabendo em que época foi escrito e com que propósito.

A escolha de trabalhar com os textos de Benveniste em uma ordem cronológica se dá por entendermos que existe nos textos um certo avanço nas reflexões do autor. Dito de outra maneira, os textos partem de questões muitas vezes específicas e, ao longo do percurso teórico, abordam questões mais gerais sobre a discussão apresentada.

É preciso atentar ainda a outra questão importante na obra, cada texto tem suas características próprias, terminologias adequadas àquela discussão e, não raro, a um público específico. Isso pode ser percebido, quando, por exemplo, é encomendado a Benveniste texto que trate de determinada temática para ser publicado numa dada revista, ou ainda quando da sua participação em conferências que resultam em textos escritos. O autor é reconhecido pelo seu trabalho em diversas áreas das ciências humanas, por isso sua participação em congressos como, por exemplo, de Filosofia que resultou no texto “A forma e o sentido na linguagem” (1967)¹⁶ (TEIXEIRA; MESSA, 2015).

No entanto, não encontramos, nos textos de Benveniste, modelos prontos para realizarmos análises, pois “[...] a leitura atenta dos textos dos PLG I e II não permite, mesmo respeitada a cronologia dos textos, depreender um modelo acabado de análise, algo que, em linhas gerais, poderia ser chamado de uma metodologia”, além disso, “[...] cada texto dos PLG encerra teorização e análise específicas” (FLORES; TEIXEIRA, 2012, p. 154).

Dessa forma, acreditamos que os textos escolhidos para elucidar as discussões aqui propostas darão base às questões levantadas neste trabalho em relação à subjetividade, à intersubjetividade, à forma e ao sentido, ao

¹⁶ Data original da publicação do texto constante no *Problemas de Linguística Geral II* de 1989.

semântico e ao semiótico, bem como a questões de sintagmatização¹⁷ e semantização.

A organização do capítulo II “Trilhando um percurso teórico-metodológico na teoria de Benveniste” se dará da seguinte forma: no subcapítulo “Língua e linguagem na relação entre homem/sociedade/cultura”, abordamos esses elementos como indissociáveis segundo o que postula Benveniste, na medida em que uma introdução na teoria não poderia começar sem a descrição desses elementos fundamentais que se alojam em toda obra do autor; o subcapítulo “A faculdade de simbolizar inerente ao humano” trata sobre a simbolização, pois é ela quem possibilita o laço social, em outras palavras, a vida em sociedade e na cultura, já que a simbolização, para Benveniste, tem como propriedade a significação da língua; em “As categorias de pessoa, tempo e espaço em Benveniste”, apresentamos as categorias disponíveis no uso da língua; em “A subjetividade em relação intrínseca com a intersubjetividade”, discorreremos sobre as relações de intersubjetividade e subjetividade presentes no diálogo, assim como nos comentários das mulheres e nas entrevistas com médicas(os) obstetras acerca da *violência obstétrica*; no subcapítulo “Ele’, quem é e qual a sua importância para a comunicação?” apresentamos uma reflexão mais detalhada sobre o “ele” e sua relevância para a construção do discurso; e por fim, em o “Processo de sintagmatização e semantização a partir da forma e do sentido”, abordamos sobre o processo de sintagmatização e semantização do discurso na relação entre semiótico e semântico, ambos atravessados pela forma e sentido.

II.I Língua e linguagem na relação homem/sociedade/cultura

¹⁷ A sintagmatização está ligada à forma e ao semiótico, já a semantização está ligada ao sentido e ao semântico, no entanto, não podemos tomá-los separadamente, tendo em vista que um complementa o outro e todos são atravessados pela intersubjetividade e subjetividade.

Em toda obra de Benveniste, é notável a sua preocupação em refletir sobre língua e linguagem, homem¹⁸, sociedade e cultura através de estudos linguísticos. Para o autor, a língua, em princípio, é entendida como um sistema de signos, seguindo o que já postulava Saussure (2012).

Para entender a língua, seu objeto de estudo, o autor vale-se do caminho percorrido e deixado em suspenso por Saussure. No entanto, não se limitou a ficar no mesmo ponto, ele foi além e mergulhou no mundo da frase, entendida por ele como discurso, afinal, é por meio dela que nos comunicamos. Dessa forma, “Benveniste vai além de Saussure, pois instaura o sujeito no centro do estudo da linguagem [...] Muito mais do que ‘ir além’, Benveniste instaura um novo domínio de estudo, que é o do *discurso*” (TOLDO, 2012, p. 41, grifos da autora). É importante salientarmos que, segundo o autor, nos comunicamos por frases mesmo que truncadas, embrionárias e incompletas.

Em “Da subjetividade na linguagem” (1958)¹⁹, Benveniste trata sobre a relação do homem com a linguagem, mostrando que esta não é mero instrumento de comunicação como entendiam alguns linguistas de sua época. Para o autor, “falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza²⁰. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1976, p. 285). A linguagem é construída socialmente para Benveniste, é isso que define a natureza do homem. Natureza e cultura se constituem mutuamente. Ao postular que a linguagem está na natureza do homem, o linguista não faz oposição entre natureza e cultura, mas sim uma mudança contextual da noção de natureza, pois

¹⁸ Entendemos, para as discussões aqui levantadas, homem como humanidade.

¹⁹ Indicaremos a data original dos textos ao lado de cada título, pois os textos compilados em *PGL I e II* já haviam sido publicados, e eles apresentam data de publicação original, que difere da data da publicação dos PLGs .

²⁰ Para Benveniste, não há oposição entre natureza e cultura, pois o homem nasce na cultura e na linguagem. Não há um homem antes da linguagem ou um homem fora da cultura, porque ambos estão intimamente ligados. Assim sendo, “vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura (BENVENISTE, 1989, p. 22).

Benveniste submete a noção de natureza a uma mudança contextual que implica sua reinterpretação fora do par natureza-cultura, no sentido de uma especificidade antropológica. Há uma natureza do homem que pode ser pensada em uma relação de necessidade definitiva com a linguagem. A linguagem define o homem, como o homem, a linguagem (DESSONS apud NEUMANN e ROSÁRIO, 2016, p. 49)

No texto "Os níveis da análise linguística" (1962), o autor afirma que a língua de um lado é composta por signos formais e por procedimentos rigorosos combinados em estruturas e em sistemas, já por outro lado a língua se manifesta na comunicação viva. Encontramos subsídios na Teoria da Enunciação que nos levam a entender essa língua viva em constante troca entre os participantes da comunicação (BRAIT, 2006).

É com a frase que se ultrapassa o limite do sistema de signos, pois

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 1976, p. 139)

No texto "Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística" (1963), o autor faz algumas considerações em relação à *função* da linguagem. Ao fazermos relação com os relatos sobre a *violência obstétrica* entendemos que os fatos ocorridos são *re-produzidos* pelas mulheres, pois "a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento" (BENVENISTE, 1976, p. 26).

A linguagem é, dessa forma, o instrumento²¹ da comunicação intersubjetiva, pois ao escreverem sobre suas experiências, as mulheres constroem uma imagem delas mesmas, o "eu", e uma imagem do "tu", "assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade" (BENVENISTE, 1976, p. 26). E é nessa relação do homem com sua natureza e com outro homem, "por intermédio da

²¹ "Instrumento" é entendido como o meio pelo qual se estabelece a comunicação intersubjetiva. Com isso, a linguagem como instrumento de comunicação não é tomada como algo fabricado pelo homem, mas que está na natureza do homem.

linguagem, que a sociedade é estabelecida” (Ibid., p. 31). A linguagem²² é realizada sempre dentro de uma língua. Percebemos que os termos *língua* e *linguagem* a todo instante se alternam, existe uma espécie de flutuação teórica na obra de Benveniste, no entanto, podemos identificar no conjunto dos textos o sentido que cada um dos termos assume, “há de um lado, a língua²³, conjunto de signos formais, liberados por procedimentos rigorosos, nivelados em classes, combinados em estruturas e em sistemas, e de outro, a manifestação da língua na comunicação viva”, ou seja, a língua exercendo seu papel mediador entre homem e mundo por intermédio da linguagem (BENVENISTE, 1976 , p. 139). Ademais

Benveniste é um linguista das línguas, o que pode ser atestado no conjunto de suas produções, nas quais o ponto de vista sobre língua e linguagem é sustentado no conhecimento de muitas línguas. Mas ele é também um linguista da língua e da linguagem, como afirma Flores (2013), para quem os termos linguagem, língua e línguas integram o sistema conceitual de Benveniste, sem se recobrirem teoricamente, mesmo que muitas vezes esses termos sejam usados um no lugar do outro. (TEIXEIRA; MELLO, 2013, p. 07)

Ao falarmos sobre língua e sociedade, conseqüentemente, estamos também falando sobre a cultura, pois sendo a cultura inerente à sociedade, alguns procedimentos são ditados ou anulados, isso quer dizer que “consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve” (BENVENISTE, 1976, p. 31-32).

Nas entrevistas das(os) médicas(os) obstetras será possível verificarmos que a expressão *violência obstétrica* é rechaçada pela classe médica, pois tem algo nos discursos que não pode ou não deve ser dito. A tentativa de interdição dessa expressão mostra que há uma disputa entre os discursos dos médicos e o discurso das mulheres, sendo que os primeiros, em geral, possuem prevalência sobre os segundos.

²² Linguagem em Benveniste relaciona-se ao fato de que o autor discute especificamente sobre a linguagem verbal. Ainda que o autor discuta sobre outros sistemas de significação, como no texto “Semiologia da Língua”, publicado originalmente em 1969, o faz com intuito de esclarecer melhor o funcionamento da língua.

²³ A definição de língua e linguagem é apresentada de forma mais simplificada neste parágrafo, pois é discutida mais detalhadamente no subcapítulo II.I.

É por intermédio da língua que “o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma” (BENVENISTE, 1976, p. 32), é essa transformação da cultura que os discursos das mulheres buscam quando ousam cunhar a expressão *violência obstétrica*. É essa mudança de atitudes, procedimentos, tratamento à gestante, de como o parto é percebido pela equipe médica e sociedade, que esses discursos buscam repensar, com a finalidade de agir para uma mudança.

No texto “Saussure após meio século” (1963), Benveniste aponta que a língua é constituidora da sociedade, porque “não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como ‘língua’” (BENVENISTE, 1976, p. 47). Não temos acesso a nada que não seja pela língua, ela nos permite falar sobre qualquer coisa e até sobre ela mesma, tal é sua característica de significar.

Benveniste, em “A forma e o sentido na linguagem” (1966), apresenta as duas formas possíveis de ser língua no sentido e na forma, “a língua como *semiótica*; [...] e a segunda, que chamamos de língua como *semântica*” (BENVENISTE, 1989, p. 229). Aquela tem a função linguística de significar e esta a de comunicar, isto é, a língua sendo verificada em seu uso e em ação realizando sua função mediadora “entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, [...]”; em resumo organizando toda a vida dos homens” (Ibid., p. 229).

Tal é a importância da linguagem no meio humano, que ela serve, antes de tudo, para *viver*, “porque é próprio da linguagem significar”. Sem ela não haveria possibilidade de sociedade, nem de humanidade (BENVENISTE, 1989, p. 222). Embora a significação seja própria da natureza da linguagem, ela “não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo” (Ibid., p. 223). É através dos discursos que essas mulheres se subjetivam e portanto revivem e ressignificam as experiências, assim sentem-se parte de uma comunidade, da construção dos laços sociais, a fim de que possam, através de seus discursos, contribuir para a discussão desse tema ainda tão incipiente.

Não podíamos deixar de citar o texto “Estruturas da língua e estrutura da sociedade” (1968) em que podemos verificar como linguagem e sociedade são implicadas uma pela outra, já que o homem não atinge jamais outro homem se não for por meio da linguagem para lhe transmitir ou receber uma mensagem. No mesmo ano, foi publicada uma entrevista que Benveniste concede à Pierre Daix cujo título é “Estruturalismo e linguística” (1968), dessa forma, ambos textos serão citados para corroborar com a discussão proposta. Sobre língua e sociedade Benveniste afirma que

[...] a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir deste momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir deste momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra. (BENVENISTE, 1989, p. 93)

É somente na e pela linguagem que temos acesso a tudo que nos rodeia, inclusive, como já vimos, à vida em sociedade. Por intermédio da língua, podemos modificar comportamentos, atitudes e argumentos fortemente enraizados em nossa cultura “tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistemas de valores” (BENVENISTE, 1989, p. 22), como por exemplo a normalização e aceitação da violência praticada pela equipe médica, pois é assim que culturalmente os partos são tratados em nossa sociedade. Os valores linguísticos atribuídos por uma cultura de uma certa sociedade “são os que se imprimem na língua”, portanto, a cultura define o que tem ou não sentido. Um exemplo de como esse sentido se articula em diferentes culturas são as cores, pois “para nós a cor branca é a cor da luz [...] na China, é a cor do luto. Eis um exemplo de interpretação de sentido no seio da cultura; uma articulação entre uma certa cor e um certo comportamento e, finalmente, um valor inerente à vida social” (BENVENISTE, 1989, p. 22). Dito isso, a língua está impregnada de sentidos derivados da cultura de uma sociedade. Os discursos das mulheres e das(os) médicas(os), por exemplo, estão carregados de valores oriundos da cultura dessa comunidade, no entanto, por ocuparem posições diferentes na sociedade, seus discursos podem produzir sentidos diferentes para um mesmo tema, como a *violência*

obstétrica, assim sendo “o privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (Ibid., p. 66).

Não só a equipe médica normaliza os procedimentos agressivos, invasivos, constrangedores, mas também a comunidade (como a família da parturiente, mãe, tia, sobrinha, prima), já que, culturalmente, é assim que o parto é visto e percebido pela sociedade. Ao questionarem esses valores culturalmente impressos na língua pela sociedade, as mulheres buscam, através de seus discursos, mudanças em como o parto vem sendo tratado. A propósito disso, Benveniste afirma

[...] que a língua é o espelho da sociedade, que ela reflete a estrutura social e suas particularidades e suas variações e que ela é mesmo por excelência o índice das mudanças que se operam na sociedade e nesta expressão privilegiada da sociedade que se chama a cultura. (BENVENISTE, 1989, p. 94)

Certamente a mudança na sociedade através da história a que nos referimos diz respeito às instituições, pois o princípio da sociedade não se pode mudar já que ele “é o suporte e a condição da vida coletiva e individual” (BENVENISTE, 1989, p. 96). Do mesmo modo, o que os homens podem mudar na língua são as suas designações “que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua” (Ibid., p. 96).

Benveniste postula que a língua é o interpretante da sociedade, e que este é o interpretado daquela, com isso “a sociedade torna-se significativa na e pela língua” (BENVENISTE, 1989, p. 98). Para que isso ocorra, a língua precisa manter sua regularidade, não deve mudar como tal, já que a sociedade é mutável. Esta pode ser modificada, pode evoluir de forma rápida ou lenta dependendo dos eventos históricos ocorridos.

A mudança na sociedade e na cultura em relação à gestação, ao parto, ao atendimento dispensado às mulheres gestantes levará um tempo para acontecer e mais tempo para ser percebida como mudança real na vida das mulheres. Uma mudança efetiva na sociedade só é verificada após um longo

período, pois é através da história que podemos comprovar essas mudanças linguísticas e, conseqüentemente, mudança de cultura.

As alterações linguísticas que se operam na língua ocorrem por uma necessidade da vida social. O que não é nomeado não pode ser modificado/alterado/revisto, isso se confirma em relação direta ao tema aqui estudado; visto que, antes de a expressão *violência obstétrica* ser introduzida em discussões sobre os procedimentos violentos, invasivos, constrangedores que equipes de assistência à saúde da gestante realizavam constantemente, não se falava sobre, nem mesmo se percebiam como ações violentas tamanha era a normalização de tais práticas. Apesar disso Benveniste assevera que

Tal é, com efeito, a situação da língua face à sociedade; a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua estrutura. Com exceção das mudanças violentas, produzidas pelas guerras, pelas conquistas, o sistema da língua não muda senão muito lentamente, e sob a pressão de necessidades internas, de maneira que - [...] - nas condições de vida normal os homens que falam não são nunca testemunhas da mudança linguística. Só se dá conta disto retrospectivamente, ao fim de muitas gerações, e conseqüentemente somente nas sociedades que conservam os testemunhos dos estados linguísticos mais antigos, as sociedades dotadas da escrita. (BENVENISTE, 1989, p. 98)

Outro fator importante trazido pelo autor em relação ao uso da língua como prática humana é que “ela revela o uso particular que os grupos de classes de homens fazem da língua e as diferenças que daí resultam no interior da língua comum” (BENVENISTE, 1989, p. 102). Essa passagem nos permite pensar como os diferentes discursos, de médicas(os) obstetras e de mulheres/gestantes, constroem suas percepções a respeito da *violência obstétrica*. Um mesmo tema sendo abordado por indivíduos pertencentes a classes diferentes poderá apresentar visões e argumentos contrastantes entre eles, não que isso seja regra, já que uma aproximação entre esses discursos também é possível; principalmente se levarmos em conta que muitas mulheres consideram o tratamento que receberam coerente com o que elas já ouviram falar sobre o atendimento à gestante. Por isso, não os identificam como procedimentos violentos.

Dessa forma, Benveniste nos ensina que cada classe²⁴ social irá atribuir valor diferente a determinados usos de acordo com o lugar que cada um ocupa. Poderíamos dizer, seguindo esse raciocínio, que a classe médica e das mulheres também atribuem valores diferentes à expressão *violência obstétrica*. Os discursos que reconstroem e ressignificam as violências sofridas reivindicam mudanças reais no tratamento dirigido às mulheres. Sobre o uso que cada classe social faz de determinados termos para modificá-los e dar-lhes novos sentidos, Benveniste afirma que

Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e frequentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, estes termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem as diferenciações lexicais. (BENVENISTE, 1989, p. 102)

O texto “O aparelho formal da enunciação” (1970) será de grande auxílio para entendermos como o locutor coloca em funcionamento a linguagem por intermédio de uma realização individual, através do emprego da língua. É a enunciação que proporciona “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Não confundamos enunciação, que é “o ato mesmo de produzir um enunciado” com a fala, pois ambos são distintos (ibid., p. 82). Além disso, a enunciação é mediadora entre língua e discurso, pois é o ato de colocar a língua em funcionamento. Sobre o enunciado Fiorin²⁵ afirma que “o enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebido como o ‘estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas’” (Greimas e Courtés, 1979: 123) (FIORIN, 2006, p. 80).

O ato enunciativo tem a propriedade de estabelecer um laço social entre locutor e alocutário por meio de diferentes aspectos que possam emergir do discurso. Através dos seus relatos, as mulheres falam sobre os fatos negativos

²⁴ Para a discussão aqui proposta, é realizada uma relação entre a classe sobre a qual discorre Benveniste (classe social) e a classe médica e classe das mulheres, para elucidarmos como a teoria de Benveniste corrobora para a compreensão de como as(os) médicas(os) e mulheres se posicionam sobre a expressão *violência obstétrica*, a partir dos lugares que ocupam na sociedade.

²⁵ Apesar de Fiorin estar discorrendo acerca de outra teorização, de Greimas e Courtés, essa conceitualização se relaciona com o que se encontra na proposta de Benveniste e, por isso, utilizo as palavras do autor.

vividos no processo de pré-parto e parto e esperam que suas angústias sejam (re)conhecidas por outras mulheres, que também possam ter passado pela experiência traumática da *violência obstétrica*. Assim, uma relação de troca discursiva se estabelece nesses relatos e, “uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação” (BENVENISTE, 1989, p. 90).

Mesmo na enunciação escrita, que é o nosso objeto de análise, o indivíduo se coloca como enunciador, pois “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 1989, p. 90). A enunciação deixa marcas no enunciado que nos possibilitam a reconstrução daquela, já que “em si mesma, a enunciação é da ordem do inefável, só quando se enuncia pode ser apreendida” (FIORIN, 2006, p. 81).

Apresentamos um percurso de leitura acerca das noções de língua e linguagem em Benveniste relacionadas ao conjunto trinitário homem/sociedade/cultura, elementos indissociáveis, segundo o autor. Para entendermos o que é mobilizado na língua quando o locutor faz uso dela numa instância de discurso propondo-se como “eu”, é inevitável começarmos nossa trajetória teórica pela língua e linguagem em Benveniste na sua relação trinitária com o homem, a cultura e a sociedade. A partir desse entendimento, abordamos, no próximo subcapítulo, a faculdade de simbolizar inerente ao humano, refletindo acerca de como esse processo se dá na linguagem.

II.II A faculdade de simbolização inerente ao humano

Encontramos na seção intitulada “O homem na língua” no *PLG I* (1976) e *PLG II* (1989) subsídios para entendermos a capacidade do homem de simbolizar através da língua. No entanto, esse tema é constantemente

encontrado em outros textos da obra, por isso nos serviremos dos textos que, de uma forma ou outra, abordam o simbólico.

No texto “Comunicação animal e linguagem humana” (1952), Benveniste observa o funcionamento da comunicação das abelhas para entender como ela se diferencia da linguagem humana. Esse estudo foi realizado pelo zoólogo Karl von Frisch, que consistiu na observação do comportamento das abelhas no processo de transmissão de mensagens sobre a localização e distância do alimento encontrado (VERNALHA, 2012).

Benveniste observou algumas semelhanças e diferenças entre a comunicação das abelhas e a linguagem humana. O linguista afirma que pode ser útil essa observação para podermos definir, “por contraste ou semelhança, a linguagem humana” (BENVENISTE, 1976, p. 64). Uma semelhança se configura na “aptidão de simbolizar” das abelhas, pois “há, mesmo uma correspondência ‘convencional’ entre seu comportamento e o dado que traduz” (ibid., p. 64).

Essa “aptidão de simbolizar” é possível, porque as abelhas vivem em comunidades (em sociedade) e fazem uso dos mesmos recursos utilizados na linguagem, “no sentido de que o sistema é válido no interior de uma comunidade determinada e de que cada membro dessa comunidade tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos” (BENVENISTE, 1976, p. 64). Ou seja, as abelhas reconhecem o sinal e os interpretam, já que ele remete a uma certa “realidade”.

Já nas diferenças entre a linguagem humana e a linguagem das abelhas, o teórico aponta que estas não conseguem formular uma mensagem a partir de outra mensagem, a mensagem não supõe uma resposta, isto é, elas não conhecem o diálogo. Diferentemente do que acontece na comunicação das abelhas, “o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo [...]” (BENVENISTE, 1976, p. 65).

É justamente essa faculdade de simbolizar que proporciona às mulheres/gestantes, vítimas da violência, conferirem determinadas significações e re-significações para as experiências vividas. Elas, através dos relatos, fazem uso de signos que representam os fatos vivenciados por meio de uma repetição dos acontecimentos de um jeito novo, pois só é possível *re-presentar*²⁶ na língua, já que “não há relação necessária entre referência objetiva e a forma linguística” (BENVENISTE, 1976, p. 66). Com isso, os discursos apresentam o manejo dos símbolos da língua para construírem suas percepções acerca da *violência obstétrica*. Isso acontecerá também nos discursos das(os) médicas(os).

Por fim, Benveniste afirma que não é possível decompor o conteúdo da comunicação das abelhas em seus elementos formadores, como por exemplo os “morfemas” da linguagem que se referem a elementos do enunciado. Ou seja, “cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações” (BENVENISTE, 1976, p. 66).

No texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), escrito onze anos depois de “Comunicação animal e linguagem humana” (1952), Benveniste expande as discussões sobre a faculdade de simbolizar. Juntos, indivíduo e sociedade, segundo Benveniste, se fundam na língua por igual necessidade (BENVENISTE, 1976).

A despeito do ato de simbolizar, Benveniste assevera que entende “[...] a faculdade de *re-presentar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, estabelece, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 1976, p. 27, grifo do autor); é isso que possibilita a representação do ocorrido, por intermédio da língua.

²⁶ Entendemos *re-presentar* nos discursos das mulheres um meio de experienciar novamente os fatos vividos a partir do uso de signos linguísticos, por meio da simbolização, que representam o evento do parto e as violências sofridas. Ver também nota de rodapé 11, p. 15.

Os signos, unidades de base da linguagem, são convocados nos relatos para representarem os acontecimentos do mundo - a cena da *violência obstétrica* no pré-parto e parto. Nesse sentido, além de perceber o símbolo “como impressão sensorial”, é necessário compreendê-lo e interpretá-lo “em sua função significativa” (BENVENISTE, 1976, p. 29).

Por não haver ligação direta e natural do símbolo com aquilo que simboliza, é preciso que a comunidade interprete-o dentro da língua particular utilizada nesse meio e possa também formular sua própria mensagem em relação à primeira. A linguagem oferece, ao indivíduo, um modelo de estrutura para que consiga fazer as relações entre o signo e as coisas do mundo, representando o real. Ela “relaciona no discurso palavras e conceitos, e produz assim, como representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais” (BENVENISTE, 1976, p. 30).

É necessário lembrar que a linguagem “é um sistema simbólico especial”, e ele se organiza em dois planos: de um lado se relaciona ao fato físico e de outro “é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’” (BENVENISTE, 1976, p. 30). A experiência da *violência obstétrica* é *re-presentada* através dos relatos por meio dos discursos e, com isso, as mulheres fazem emergir significações para a experiência vivida, ou seja, as combinações das formas produzem sentidos que evocam as violências sofridas.

Para Benveniste, a língua organiza o pensamento e “é por isso que o símbolo linguístico é *mediatizante*” (BENVENISTE, 1976, p. 30, grifo do autor). A forma linguística é o único meio de realização do pensamento. O símbolo linguístico “torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa” (Ibid., p. 30). Ao enunciarem, as mulheres se subjetivam e, ao mesmo tempo, convocam o “tu” para a comunicação a partir do manejo desses símbolos da língua, esse processo também acontece nas entrevistas das(os) médicas(os).

Compreendemos, dessa forma, que não há relação imediata e natural entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, é preciso que haja um intermediário, “esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem” (BENVENISTE, 1976, p. 31). Verificamos, então, que é o símbolo o responsável pela ligação entre o homem, a língua e a cultura, pois “como sistema simbólico por excelência, a linguagem, que se realiza em uma língua particular inseparável de uma sociedade com sua cultura, é o elo intermediário homem-mundo e homem-homem” (Silva, 2018, p. 422).

O capítulo intitulado “Estruturalismo e linguística” (1968), entrevista de Pierre Daix com Émile Benveniste, mostra que a abordagem linguística de Benveniste irá tratar dos fundamentos da língua, não mais das origens, pois “como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação” (BENVENISTE, 1989, p. 25). A língua, é, de fato, o domínio do sentido, porque somente nela temos a possibilidade de simbolização, ela é um sistema simbólico que utiliza os signos (unidades de base) para a realização da comunicação dentro de uma sociedade e de uma cultura já que “damos um sentido a certos gestos, não damos nenhum sentido a outros, no interior de nossa cultura” (BENVENISTE, 1989, p. 25).

Temos acesso a tudo o que nos rodeia somente pela linguagem, mas não só isso, nos constituímos como sujeitos no exercício da linguagem (pelo discurso), na interação com o outro. É a linguagem que categoriza o mundo por seu caráter simbólico. Dessa forma, ao utilizarmos a linguagem, estamos ressignificando o mundo, construindo novas versões dele. É, então, na e pela língua que sociedade e homem ganham existência, é na e pela língua que ambos são possíveis.

Procuramos apresentar como o simbólico se dá a partir do uso da língua para *re-presentar* experiências vividas, buscando relacionar com o tema aqui discutido, *a violência obstétrica*. A seguir, abordaremos as categorias de pessoa, tempo e espaço elementos que são mobilizados a cada vez que o locutor utiliza a língua dizendo “eu” a um “tu” numa relação intersubjetiva.

II.III As categorias de pessoa, tempo e espaço em Benveniste

Depois de apresentarmos nossa leitura de língua e linguagem em Benveniste e o processo de simbolização inerente ao humano, neste subcapítulo, apresentaremos as categorias acionadas em todo discurso, quais sejam: categoria de pessoa, tempo e espaço. Essas categorias serão analisadas nos comentários e entrevistas com o intuito de entendermos quem são as pessoas do discurso, como se constroem as categorias de tempo e espaço na enunciação.

No texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), Benveniste trata das noções de pessoa atrelada ao verbo, ou seja, a pessoa introduz no verbo aquele que fala, portanto, “a categoria de pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo” (BENVENISTE, 1976, p. 250). Nesse texto, o autor já aponta que os pronomes têm caracteres que lhes são particulares e comportam relações diferentes, por isso deverão ter um estudo separado, é o que ocorre dez anos mais tarde com o texto “A natureza dos pronomes” (1956).

Além disso, o autor sublinha que o caráter não-linguístico de uma categoria deve ser apresentado de forma que não se torne apenas uma transposição para uma teoria “pseudo-linguística [as] diferenças de natureza *lexical*” (BENVENISTE, 1976, p. 248, grifo do autor). Precisamos compreender como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras, e como se dá essa oposição.

Os gramáticos árabes definiram as pessoas verbais como “a primeira pessoa sendo [...] ‘aquele que fala’, a segunda [...] ‘aquele a quem nos dirigimos’, mas a terceira é [...] ‘aquele que está ausente’” (BENVENISTE, 1976, p. 250). Nessa distinção, podemos observar a relação entre as pessoas e a “não-pessoa” como postula Benveniste. É pela oposição entre as duas primeiras pessoas e a terceira que podemos confirmar a pessoalidade das primeiras e a não-pessoalidade da terceira, “é preciso, portanto, procurar saber

como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (BENVENISTE, 1976, p. 248). A categoria de pessoa pertence ao semântico, pois depende de que o indivíduo assuma a linguagem e a manifeste em uma instância de discurso, já a não-pessoa pertence ao semiótico “linguagem enquanto sistema de signos” (TEIXEIRA, 2004, p. 117).

Nas duas primeiras pessoas, identificamos simultaneamente uma pessoa e um discurso sobre essa pessoa, dizendo “eu” falo necessariamente de mim e, ao mesmo tempo, designo o “tu” no meu enunciado que, por sua vez, não pode ser pensado fora do enunciado. Ambos são construídos juntos no discurso, não só as pessoas verbais, mas também a “não-pessoa”. Esses três termos estão interligados e não podem ser concebidos um sem o outro na enunciação.

O “eu” e o “tu” são cada vez únicos a cada vez que são evocados na enunciação. Além disso, eles possuem a característica de serem inversíveis entre si, pois assim que o “eu” acaba de enunciar para um “tu”, esse “tu” ao tomar a palavra para si, se torna o “eu” da enunciação. Essa reversibilidade é própria das pessoas verbais. Existe, porém, uma oposição entre as pessoas “eu-tu”. Benveniste definirá “o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se opõem juntas à forma de ‘não-pessoa’ (= ‘ele’)” (BENVENISTE, 1976, p. 255, grifos do autor).

No texto “A natureza dos pronomes” (1956), Benveniste discorre acerca do fato de que os pronomes se constituem de diferentes formas dependendo como a língua se organiza. Uns pertencem à sintaxe da língua, e outros são verificados apenas no momento em que são utilizados na enunciação, chamada de “instância de discurso” pelo autor, isto é, “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1976, p. 277).

Os pronomes só ganham existência linguística quando os homens os utilizam em seus enunciados, pois são categorias vazias até que sejam

preenchidas no discurso. Os pronomes não possuem significação por si mesmos, com isso, Benveniste procura pensar qual seria o papel desses pronomes na organização da vida em sociedade. Quando instauramos um “tu” em nosso discurso, estamos dando um lugar de fala para o “tu” se enunciar e colocar sua posição no discurso e se situar na sociedade.

No estudo dessas marcas linguísticas encontradas nos relatos e nas entrevistas, podemos entender como se constroem, a partir do enunciado, as relações de intersubjetividade, bem como a busca pela subjetividade. Serão as construções (na relação entre forma e sentido) elaboradas nos discursos das mulheres e das médicas(os) que nos permitirão verificar como significam a *violência obstétrica* através dos enunciados. Em outras palavras, é na frase que verificaremos a semântica do discurso e todas as relações que daí resultam.

O “eu” não possui uma classe de referência na instância de emprego, pois não remete a um “objeto” definível, “cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (BENVENISTE, 1976, p. 278, grifo do autor). Com isso, a “realidade” a qual se referem “eu” e “tu” é a “realidade de discurso”. O “eu” se constrói apenas em termos de “locução”, nunca em termos de objeto, pois “*eu* significa ‘a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’” (ibid., p. 278, grifo do autor)

Compreendemos, dessa forma, que o “eu” só vai ser identificado na instância de discurso e somente por aí ele tem valor. O indivíduo é, por sua vez, o “eu” “que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (BENVENISTE, 1976, p. 279, grifo do autor).

Alguns “indicadores” são acionados na instância de discurso para se referirem às pessoas “eu-tu”. Em primeiro lugar, podemos citar os demonstrativos este, esta, aquilo, aquele etc., “na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa” (BENVENISTE, 1976, p. 279). Os advérbios *aqui* e *agora* não pertencem à mesma classe dos demonstrativos, mas são associados ao mesmo referente. Esses advérbios são

reconhecidos contemporaneamente na instância de discurso que contém “eu”, pois delimitam a instância espacial e temporal discursiva.

Outros termos também podem ser reconhecidos como o *hoje*, o *amanhã*, o *ontem* etc., no entanto, é preciso acrescentar que não podemos definir esses termos e nem os demonstrativos pela *deíxis* sem mencionar que ela “é contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa” (BENVENISTE, 1976, p. 280). A língua recorre a uma série de termos distintos para revelar a diferença entre o que é da instância de discurso e o que não mais se refere a ela, como “os objetos ‘reais’, aos tempos e lugares ‘históricos’”, via enunciação (ibid., p. 280).

No texto “Da subjetividade na linguagem” (1958), Benveniste vai retomar a questão dos pronomes acrescentando que eles não remetem a um conceito nem a um indivíduo. Não há um conceito para “eu” unindo todos os “eus” que se enunciam a todo instante pelos locutores, com isso, “o ‘eu’ não denomina pois nenhuma entidade lexical” (BENVENISTE, 1976, p. 288).

Dessa forma, o “eu” não designa um indivíduo particular, caso isso acontecesse, o caos seria instaurado na linguagem, porque o termo não pode referir-se a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo servir para identificá-lo na sua particularidade. O “eu” se refere ao “ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” e, além disso, remete sempre a uma realidade de discurso (BENVENISTE, 1976, p. 288). Para corroborar o que afirma Benveniste, citamos Neumann e Rosário ao postularem que

Ao utilizar o pronome “eu”, elemento de um paradigma, o locutor o assume e o transforma em uma designação única que produz uma nova pessoa a cada vez. E é a partir dessa experiência central que se determina a possibilidade mesma do discurso. (NEUMANN; ROSÁRIO, 2016, p. 50)

Os pronomes pessoais têm a propriedade de manifestar a subjetividade, no entanto, conforme Silva,

[...] os pronomes pessoais podem manifestar a subjetividade, podem ser considerados indicadores de subjetividade, mas é a noção de pessoa que integra todas as línguas e toda atividade enunciativa. É a pessoa que fala, não o pronome nem o verbo com desinência

peçoal. Dito de outra forma, é eu que toma a língua toda e fala no mundo, ainda que eu não diga eu. (SILVA, 2020, p. 109)

A noção de tempo no discurso refere-se sempre ao “presente”, mesmo que para falarmos sobre acontecimentos passados ou futuros. Esse “presente” “tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve”. Isto é, “a marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso” (BENVENISTE, 1976, p. 289).

É a partir do “presente” instaurado na instância de discurso dos relatos, que se tecem as experiências passadas das mulheres acerca da violência sofrida. A partir do *aqui* e *agora* da enunciação, se constroem essas narrativas que significam a *violência obstétrica*. A cada novo relato escrito, o “presente” é um novo “presente”, pois ele é determinado a cada vez pelo locutor que os enuncia na instância de discurso. Ademais, “não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se *está*’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’” (BENVENISTE, 1976, p. 289, grifos do autor).

No texto “Aparelho formal da enunciação”, as categorias são analisadas via enunciação, em que “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno”, isto é, o “presente”, no aqui e no agora do discurso por meio de formas específicas (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Nesse texto, Benveniste afirma que os índices de pessoa “eu-tu” são produzidos na e pela enunciação, o “eu”, o indivíduo que enuncia, e “tu” sendo o alocutário. Da mesma forma, existem numerosos índices de *ostensão* que designam “o objeto ao mesmo tempo que é pronunciado na instância de discurso”, quais sejam: este, aqui, etc. (BENVENISTE, 1989, p. 84-85).

Os pronomes demonstrativos e os pronomes pessoais estão na classe dos “indivíduos linguísticos”, eles se referem “sempre e somente a conceitos” e são efetuados na enunciação por um ato individual. Assim sendo, “eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez

eles designam algo novo” (BENVENISTE, 1989, p. 85). Algumas classes de signos têm a existência possível via enunciação, isto é, “não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

As formas temporais são determinadas sempre em relação a *ego*, que é a referência central, sendo produzidas na e pela enunciação. O tempo linguístico é realizado a partir da categoria do “presente” manifesto na enunciação. Benveniste é categórico ao afirmar que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85). Sobre isso, Neumann e Rosário (2016, p. 50) afirmam que “é justamente o fato de se definir e de se organizar como função do discurso, de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o que faz a singularidade do tempo linguístico”.

Estamos, dessa maneira, sempre num eterno “presente”, numa continuidade e temporalidade engendrados nesse eterno “presente”, que é “o presente do próprio ser e que delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

Os dêiticos permitem que o indivíduo se comunique com outros indivíduos em uma comunidade, com isso garantem a possibilidade do convívio social. Ao assumir essas formas da língua, o indivíduo viabiliza a comunicação com o outro e, conseqüentemente, a sua realização como sujeito ao dizer “eu” para um “tu”.

Benveniste vai inscrever no âmbito da dêixis outras modalidades possíveis de serem usadas na intersubjetividade entre indivíduos, são elas: a interrogação, a intimação e a asserção. Conforme Pires e Werner,

A partir das formas de interrogação, intimação e asserção, ele inclui outros tipos de modalidades pertencentes à dêixis, como os modos (optativo, subjetivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia expectativa, desejo, apreensão... e ainda outros mais, relativos à fraseologia, como talvez, provavelmente, etc. (PIRES e WERNER, 2006, p. 156)

Verificamos, a partir dos textos selecionados para este subcapítulo, que as categorias de pessoa, tempo e espaço possuem condições iguais para a manifestação da subjetividade na linguagem. A instauração dessas categorias só é possível pela apropriação da língua pelo locutor que diz “eu” a um “tu” numa instância de discurso, a qual designará a cada vez um novo “eu”, um novo tempo e um novo espaço. A partir disso, passamos para o próximo tópico que trata sobre a subjetividade e intersubjetividade, ambos construídos juntos na enunciação numa situação de diálogo.

II.IV - A subjetividade em relação intrínseca com a intersubjetividade

A partir da compreensão de como as categorias de pessoa, tempo e espaço são construídas na enunciação, conforme explorado no subcapítulo II.III, passamos a elucidar como se dá o processo de subjetividade numa relação de intersubjetividade.

Para falarmos sobre a subjetividade, precisamos, em primeiro lugar, entender a dependência que o “eu” da enunciação possui em relação ao “tu”, já que não alcançamos a subjetividade sem a instauração do outro no discurso. Como seres de uma sociedade, somos submetidos a todo instante ao uso da linguagem em uma relação de intersubjetividade com o outro. Para que o diálogo seja estabelecido, é necessário algo a ser dito sobre alguma coisa ou alguém, isto é, o “eu”/“tu” e o “ele” são constituídos ao mesmo tempo no discurso, e o “ele” tem papel fundamental nessa relação.

No texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), podemos verificar uma primeira questão importante sobre o “eu” e o “tu”, que diz respeito a ter sempre uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Dessa forma, quando falamos sobre qualquer assunto, mesmo que não seja sobre o “eu” que fala, ele está instaurado no discurso, pois “é eu que toma a língua toda e fala no mundo, ainda que eu não diga eu” (SILVA, 2020, p. 109).

Portanto, mesmo que não tenhamos num enunciado o “eu” evocado explicitamente, é ele quem possibilita o discurso sobre algo ou alguém ao mesmo tempo em que designa o “tu” no processo de diálogo. Quando usamos a linguagem, estamos construindo um ser de linguagem, mas que também nos constitui como ser da “realidade”, provocamos um efeito na realidade (WERNER, 2006).

Essa relação entre o “eu” e o “tu” é que possibilita a subjetividade, e ambos são únicos a cada vez que “eu” enuncia a um “tu”. Além disso, “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’” (BENVENISTE, 1976, p. 253). Quando usamos a língua criamos uma imagem²⁷ do “eu” e uma imagem do “tu”, é sempre uma imagem do outro a quem nos dirigimos, porque não temos acesso a esse outro plenamente, somente por intermédio da linguagem. O “eu” nunca é pleno, é sempre um vir a ser, pois somente temos acesso àquilo que o outro deixa transparecer através do seu discurso.

Benveniste afirma que a intersubjetividade é anterior à subjetividade, sem a ideia de um “tu” não começamos um diálogo, só porque posso instaurar um “tu” é que posso dizer “eu”, ou seja, nos constituímos sempre em relação ao outro. A partir da imagem que fazemos do outro é que organizamos o nosso discurso, ainda que não tenhamos o controle de como o outro irá receber nosso dizer. Esse dizer é sobre algo ou alguém, “a ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma *coisa* pode ser predicada” (BENVENISTE, 1976, p. 253). Segundo Dufour, “‘ele’, esta simples palavra, realiza um imenso prodígio: ele faz *ver* aquilo que não está presente. ‘Ele’ *re-presenta* o que está ausente. [...], ‘ele’ torna possível a cena da representação” (DUFOUR, 2000, p. 90, grifos do autor).

Com a noção de pessoa do discurso, não estamos apenas em busca das marcas no enunciado para evidenciar o sujeito e, conseqüentemente, perceber que ali há subjetividade, pois já vimos que não é preciso marcar a

²⁷ Este termo será discutido mais detidamente no subcapítulo II.V.

pessoa para que ela esteja presente no discurso. A subjetividade para Benveniste está na língua toda e não somente nos verbos ou pronomes. Antes, buscamos compreender como essa categoria “eu” se estabelece na sociedade através da linguagem, observando como o discurso é organizado, semantizado, semiotizado para adquirir determinado sentido, pois cada vez que usamos a língua interferimos na “realidade”.

Nossa discussão não se restringe a análises apenas de marcas linguísticas para evidenciar a subjetividade e a intersubjetividade na linguagem, pois estaríamos reduzindo a teoria de Benveniste a uma visão simplista dos fatos de linguagem. Nossa proposta é verificar como esse colocar a língua em funcionamento fundamenta a vida em sociedade, a partir da constituição do sujeito ao dizer “eu” em seu enunciado. Em relação aos relatos e às entrevistas, a investigação de como as mulheres e médicas(os) significam *violência obstétrica* implica passarmos pelos caminhos delineados por Benveniste e aqui apresentados, quais sejam: a subjetividade e a intersubjetividade, a forma e o sentido, o semântico e semiótico, bem como a sintagmatização²⁸ e semantização. Esses últimos nos permitirão entender como os demais se articulam no discurso desses dois grupos.

No texto “A natureza dos pronomes” (1956), verificamos com bastante clareza a denominação da categoria de pessoa relacionada não só aos pronomes pessoais ligados à sintaxe, mas ao uso vivo da língua numa “instância de discurso”, isto é, [n]os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras pelo locutor” (BENVENISTE, 1976, p. 277). Com isso, cada “eu” tem sua referência própria e se refere sempre a um ser único. Benveniste deixa claro nesse texto que o foco de seu estudo está no sujeito de linguagem, no entanto, o locutor também é apresentado em sua teoria.

Esse “eu” linguístico só pode ser identificado pela instância de discurso que lhe confere existência e somente “no ato das palavras que a profere” (Ibid.,

²⁸ Ver nota de rodapé 17, página 40.

p. 279). As formas “eu” e “tu” não remetem à “realidade”, mas sim à enunciação, isto é, o emprego do “eu” está condicionado ao discurso, pois só temos acesso ao outro via discurso. Precisamos destacar que “eu” e “tu” são signos vazios, isto quer dizer que não existem fora da enunciação. Para que eles sejam preenchidos, basta que o locutor abra a boca. Dufour afirma que

“Eu” e “tu”, estes signos vazios, não-referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva: eles estão à disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas conchas vazias se tornem cheias. (DUFOUR, 2000, p. 74)

Podemos dizer que tudo está relacionado ao “eu” de linguagem, por isso a obra de Benveniste é uma teoria sui-referencial, ou seja, o “tu” é “tu” em relação ao “eu”, o agora é agora em relação ao “eu”, o espaço é espaço em relação ao “eu”. E ao mesmo tempo em que o “eu” se constitui na realidade, ele auxilia na construção da realidade, ele constrói o tempo e espaço. Benveniste nos dá pistas de como instauramos o tempo, o espaço, o “eu”, o “tu” quando usamos a língua; o discurso é a língua em atividade, que produz efeito na realidade.

Ao entendermos que o discurso produz efeitos na realidade, conseguimos compreender, a partir dos discursos das mulheres, uma busca por mudanças reais em como o parto é visto e tratado atualmente. Por meio da organização sintagmática que se realizam os discursos das mulheres, é que temos acesso ao sentido atribuído à *violência obstétrica*. Sobre isso, Benveniste postula que “o caráter sistemático da linguagem faz com que a apropriação assinalada por esses indicadores [“eu/tu”] se propague na instância de discurso a todos os elementos susceptíveis de aí ‘concordar’ formalmente” (BENVENISTE, 1976, p. 281).

Em toda relação “eu/tu” existe um “ele” que pode ser uma pessoa ou um objeto, um fato, um evento, um acontecimento de quem as pessoas do discurso falam. Benveniste denomina o “ele” como a não-pessoa, que

[...] é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a

própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de referência objetiva. (BENVENISTE, 1976, p. 282, grifos do autor)

No texto “Da subjetividade na linguagem” (1958), Benveniste mostra que a linguagem é muito mais do que só um meio de comunicar algo a alguém. Falar da linguagem como instrumento é colocar o homem em oposição à sua natureza, pois “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1976, p. 285).

Não há outro meio de o homem se constituir como sujeito a não ser “na e pela linguagem”, e com isso há a possibilidade da subjetividade que é a “capacidade do locutor em se propor como ‘sujeito’” (Ibid., p. 286). É no exercício da linguagem, na intersubjetividade com o outro que podemos manifestar nossa subjetividade, pois “é ego que *diz* ego”, dessa forma, é o “*status* linguístico da ‘pessoa’” que determina a subjetividade (Ibid., p. 286, grifos do autor).

Quando as mulheres escrevem seus comentários relatando as experiências vividas, elas constituem, em primeiro lugar, uma imagem de si, o “eu” do discurso, ao mesmo tempo em que constituem uma imagem do “tu” que irá ler seu texto. Assim sendo, “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (Ibid., p. 286). É a partir dessa relação que os enunciados são organizados, e se ressignificam suas experiências. Segundo Benveniste, “essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade” entre o “eu” e o “tu” (Ibid., p. 286, grifos do autor).

Quando uma mulher relata sobre a *violência obstétrica* sofrida, ela ressignifica aquele momento, através de um representação da experiência vivida, mesmo que essa ressignificação não se realize de forma totalmente consciente, ou seja, mesmo que ela não tenha domínio/consciência desse processo. A subjetividade está ligada intrinsecamente ao exercício da linguagem, dessa forma, relacionamos essa prática, que é a da troca e do diálogo, à experiência vivida pelo locutor.

É preciso observar que não há igualdade nem simetria entre essas duas “pessoas”, pois “eu” é transcendente a “tu”, ainda assim, um não tem existência linguística sem o outro, eles são complementares “mas segundo uma oposição ‘interior/exterior’”, e ao mesmo tempo são reversíveis (Ibid., p. 286-287).

Uma das formas em que nos apoiamos para verificarmos a subjetividade na linguagem são os pronomes, além desses os chamados dêiticos são tão relevantes quanto os primeiros, pois organizam as relações espaciais e temporais do discurso. Conforme pode ser observado com mais detalhe no subcapítulo II.II.

No texto “A linguagem e a experiência humana” (1965), Benveniste discorre sobre as duas categorias essenciais do discurso, que estão diretamente ligadas às categorias de pessoa e tempo. A individualização do homem dizendo “eu” é relacionada à oposição que faz ao “tu” e ao “ele”. Dessa forma, conforme Benveniste

Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. (BENVENISTE, 1989, p. 68, grifos do autor)

A experiência da subjetividade pode ser verificada através do *tempo* explorado nos discursos. Existe o tempo físico, o tempo crônico e o tempo linguístico, é nesse último que encontramos subsídios para pensarmos a subjetividade e a intersubjetividade na linguagem. A intersubjetividade é que propicia a experiência humana, pois “é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem” (Ibid., 1989, p. 80).

Tentamos, neste subcapítulo, delinear os aspectos fundamentais da subjetividade e intersubjetividade, elementos que atravessam toda a teoria de Benveniste e que nos servirão de apoio para as análises posteriores. Passamos então a discutir sobre “eu-tu/ele” em Dufour.

II.IV.I - “Eu-tu/ele” em Dufour e suas contribuições para a compreensão do estabelecimento do laço social

Neste subcapítulo abordaremos a tríade natural defendida por Dufour (2000), além de mostrar sua contribuição para entendermos como esses elementos são fundamentais para a construção dos laços sociais. As discussões sobre “eu-tu/ele” levantadas pelo autor vão além das postuladas por Benveniste, pois busca compreender o caráter pragmático da linguagem a partir do sujeito da linguagem com vista a entender as condições que regem as relações sociais. Ainda que este subcapítulo tenha como foco as reflexões de Dufour acerca da trindade natural, mas sabendo que o autor parte dos estudos benvenistianos sobre “eu-tu/ele”, traremos em alguns momentos do texto de Benveniste para ratificar determinada discussão, além de outras leituras de Dufour.

Dufour nos instiga a pensar sobre os elementos que mobilizamos na língua quando falamos, pois *“quando um sujeito fala, ele diz ‘eu’ a um ‘tu’, a propósito d’ele”* (Dufour, 2000, p. 69, grifos do autor). Esse dispositivo que nos parece tão banal possibilita o colocar a língua em uso e determina o lugar do homem na língua. Na visão do autor, o conjunto “eu”, “tu” e “ele” é uma espécie de língua prévia, “uma língua de acesso à língua, *uma língua na língua*” (Ibid., p. 69, grifos do autor). Assim sendo, quando o locutor abre a boca está pressuposto que há um sistema linguístico a ser compartilhado, está pressuposto um tempo, um espaço e as pessoas do discurso “eu” e “tu”. Dufour explora a característica universal da categoria de pessoa “e sua relação com a instauração da experiência humana” (TEIXEIRA, 2012, p. 43).

É pela possibilidade de inversibilidade entre as pessoas do discurso que aquele com quem falo assume esse sistema sem questionar. Teixeira (2012, p. 446), a partir desse processo de troca entre o “eu” e o “tu”, afirma que “o processo de comunicação intersubjetiva é uma consequência desse trabalho que os interlocutores cumprem mutuamente sem nem mesmo perceberem”.

O índice “eu” por seu caráter de inversibilidade e por ser alienável será empregado pelo outro, pois “mal você tiver acabado de falar e seu alocutário já irá tomar por sua conta [...] o próprio índice que designava você [...]” (DUFOUR, 2000, p. 73). Por isso, podemos destacar como o uso dos pronomes na linguagem faz mais do que possibilitar a subjetividade, eles permitem a construção das relações sociais. Como eles agem nessa sociedade, como eles auxiliam na organização social são questões trazidas por Dufour. Dessa forma, o autor observa que os pronomes reproduzidos na obra de Benveniste ultrapassam questões linguísticas *stricto sensu* mostrando o que é colocado em jogo quando o locutor faz uso da língua dizendo “eu” a um “tu” a propósito d’ele (CAVALHEIRO, 2006).

Quando as mulheres relatam as experiências vividas no pré-parto e parto, elas utilizam um direito inalienável “falar é usar ‘eu’, e usar ‘eu’ é reconhecer-se mutuamente o direito à fala, a propósito do qual, evidentemente, ninguém pede contas” (Ibid., p. 77). É a partir do uso da língua que temos a possibilidade de mudar/rever determinadas questões da sociedade e da cultura, pois o que hoje nos parece adequado, amanhã pode não ser. O olhar que se tinha do parto há cinco décadas não é o mesmo olhar que se tem hoje, vemos essa busca pela mudança de como o parto é visto quando mulheres se mobilizam para falar sobre as diferentes formas de violência a que são submetidas.

Nesse processo de reivindicações e lutas engendrado pelas mulheres e por profissionais que também reconhecem essas violências, encontramos grupos que negam a existência dos fatos narrados por elas. No entanto, para negar ou contestar o discurso dessas mulheres, antes o alocutário terá que reconhecer esse dito, pois “meu alocutário pode, de todas as maneiras imagináveis, contestar meus ditos [...], pois terá sentido a necessidade, para contestar meus ditos, de afirmar que eu os proferi enquanto ‘eu’” (DUFOUR, 2000, p. 83).

Vemos o social colocado em evidência com o ato de fala, “[...] o campo social é o lugar onde lutam indivíduos que se constituem em grupos, em cliques, em clãs, em classes, para a apropriação do ato de fala que, com sua magia, entra no mundo antes de todo controle” (DUFOUR, 2000, p. 82). A língua é indiferente ao social, mas o contrário não se aplica, ou seja, o social não é indiferente à língua. Nessa apropriação por grupos diferentes, principalmente em relação à classe a que pertencem os indivíduos de cada grupo, discursos diversos podem emergir sobre determinado assunto, como a *violência obstétrica*; em que médicas(os) obstetras e mulheres produzem, muitas vezes, percepções diferentes sobre o tratamento dispensado às gestantes, através de seus discursos. O que para um grupo pode significar violência, para outro grupo pode significar procedimentos de rotina que são aprendidos na academia e são perpetuados como normais e necessários.

Através dos comentários em que as mulheres ressignificam a experiência vivida, a partir do processo de sintagmatização, procuramos mostrar essas nuances nos enunciados escritos que constroem a semantização do discurso e, desse modo, a significação em torno da *violência obstétrica*.

No processo de intersubjetividade entre o locutor e o alocutário está implicado, necessariamente, algo ou alguém de quem falam, ou seja, o “ele”. Sobre essa condição do “ele” no discurso, a ausência, Dufour vai afirmar que

A língua só se constitui como tal (como vetor de um sistema simbólico permitindo a gênese social e individual dos sujeitos) integrando alguma coisa que está radicalmente fora da língua. A partir do momento em que é admitida a necessidade dessa relação, pode-se dizer que o “ele”, o ausente das relações de copresença, representa a morte. Disso se pode fazer um teorema: o “ele” do sistema eu-tu/ele é um significante que tem por significado a morte. (DUFOUR, 2000, p. 98, grifos do autor)

Na obra *Os Mistérios da Trindade* (Dufour, 2000), Dufour mostra a importância vital que a ausência tem para a enunciação e para a construção do laço social. Na verdade, para o autor, não se pode priorizar somente as díades na comunicação, mas sim a trindade natural do “eu-tu/ele”. É preciso

considerar a indissociabilidade entre esses três termos. O “ele”, pronome que representa a ausência na instância de discurso, é a garantia da presença dos outros, ou seja, “[...] não lidamos mais com uma díade – (eu-tu/ele) – sucedendo a uma outra díade – eu-tu –, mas com uma nova relação, impossível de decompor em relações diádicas: a tríade eu-tu/ele” (DUFOR, 2000, p. 91).

O “ele” ganha papel fundamental e indispensável para a relação de intersubjetividade entre “eu” e “tu”. O autor afirma que “o homem trinitário aceitava a morte, fazia da representação da morte na vida o fundamento de sua simbolicidade e do laço social” (DUFOR, 2000, p. 10). Para que dois pudessem estar copresentes, um terceiro precisava aceitar a morte real ou simbólica, a “morte sobre si” (Ibid., p. 10).

Para que o “eu” e “tu” permaneçam juntos em copresença, precisam expulsar o campo da ausência, isto é, atribuem ao “ele” o lugar da ausência, dessa forma, “a ausência, o ‘ele’, é o que representa, a todos os instantes, a única perspectiva do homem” (DUFOR, 2000, p. 55). Logo, em qualquer interlocução tem-se “uma série de três alocações [‘eu, tu, ele’]” (Ibid. p. 57). Para que uma interlocução ocorra efetivamente, é preciso que “eu” e “tu” troquem de posição a cada vez que um sujeito toma a palavra, pois “se a troca de ‘eu’ em ‘tu’ e de ‘tu’ em ‘eu’ não existisse, não haveria troca de mensagem” (DUFOR, 2000, p. 55).

A trindade a que Dufour se refere é essa experiência imediata que cada falante realiza ao enunciar-se, pois “para apreendê-la, basta evocar o espaço humano mais banal possível, lugar comum de toda a espécie falante, o da conversação: ‘eu’ diz a ‘tu’ histórias que ‘eu’ obtém d’‘ele’ (DUFOR, 2000, p. 16). Além disso, mesmo sem se dar conta, o locutor tem à sua disposição, assim que um ato de enunciação é realizado, os três termos: “‘eu’, ‘tu’ e ‘ele’, que formam instantaneamente o espaço simbólico, pessoal e social” (Ibid., p. 52).

A trindade está à nossa disposição, mesmo que nem por um momento tenhamos pensado sobre isso. Ela nos é dada na e pela língua, através do uso que fazemos por meio da linguagem nas situações de comunicação. Para complementar o que vem sendo dito sobre a trindade, sobre esses três termos, Dufour (2000) pontua que

Esses termos são anteriores a toda demonstração. Não obedecem à condição de verdade. Ninguém jamais precisará se justificar quanto a seu uso: eles são nosso bem inalienável, nosso bem comum, nossa única verdadeira democracia. Eles estão aí, em nosso uso mais incontrolado da linguagem. Este dado, ao mesmo tempo trivial e fundamental, determina a condição do homem na língua e tudo o que se pode dizer sobre isso. “Eu, tu, ele” formam essa trindade espontânea, absolutamente imanente ao uso da língua. (DUFOUR, 2000, p. 52)

Dufour mostra, através de seu percurso teórico, “[...] a importância capital dessa forma [‘eu, tu e ele’] na cultura, já que é no e pelo trinitário que os homens se formam como sujeitos falantes e formam sociedades” (DUFOUR, 2000, p. 19). Para ele, “a trindade representa, em suma, a essência do laço social já que, sem ela, não haveria relação de interlocução, não haveria cultura humana” (Ibid., p. 56). Além disso, “o ato de nascimento do sujeito compreende, portanto, três tempos: o tempo reflexivo do eu, o tempo dual da díade eu-tu e o tempo trinitário da tríade eu-tu/ele” (Ibid., p. 91). Segundo as reflexões do autor, os pronomes possibilitam a vida em sociedade e, conseqüentemente, a manifestação da cultura, dessa forma, procura entender os papéis sociais que são criados via língua a cada vez que o locutor se propõe como sujeito em condição de intersubjetividade com o “tu”, a partir do dispositivo trinitário “eu-tu/ele”.

Benveniste, ao teorizar sobre os pronomes, primeiro articula o conjunto trinitário e depois divide-os em dois subconjuntos binários: a díade “eu-tu” e “eu-tu/ele”. O autor foi um dos raros “a terem empreendido uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralinguístico” (DUFOUR, 2000, p. 70), no entanto, não disserta em sua obra sobre a trindade, “como se essas definições fossem tão evidentes que não tivessem necessidade alguma de ser desenvolvidas ou mesmo nomeadas” (Ibid., p. 71). É justamente sobre o

“eu-tu/ele” que Dufour irá se apoiar para entender o que está em jogo quando a língua é posta em ação a partir dessa trindade natural “espontânea, absolutamente imanente ao uso da linguagem” (Ibid., p. 52), já que “a unidade mínima de interlocução é constituída de uma série de três alocações” (Ibid., p. 57).

Dufour se questiona acerca da existência de outro meio mais eficaz para a transmissão do relato e conclui “que não há melhor instrumento pragmático que este conjunto para dar conta da transmissão do relato (‘eu’ conta a ‘tu’ a história que obteve d’‘ele’)” (DUFOUR, 2000, p. 53, grifos do autor). Dessa forma, os relatos das mulheres são evocados pela memória a partir de um presente que resgata o passado resignificando esse acontecimento vivido através do discurso que é produto de uma enunciação. Além disso, o locutor ao enunciar numa instância de discurso particular, torna-se sujeito e instaura ao mesmo tempo, a partir do presente da enunciação, o passado (retrospectivamente) e o futuro (prospectivamente). Ademais,

Os diferentes relatos prescrevem o aspecto que se deve dar ao “ele” para que dois interlocutores possam votar-se, mais ou menos pacificamente, à sua inesgotável vocação – falar – e para que as locuções se sustentem sem se desfazer pela irrupção, em seu campo, da ausência. (DUFOUR, 2000, p. 56)

Com a trindade, em Dufour, o sujeito individual e social são contemplados quando ele afirma que “[se] trata, pois, com a trindade, de restaurar uma maneira de fazer sentido, atribuída à figura que nos constitui ao mesmo tempo como sujeito individual e social” (DUFOUR, 2000, p. 60).

Ao longo da obra, percebemos o deslocamento que Dufour faz ao trazer a tríade “eu-tu/ele” para entendermos a relação da língua com os papéis sociais, o que aparece de forma embrionária na obra de Benveniste. Esse olhar ampliado para esses três termos possibilitou realizarmos análises que contemplassem não só as marcas linguísticas, visando somente à materialidade dos dados, mas também às consequências desses usos na vida em sociedade. Ademais, será possível verificar a partir da posição social das

mulheres e das(os) médicas, em seus discursos, como se posicionam em relação à *violência obstétrica*.

II.IV.II - “Ele”, quem é e qual a sua importância para a relação intersubjetiva?

Ao longo do percurso que fizemos até este momento, discorreremos sobre as pessoas do discurso “eu” e “tu” em relação constitutiva com o “ele”. Neste subcapítulo serão apresentadas as discussões empreendidas sobre o “ele” por Benveniste e Dufour (2000), já que esta parte das discussões teóricas daquele para, então, apresentar suas contribuições. Com isso, pretendemos explicar a relação direta entre a tríade pronominal “eu-tu/ele” e os laços sociais estabelecidos a partir dela. Além desses dois autores, outros serão mencionados para enriquecer as discussões sobre o “ele” do discurso.

Neste subcapítulo, tentaremos mostrar como esse “ele”, que podemos chamar de referente do discurso, é fundamental para a organização do enunciado e para o sentido intentado, isto é, trazê-lo como protagonista na cena enunciativa, e não como um figurante. Benveniste nos autoriza a falar do “ele” como sendo o referente, ao postular que “a segunda oposição, a do ‘eu-tu’/‘ele’, opondo a pessoa à não-pessoa, efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação” (BENVENISTE, 1989, p. 101). Dessa forma, “o *ele* (referência) adquire o seu valor subjetivo por fazer parte do discurso de *eu*, já que este fala do mundo a partir de si” (SILVA, 2018, p. 427, grifos da autora). Mesmo com essa oposição entre as pessoas e a não-pessoa, ambas se fundem juntas no discurso, não são concebidas separadamente na enunciação.

No texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), encontramos subsídios para explorar o “ele” do discurso. Quando as mulheres estão escrevendo seus relatos, a *violência obstétrica* que vivenciaram constitui-se como referência para o discurso, é a partir desse “ele” que o

discurso é organizado e se constrói o sentido que emerge dos discursos proferidos. Esse mesmo referente, o “ele”, é acionado nas entrevistas das(os) médicas(os) e, a partir dele, realiza-se a organização do discurso para construir o sentido intencionado em torno da *violência obstétrica*. A não-pessoa, por não comportar os traços de pessoa, “pode tomar qualquer sujeito ou não comportar nenhum”, e esse sujeito nunca é proposto como “pessoa”. “Esse sujeito só faz acrescentar *em oposição* uma precisão julgada necessária para a inteligência do conteúdo, não para a determinação da forma” (BENVENISTE, 1976, p. 253, grifos do autor). Além disso, a não-pessoa se encontra “na confluência da língua/sistema com a língua/discurso, eis que pertence ao sistema de signos, enquanto forma linguística, e ao discurso enquanto enunciada pelo sujeito” (WEIGERT, 2004, p. 198).

Além de servir como referência sobre aquilo de que se fala, o “ele” também pode ser utilizado com o intuito de desqualificar uma pessoa a se propor como “eu” no discurso quando, em sua presença, não nos referimos a ela diretamente, tirando-lhe o direito à fala. Com isso, “e/e [ou e/a] pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do ‘tu’ (‘vós’)”. A “terceira pessoa”, na verdade, pode ser empregada como uma forma de respeito ou como “uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa”(BENVENISTE, 1976, p. 254).

Quando falamos de uma pessoa em sua presença, mas não nos referimos diretamente a ela, estamos realizando um “testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija ‘pessoalmente’ a ele” e, mais do que isso, estamos tirando seu direito de falar (Ibid., p. 254, grifo do autor). Um exemplo²⁹ do que podemos chamar de

²⁹ Esta objetificação da mulher também foi observada no trabalho intitulado *A ausência de um lugar enunciativo para as mulheres em O Conto da Aia: uma análise benvenistiana*, que teve como principal objetivo “abordar a questão da falta de um lugar enunciativo para as mulheres na narrativa da obra. Para a realização da análise, levou-se em consideração as reflexões de Dufour sobre a tríade pronominal benvenistiana, principalmente no que diz respeito à noção de não-pessoa, a fim de demonstrar a falta de um lugar enunciativo para as mulheres e como elas são objetificadas de várias formas na narrativa” (Böttge, Campos e Peres, 2020, p. 40). Embora o trabalho não discorra especificamente sobre o tema aqui proposto, achamos pertinente citá-lo tendo em vista tratar da objetificação da mulher.

objetificação da mulher é quando, na sala de parto, a(o) médica(o) se refere à gestante na terceira pessoa, como se ela não estivesse ali, como se não fizesse parte da enunciação. Com isso, a(o) médica(o) não lhe dá espaço de fala, já que sendo rebaixada a “ele”/“ela” não pode reivindicar nada, não pode opinar sobre qualquer procedimento que esteja sendo realizado em seu corpo, muito menos questionar sobre esses procedimentos. Nesse contexto, a gestante é o “ele”/“ela”, sendo assim, não tem direito a falar, porque o “ele” não está autorizado a enunciar, ele é trazido para a enunciação pelo “eu” e pelo “tu” quando diz “eu” na alocução.

O “ele” se constitui ao mesmo tempo em que o “eu” e o “tu” na enunciação, esses dois se opõem à forma não-pessoal “ele”, sendo assim, a referência será cada vez única para o locutor a cada situação de discurso.

No texto “A natureza dos pronomes” (1956), Benveniste segue com suas considerações sobre a não-pessoa. A “terceira pessoa” não remete a ela mesma na instância de discurso, no entanto, predica “o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (BENVENISTE, 1976, p. 282, grifos do autor).

Uma consideração importante sobre a “terceira pessoa” é sua propriedade

1º de se combinar com qualquer referência de objeto; 2º de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3º de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais e demonstrativos; 4º de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aquí, agora*, etc. (BENVENISTE, 1976, p. 283, grifos do autor)

Em “Da subjetividade na linguagem” (1958), verificamos que o “ele” se caracteriza pela oposição à pessoa “eu” do locutor, situando-o como a não-pessoa. Dessa forma, a *violência obstétrica* pode ser entendida como um “ele”. “Esse é o seu status. A forma ele tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (BENVENISTE, 1976, p. 292, grifo do autor).

No entanto, parece-nos que é no texto “O aparelho formal da enunciação” (1970) que Benveniste deixa mais explícita a relevância do “ele” no processo discursivo. Segundo Weigert, “a referência é uma questão crucial na teoria. Ela perpassa todas as reflexões de Benveniste e é um divisor de águas entre a possibilidade de subjetividade dos signos vazios e a absoluta marginalidade enunciativa dos signos plenos” (WEIGERT, 2004, p. 202). Sendo a referência “parte integrante da enunciação”, podemos inferir a importância que ela exerce na cena enunciativa entre as pessoas do discurso, pois todo enunciado será realizado a partir do “ele” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Segundo Benveniste, “estas condições iniciais vão reger todo mecanismo da referência no processo de enunciação, criando uma situação muito singular e da qual ainda não se tomou a necessária consciência” (Ibid., p. 84).

Quando Dufour afirma que o “ele” torna possível a cena da representação, está se referindo à possibilidade de ressignificarmos um fato vivido a partir da *re-presentação* do real pelo uso simbólico que fazemos da língua a todo instante, já que “nenhum espaço de simbolização é possível sem uma demarcação da ausência” (DUFOUR, 2000, p. 92). Além disso, a temporalidade da alocação de “eu” e “tu”, ou seja, o presente, se estabelece no interior do discurso. No entanto, essa interioridade só é possível “com relação a uma exterioridade; em suma, para que dois estejam *aqui e agora* copresentes, é necessário e suficiente - que um outro esteja lá, ausente”, isto é, o “ele” significa o ausente da instância de discurso (Ibid., p. 91, grifos do autor).

Benveniste já nos advertia que, para estabelecermos um diálogo, acionamos os três pronomes essenciais a qualquer discurso, quais sejam: “eu-tu” e “ele”. Complementando essa afirmação, Dufour assevera que “*para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três*” (Ibid., p. 92, grifos do autor). Dessa forma, vemos não só as pessoas verbais sendo elementos fundamentais no diálogo entre locutor e interlocutor, mas também o “ele” sendo fundamental nas escolhas feitas no discurso. Dito isso, vemos a relevância do “ele” para ambos autores, tendo em vista que se trata de um elemento essencial a toda

comunicação. Ainda que Benveniste não trate diretamente da trindade, ela está calcada em toda sua teoria, já Dufour (2000) fundamenta todo seu trabalho na trindade natural da língua.

Dufour deixa ainda mais clara a necessidade do “ele” para a construção da intersubjetividade entre o “eu-tu” numa situação de interlocução, quando afirma que “a língua só se constitui como tal (como vetor de um sistema simbólico permitindo a gênese social e individual dos sujeitos) integrando alguma coisa que está radicalmente fora da língua”, pois o ausente representa a morte, “o ‘ele’ do sistema *eu-tu/ele* é um significante que tem por significado a morte” (DUFOUR, 2000, p. 98, grifos do autor).

Procuramos mostrar neste subcapítulo a importância que o “ele” da enunciação tem para a construção da sintagmatização e da semantização do discurso, pois agenciamos elementos do discurso segundo a imagem que intencionamos do referente. A seguir, discorreremos sobre o processo de sintagmatização e semantização.

II.V - Processo de sintagmatização e semantização a partir da forma e do sentido

Neste subcapítulo apresentaremos os processos formais que a língua exige para a elaboração de enunciados tanto no aspecto semiótico, que é o modo de significação dos signos, quanto no semântico que é o modo como os elementos engendrados no discurso configuram a significância³⁰, ambos atravessados pela forma e pelo sentido.

³⁰ A respeito de significância em Benveniste, Neumann assevera que “o modo específico de significância do semântico seria engendrado pelo discurso, que ‘não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente’, pois ‘não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (BENVENISTE apud NEUMANN, 2020, p. 399).

Abordaremos simultaneamente os textos “Os níveis da análise linguística” (1964) e “A forma e o sentido na linguagem” (1966) por entendermos que ambos se completam e expandem o pensamento de Benveniste sobre os aspectos semiótico e semântico, aliados à forma e ao sentido. Além desses dois textos, traremos o “Semiologia da língua” (1969) que contribuirá para entendermos os conceitos de semiótico e semântico e a noção de signo. Dessa forma, os textos serão citados para complementar o que está sendo dito com o intuito de ratificar a discussão.

Para chegarmos ao nível da análise dos dados, precisamos, em primeiro lugar, entender como se dá a formação de uma frase (discurso) através dos elementos formais que a compõem para entender o sentido pretendido pelo locutor. É necessário, no entanto, distinguir o sentido da frase que é a ideia que ela exprime, e a referência que é “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 1989, p. 231). A referência objetiva gerada numa situação concreta pela frase pode ser enunciada por diferentes locutores, no entanto, a enunciação será cada vez única.

Partiremos do discurso para entender o sentido global dos comentários, passando pelos aspectos formais da língua que deram suporte para a produção de sentidos em torno da *violência obstétrica* nos discursos das mulheres e médicas(os). Dessa forma, “é por esse engendramento de formas produtoras de sentidos, ou seja, pelo modo como as formas se sintagmatizam para produzirem sentidos que podemos verificar” (Knack, Silva e Oliveira, 2019, p. 516) a significação atribuída pelas mulheres e médicas(os) a partir de seus discursos.

No domínio semiótico, “o signo tem sempre valor genérico e conceitual; as oposições semióticas são de tipo binário; e os signos se encontram em uma relação paradigmática”, já no domínio semântico, na frase, “as palavras se dispõem em cadeia, e seu sentido resulta da maneira como são combinadas e empregadas. A relação entre os signos é, então, de natureza sintagmática”

(NEUMANN; ROSÁRIO, 2016, p. 51). Quando usamos a língua, fazemos escolhas de determinados léxicos (eixo paradigmático) e os organizamos para construirmos o sentido intentado ao nosso discurso (eixo sintagmático). Sentido que, sabemos, jamais pode ser previsto pelo locutor ao enunciar na instância de discurso que o designa como “eu”, já que o sentido é construído junto com a enunciação. Com isso, é nas unidades mais extensas que ancoramos nossa análise, atentando para o fato de que “o *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (BENVENISTE, 1976, p. 130, grifos do autor).

Dessa forma, precisamos compreender como o sistema semiótico e semântico se fundam e, ao mesmo tempo, distingui-los em suas diferenças. Segundo Benveniste, “há duas maneiras de ser língua no sentido e na forma [...]: a língua como semiótica; [...] língua como semântica” (BENVENISTE, 1989, p. 222), ou seja, a função de “significar para a semiótica, [...] de comunicar para a semântica” (Ibid., p. 229). É a função da semântica na língua que “permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (Ibid., p. 229).

A relação da forma e do sentido e do semiótico e do semântico são atravessadas pela subjetividade e intersubjetividade, isso significa que a forma como o discurso vai se organizando e a combinatória dos elementos sempre são perpassados pelas relações de subjetividade e intersubjetividade. A organização e a combinação dos elementos são realizados no discurso que tem certas restrições de uso e que expressam um sentido ao todo do discurso.

Ao escreverem sobre as violências vividas, as mulheres utilizam a linguagem para significar as suas angústias, frustrações e recebem o apoio ou mesmo um novo comentário de outras mulheres que também, através do uso da linguagem, significam sua experiência de *violência obstétrica* a partir da imagem que o “eu” constrói discursivamente do “tu”. Laplantine (2009) discute a noção de imagem em Benveniste e assevera que

A imagem³¹ em Benveniste caracteriza uma qualidade de linguagem. Com ele, a imagem, ou precisamente o ícone (masculino e sem acento circunflexo) se opõe à ideia, ao conceitual, ao comum, ao comunicacional (que pertence à linguagem ordinária e à sua linguística). O ícone é único e atual, subjetivante, histórico, criativo: poético. O ícone implica um percurso subjetivo, é sugestão, evocação (LAPLANTINE, 2009, p. 32, tradução nossa).

Dessa forma, a imagem não é entendida neste trabalho como uma representação da realidade, um reflexo da realidade, mas a construção que o indivíduo faz daquilo que o outro deixa transparecer em seu discurso, a imagem que advém do discurso do “eu” e do “tu” numa situação de comunicação. Assim sendo, fazemos um deslocamento da noção de ícone usada por Laplantine (2009) para falar de linguagem poética, para pensarmos as análises realizadas neste trabalho.

Gérard Dessons, em uma passagem do livro *Émile Benveniste: l'invention du discours*, faz menção à imagem construída de Benveniste a propósito de sua relação com o estruturalismo. Nessa passagem, podemos verificar o uso do léxico com o intuito de mostrar a imagem construída do autor em relação ao estruturalismo, que deriva de sua obra, pois “Benveniste³² deixou a imagem de um pesquisador independente, não pertencente a nenhuma escola, tendo sobre a linguagem pontos de vista originais, até revolucionários (DESSONS, 2006, p. 36, tradução nossa).

Dito isso, a “imagem” a que nos referimos ao longo do texto diz respeito à apropriação da língua pelo locutor referindo-se a si mesmo como “eu” e instaurando um “tu”, figuras essenciais a toda enunciação. A linguagem supõe o outro, pois quando o locutor fala referindo-se a si como “eu”, está se dirigindo a um “tu”, dessa forma, o emprego de “eu” remete, inevitavelmente, a um “tu”, pois “eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha

³¹ No original: “L'image chez Benveniste caractérise une qualité de langage. Chez lui, l'image, ou plus précisément l'icone (masculin et sans accent circonflexe) s'oppose à l'idée, au conceptuel, au commun, communicationnel (qui appartient au langage ordinaire et à sa linguistique). L'icone, lui, est unique et actuel, subjectivant, historique, créatif: poétique. L'icone implique un trajet subjectif, il est suggestion, évocation” (LAPLANTINE, 2009, p. 32).

³² No original: “Benveniste a laissé l'image d'un chercheur indépendant, n'appartenant à aucune école, ayant sur le langage des points de vue originaux, voire révolutionnaires” (DESSONS, 2006, p. 36).

alocução um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocução daquele que por sua vez se designa por eu” (BENVENISTE, 1976, p. 286, grifos do autor). O autor ao postular que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (Ibid., p. 286) está se referindo ao caráter dialógico da linguagem e da construção de uma imagem de si a partir do outro. Assim sendo, essa estrutura do diálogo é condição imanente ao discurso, em que o locutor projeta uma imagem de si, mesmo que de uma forma não tão consciente, conforme a noção de *intenté*³³ em Benveniste.

Podemos notar no uso de determinados léxicos que os discursos, a partir das combinações realizadas no eixo sintagmático, produzem sentidos que evocam o sentimento de angústia, de revolta e revelam um trauma causado pela violência sofrida. E é através dessas escolhas (e não de outras) que os discursos das mulheres significam a *violência obstétrica*, pois

O sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem uma sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. (BENVENISTE, 1989, p. 230)

A língua é composta por signos linguísticos, “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 1989, p. 227), sendo assim, “o signo é a unidade semiótica” (Ibid., p. 224), “ele é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso da língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (Ibid., p. 227). O limite inferior a que pode chegar um signo é o da “significação, não podemos descer abaixo do signo sem perder a significação” (Ibid., 225). Desse modo, o signo ganha existência se reconhecido

³³ Segundo Knack, Silva e Oliveira (2019, p. 517), a noção de intentado, em Benveniste, não se confunde com a noção de intencionalidade, “a qual subjaz à concepção pragmática de sujeito estrategista. Distintamente dessa visão empiricista, que supõe um indivíduo consciente que utiliza a língua como instrumento de comunicação, Benveniste concebe o intentado como uma semântica própria construída pela língua-discurso, isto é, como uma significação singular não preexistente à enunciação, mas dela decorrente, bem como o sujeito – visto não como ser empírico, e sim como o resultado da apropriação da língua pelo locutor, portanto como um efeito de linguagem.”

como significante pelos membros de uma comunidade linguística “e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (BENVENISTE, 1989, p. 65).

Os signos linguísticos do sistema podem ser “autônomos ou sin-nomos, palavras ou morfemas, que ao mesmo tempo contêm constituintes e funcionam como integrante” (Ibid., p. 134). Ademais, é a condição de significância que dá o status de sentido a determinado signo, pois “na língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, de que é significante”. Isso “equivale a identificá-la pela sua capacidade de exercer uma função proposicional” (Ibid., p. 136). O “sentido”, dessa forma, “[...] se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma” (BENVENISTE, 1989, p. 230).

Com essas definições estaríamos aptos a dizer o que na língua faz ou não sentido, mas “um problema totalmente diferente consistiria em perguntar: qual é o sentido? Aqui ‘sentido’ se toma numa acepção completamente diferente” (BENVENISTE, 1976, p. 136). É exatamente este ponto que o trabalho quer alcançar ao fazer a análise dos comentários, saber qual o sentido construído pelos discursos das mulheres/gestantes e pelos discursos das(os) médicas(os) em torno da *violência obstétrica* partindo da unidade inferior dotada de sentido, a palavra, chegando à unidade superior, a frase. O sentido da palavra é seu emprego, dessa forma, buscamos observar como as unidades formais inferiores concorrem para o sentido global dos relatos.

Ao escolhermos uma análise que trate do semântico de um enunciado não estamos deixando de lado a forma que o compõe. Os traços formais da língua são tão importantes quanto o sentido que daí resulta, por isso forma e sentido devem ser tomados como complementares, ou seja, “[...] é preferível reconhecer francamente que ele [o sentido] é uma condição indispensável na análise linguística” (Ibid., p. 130-131). Com isso, “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da

língua” (Ibid., p. 135). Assim sendo, nos apoiamos no que postulam Knack, Silva e Oliveira (2019, p. 516) ao dizerem que “a sintagmatização (agenciamento de formas) e a semantização (produção de sentidos) nos discursos tornam-se operadores teórico-analíticos”, condições que atravessam as relações entre semiótico e semântico e entre forma e sentido.

Quando o léxico é analisado única e exclusivamente sozinho, apresenta um significado, ou seja, “a palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma” (BENVENISTE, 1976, p. 132). Quando usada no nível da frase, pode significar outra coisa que não o sentido do dicionário, pois “uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes” (Ibid., p. 132). Quando chegamos no nível da frase estamos nos referindo ao discurso, isto é, saímos do nível do sistema de signo tomado nele mesmo para entrarmos no mundo semântico, que tem seu “modo específico de significância que é engendrado pelo discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 65).

Ao utilizarem, por exemplo, o léxico “frigorífico” para se referirem à sala de parto, os discursos das mulheres evocam outros discursos nos quais o sentido seria de um local de abatedouro, de manejo da carne animal, para o contexto do parto. Isso mostra que um mesmo léxico pode adquirir sentidos totalmente diferentes dependendo do intencional construído no discurso, isto é, “[...] o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (Ibid., p. 65). Além disso, o semântico necessita do referente, pois “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso” (Ibid., p. 65-66). Podemos reconhecer os signos de um sistema, mas sem o referente podemos não entender o intencionado do discurso.

Com relação a essa questão, Benveniste afirma que

Coloquemos como princípio que o sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é a sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da idéia, a cada vez particular, o

locutor agencia palavras que neste emprego tem um “sentido” particular. Além disso, é necessário introduzir aqui um termo a que foi desnecessário apelar na análise semiótica: aquele do “referente”, independente do sentido, e que é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso. (BENVENISTE, 1989, p. 231)

O léxico, unidade significante, tem a capacidade de se unir a outras unidades significantes numa frase (nível superior), isto é, ela é definida por seus constituintes. Dessa forma, “a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui enunciados empíricos” (Ibid., 132). Verificaremos, então, como se dá esse processo de organização na frase, das combinatórias realizadas para que, naquele discurso, fosse possível construir determinado sentido acerca da *violência obstétrica*.

Neste trabalho, será feita a segmentação dos elementos da frase com o propósito de verificar como esses usos na linearidade do discurso formam o sentido global da frase, ou seja, como esses usos significam o todo do discurso. A noção de sintagmatização é primordial neste trabalho, pois através da distribuição dos elementos na frase, é possível

definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática). (BENVENISTE, 1976, p. 129)

Dessa forma, a análise se dará a partir do semântico (frase - globalidade textual) para, então, serem recortadas as unidades que serão mais relevantes para a construção de determinado sentido nos comentários e nas entrevistas. A noção de globalidade de um enunciado é fundamental para que possamos entender o sentido total de uma frase, em outros termos, “o ‘sentido’ da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global”, além disso, “a ‘forma’ se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras” (BENVENISTE, 1989, p. 232).

Retomando o caminho traçado a partir das leituras empreendida das obras dos *PLG I* e *PLG II* de Émile Benveniste, procuramos trazer elementos que dessem suporte ao que o trabalho se propõe: verificar como mulheres e médicas(os) obstetras significam a *violência obstétrica* a partir de seus discursos. Assim sendo, partimos de questões mais gerais da teoria como o entendimento de língua e linguagem, abordamos o uso simbólico da língua, entendemos como se dão as categorias de pessoa, tempo e espaço, observamos por que, em Benveniste, a subjetividade somente pode ser considerada a partir de sua relação com a intersubjetividade, além de verificarmos tudo que é mobilizado na língua no processo de comunicação. Trouxemos Dufour (2000) no que tange a sua contribuição para entendermos o que ele chama de trindade natural (“eu-tu/ele”) e o que está em jogo quando a língua é colocada em uso, isto é, o que acontece na sociedade e na cultura dessa sociedade quando o locutor diz “eu” a um “tu”. Em seguida, tratamos com mais profundidade do “ele”, o referente do discurso, pois entendemos que ele desempenha uma papel fundamental nas escolhas realizadas pelos falantes na organização sintagmática. Por fim, discorremos sobre o processo de sintagmatização e semantização da frase, pois serão esses processos que servirão de base para as análises. Acreditamos que, com essa organização e afunilamento dos elementos que auxiliarão nas análises, conseguimos delinear um percurso coerente com o propósito deste trabalho.

Além desses dois autores que foram basilares para nossa pesquisa, trouxemos outros leitores da obra de Benveniste que corroboram com a discussão aqui empreendida. Dessa forma, acreditamos que, a partir dos textos selecionados e das contribuições de outros autores, construímos o ponto de vista a partir do qual estamos lendo a obra de Benveniste e traçamos um caminho para a realização das análises, conforme será apresentado no próximo capítulo.

III - “DEUS ME LIVRE TER MAIS FILHOS”: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA EM TORNO DA EXPRESSÃO *VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA*

No Capítulo II empreendemos uma trajetória teórico-metodológica que desse subsídios para as análises realizadas neste capítulo levando em conta o que é mobilizado na língua pelo falante. Com isso, aspectos fundamentais da língua são acionados no diálogo, quais sejam: a subjetividade e a intersubjetividade, as categorias de pessoa, tempo e espaço, bem como o processo de sintagmatização e semantização do discurso.

Este capítulo é dedicado à análise e discussão dos comentários e entrevistas escolhidos. Para tanto, foram selecionados comentários de uma página pública da rede social *Facebook* cujo título é *Violência Obstétrica*. Essa seleção se deu em função dos comentários estarem relacionados à *violência obstétrica* vivenciada por mulheres no trabalho de parto e parto. Após ser divulgada na página *Violência Obstétrica*, no dia dezoito de novembro de dois mil e dezenove, uma reportagem realizada pelo “Profissão Repórter” da rede *Globo* sobre realidades opostas em relação ao parto, em que se mostrou de um lado um parto humanizado e de outro um parto regado à *violência obstétrica*, mulheres de diferentes estados brasileiros escreveram comentários sobre também terem sido vítimas dessas mesmas violências.

Serão utilizados os cinco comentários mais relevantes que relataram a *violência obstétrica* para uma análise mais profunda dos elementos da frase, que corroboram para o sentido global pretendido no discurso. Em relação às entrevistas, serão analisados os cinco excertos selecionados no capítulo I, da seção intitulada “Hoje tudo é violência obstétrica”. Dessa forma, cinquenta por cento dos dados de análise serão comentários de mulheres e cinquenta por cento de entrevistas com médicas(os) obstetras. Por se tratar de um estudo qualitativo, entendemos que os cinco comentários e as cinco entrevistas

fornecerão subsídios para compreendermos como a *violência obstétrica* é significada nos dois grupos.

É através dos comentários que as mulheres ressignificam a experiência vivida, com isso, a partir do processo de sintagmatização, procuramos mostrar essas nuances nos enunciados escritos que constroem a semantização do discurso e, desse modo, a significação da *violência obstétrica*. Observaremos nos discursos a subjetividade e a intersubjetividade que são inerentes a toda comunicação humana, condições que atravessam a relação entre semiótico e semântico, entre forma e sentido³⁴, já que o discurso vai se organizando a partir dos elementos e das combinatórias realizadas nesse processo. O mesmo processo de análise se dará nas entrevistas realizadas com médicas(os) obstetras constantes na tese *O sensível e o insensível na sala de parto: interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres*, de Virgínia Junqueira Oliveira.

Este capítulo, primeiramente, discorre sobre as questões metodológicas utilizadas para o empreendimento das análises dos dados; após, trará a análise e discussão de cinco comentários e de cinco entrevistas e, por fim, as considerações.

III.I - Questões metodológicas

Ao longo deste trabalho, foi sendo tecido um ponto de vista a partir do qual se pode empreender análises com a teoria de Émile Benveniste, isto é, no percurso teórico-metodológico apresentado fomos delineando os aspectos da teoria em que iremos nos apoiar para empreendermos as análises dos dados. Analisaremos os dados a partir do processo de sintagmatização e semantização do discurso, relacionado à intersubjetividade e subjetividade, elementos que atravessam o semiótico e semântico e a forma e o sentido.

³⁴ Ver nota de rodapé 05, página 13.

A análise empreendida neste trabalho é do domínio semântico, pois busca compreender qual o sentido dado em torno da expressão *violência obstétrica* a partir da análise da globalidade dos discursos que levam a observar as unidades inferiores. Dessa forma, a análise tenta compreender como essas unidades concorrem para a construção dos sentidos da globalidade dos discursos. Além do mais, o processo de análise será atravessado pelas categorias enunciativas, tais como a de pessoa, tempo e espaço. A seguir, apresentaremos os três eixos que nortearam o percurso teórico-metodológico e que servirão para a análise dos dados.

1) O mundo semântico e a busca pela globalidade dos sentidos

Neste eixo de análise, buscamos compreender como, a partir da globalidade textual, é construído o sentido intentado ao discurso. Para tanto, partimos da frase e recortamos as unidades mais importantes que deram suporte para a construção de determinado sentido aos comentários e entrevistas. A noção de globalidade de um enunciado é fundamental para que possamos entender o sentido total de uma frase, em outros termos, “o ‘sentido’ da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global”, além disso, “a ‘forma’ se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras” (BENVENISTE, 1989, p. 232). Assim sendo, o discurso não é apenas uma sequência de unidades que devem ser identificadas separadamente, já que “não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (BENVENISTE, 1989, p. 65).

2) As relações de sintagmatização e semantização

Neste eixo de análise, procuramos entender como a combinação das formas produzem sentido no sintagma, ou seja, “tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada” (BENVENISTE, 1989, p. 230), por isso, forma e sentido devem ser considerados elementos

indissociáveis numa análise linguística. Ademais, o sentido da palavra é seu emprego, dessa forma, buscamos observar como as unidades formais inferiores concorrem para o sentido global dos relatos.

3) As categorias de pessoa, tempo e espaço

Neste eixo de análise, buscamos verificar as categorias que são acionadas a cada vez que o locutor se propõe como “eu” no discurso numa relação de comunicação com um “tu”. Na categoria de pessoa o “eu” e o “tu” são cada vez únicos a cada vez que são evocados na enunciação. Além disso, eles possuem a característica de serem inversíveis entre si, pois assim que o “eu” acaba de enunciar para um “tu”, esse “tu” ao tomar a palavra para si, se torna o “eu” da enunciação, nessa relação, também é acionada a “não-pessoa”, ou seja, de quem ou do que se fala. Alguns “indicadores” são acionados na instância de discurso para se referirem às pessoas “eu-tu”. Em primeiro lugar, podemos citar os demonstrativos este, esta, aquilo, aquele etc., “na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa” (BENVENISTE, 1976, p. 279). Os advérbios *aqui* e *agora* não pertencem à mesma classe dos demonstrativos, mas são associados ao mesmo referente. Esses advérbios são reconhecidos contemporaneamente na instância de discurso que contém “eu”, pois delimitam a instância espacial e temporal discursiva.



Procuramos delimitar as três grandes questões que servirão de suporte para a realização das análises, quais sejam: o mundo semântico e a busca pela globalidade dos sentidos, as relações de sintagmatização e semantização e as categorias de pessoa, tempo e espaço. A seguir serão analisados os comentários das mulheres e as entrevistas das(os) médicas(os) obstetras com base no que foi apresentado nos três eixos norteadores deste trabalho.

III.II - “Deus me livre de ter mais filhos”

(Comentário 01)

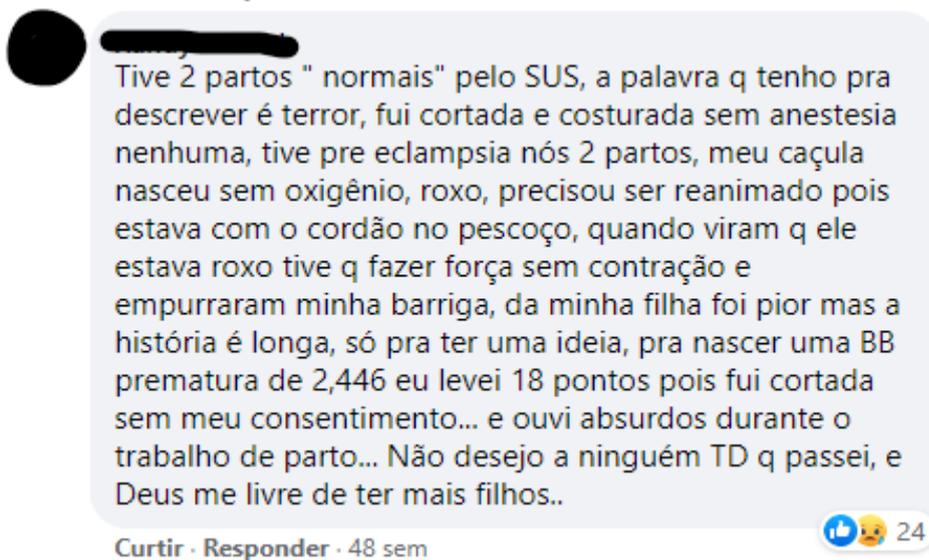


Imagem 01. Fonte: Página pública “Violência obstétrica” do Facebook

No início do comentário, verifica-se a menção aos dois partos com o uso de aspas³⁵ duplas para se referir ao parto “normal”, o uso desse recurso de pontuação permite inferir que os partos tiveram procedimentos considerados de rotina para a equipe de assistência à gestante, mas que não são considerados normais nesse discurso. O uso de pontuação na enunciação escrita está diretamente ligado ao ato enunciativo da escrita, por isso, é considerado como procedimento acessório³⁶ que dará suporte para a construção de sentidos no

³⁵ As aspas indicam uma suspensão de responsabilidade, uma vez que, por meio delas, se “manifesta um questionamento do caráter apropriado da palavra ao discurso no qual é utilizada - nos dois sentidos desta: “pertencente a” e “adaptado a” -, correspondente a uma glosa, implícita, remetendo a um discurso-outro. Isso aponta para a ideia das aspas funcionando sempre como marca de falta, como se o locutor dissesse “não convém, mas digo mesmo assim” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 220).

³⁶ Segundo a teoria de Benveniste, quando o locutor se apropria do aparelho formal da língua para enunciar sua posição de locutor o faz por meio de índices específicos que, conforme Aresi “são as formas específicas das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a *referência* (eis aqui o sentido de indicar) enquanto condição necessária da enunciação (referência ao ato e à situação de enunciação)” (ARESI, 2011, p. 272, grifos do autor). Assim sendo, “os índices específicos ou formas específicas da enunciação (*pessoa*, *tempo* e *espaço*) somente podem apresentar-se no discurso via **procedimentos** [acessórios], como, por exemplo, por meio do engendramento de formas (questão ligada ao aspecto da semantização-sintagmatização) e por meio do aparelho de funções (questão ligada ao quadro figurativo)” (Silva, C. L.; Stumpf, E., 2012, p. 120-121, grifo nosso).

processo de sintagmatização relacionados à forma do enunciado (Knack, Silva e Oliveira, 2019). Dessa forma, cria-se um efeito de afastamento tanto da *violência obstétrica*, quanto da posição dessa equipe, há uma tentativa de se dizer, em oposição à imagem da equipe que está sendo construída no discurso. Ademais, o uso das aspas, conforme utilizado no discurso, acaba por questionar que o parto tratado dessa forma possa ser considerado normal.

Outra questão importante que pode ser observada no discurso é a menção aos profissionais da saúde na terceira pessoa do plural, ou seja, se indetermina o referente do discurso (o “ele” de quem se fala), como recurso para não nomear aqueles que praticaram os procedimentos violentos, conforme os usos “quando viram que ele estava roxo” e “empurraram minha barriga”. Verifica-se, mais uma vez, a tentativa de distanciamento do *eu* da imagem produzida no discurso da equipe de assistência à mulher.

O uso do léxico “terror” está associado à sucessão de ações que são relatadas em seguida: “fui cortada e costurada sem anestesia nenhuma”, “tive pre eclampsia nós 2 partos”, “meu caçula nasceu sem oxigênio”, “tive q fazer força sem contração”, “empurraram minha barriga”. Percebe-se que tanto o sentido de “terror” se estabelece a partir de todas essas ações, quanto tais ações são significadas em sua relação com o léxico “terror”, que já antecipa como devem ser lidas, concebidas, tomadas as ações elencadas.

Verifica-se mais explicitamente a marcação de pessoa do discurso e de tempo no pretérito perfeito em “fui” e “tive”, além do uso dos pronomes possessivos “meu” e “minha”. Embora não se construa a subjetividade somente nas marcas do discurso, pois, para Benveniste, a subjetividade está na língua toda, é possível perceber que o uso das marcas que remetem à primeira pessoa criam o efeito de proximidade entre o “eu” e o “tu”. Dessa forma, busca-se sensibilizar o interlocutor para um relato que foi experienciado pelo “eu”. O relato tem a característica de representar a experiência do locutor a partir do tempo presente que retoma um passado, isto é, o “eu” no aqui-agora do discurso ressignifica e recria de um jeito novo os acontecimentos passados,

atualizando a experiência humana por intermédio da língua. É a partir do “presente” instaurado na instância de discurso dos relatos, que se tecem as experiências vivenciadas pelas mulheres acerca da violência sofrida. A partir do *aqui e agora* da enunciação, se constroem essas narrativas que significam a *violência obstétrica*. A cada novo relato escrito, o “presente” é um novo “presente”, pois ele é determinado a cada vez pelo locutor que os enuncia na instância de discurso. Ademais, “não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se *está*’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’” (BENVENISTE, 1976, p. 289, grifo do autor).

Na passagem, “empurraram minha barriga”, utilizada no discurso como um dos procedimentos de “terror”, verifica-se a tentativa de significar, neste discurso, um procedimento frequentemente relatado no discurso de mulheres que sofreram *violência obstétrica*. A manobra de Kristeller³⁷, ainda muito utilizada nos partos, é contraindicada pela Organização Mundial da Saúde por não haver comprovações científicas de sua eficácia (SAMPAIO et al., 2019). O valor³⁸ atribuído para a manobra de Kristeller na medicina é deslocado de um procedimento rotineiro no parto, e passa a ter um novo significado nesse discurso, o de “terror”. Dessa forma, o valor que um léxico carrega culturalmente em um determinado grupo social ganha sentidos diferentes quando utilizado em grupos sociais diferentes, ou seja, a manobra de Kristeller no discurso médico ganha valor de procedimento que auxilia no nascimento do bebê, já no discurso das mulheres ganha valor de “terror” a partir dos arranjos

³⁷ A manobra de Kristeller se enquadra em violência obstétrica e consiste em uma manobra na qual é exercida pressão sobre a porção superior do útero, no intuito de fazer o bebê sair mais rápido. Porém, essa tentativa de agilizar o processo pode trazer prejuízo tanto para a mãe quanto para o bebê. A mãe pode fraturar as costelas e também pode haver descolamento da placenta, já o bebê pode sofrer traumas encefálicos (PEREIRA et al., 2016, p. 104-105). Na subseção I.I, podem ser verificados os procedimentos considerados violentos que descrevem a *violência obstétrica*.

³⁸ Valor aqui é tomado na acepção de Benveniste ao afirmar que “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra” (1989, p. 54). Dessa forma, o valor que cada unidade ganha dentro do discurso irá depender das combinações realizadas entre as unidades, por isso uma unidade ganha significados diferentes a depender das relações estabelecidas no sintagma. Conforme Neumann, “a ideia de que a relação constitui o valor e a significância e de que essa relação decorre de um sistema pode ser bastante profícua para que se trabalhe com aquilo que é da ordem do movente, do contínuo, do inefável na linguagem” (NEUMANN, 2020, p. 409). Neste trabalho, utilizamos a noção de valor para referir aos valores construídos no discurso.

combinados no discurso, pois é ressignificado como um procedimento de tortura, de dor, de desumanidade.

Percebe-se, no discurso, que a *violência obstétrica* não esteve associada apenas a um dos partos, mas sim aos dois, conforme a passagem “[o parto] da minha filha foi pior mas a história é longa”. O discurso faz menção a apenas um dos procedimentos a que a gestante foi submetida sem seu consentimento e, para melhor entendimento do interlocutor, é mencionado que “só para ter uma ideia, pra nascer uma BB prematura de 2,446 eu levei 18 pontos pois fui cortada sem meu consentimento...). O discurso evoca o sentimento de indignação ao ter sido “cortada” sem seu consentimento para que um bebê, considerado pequeno, já que era prematuro, pudesse nascer. Esse procedimento, significado nesse discurso, através do uso de “fui cortada sem meu consentimento”, é conhecido como episiotomia³⁹, o qual facilitaria a passagem do bebê, no entanto, essa prática é desaconselhada pelos órgãos de saúde por não haver comprovações científicas de sua eficácia (OLIVEIRA, 2016). Na reconstrução feita por esse discurso, o procedimento ganha um novo sentido através do uso da palavra “cortada”, que associada com “sem meu consentimento” concorre para a construção do sentido de *violência obstétrica*.

Além disso, o “tu” é agenciado no discurso na passagem “só para ter uma ideia”, o uso de tal expressão convoca o “tu” a aproximar-se do relato, a fim de que busque se solidarizar com o que está sendo dito. É a imagem que o “eu” faz do “tu” que permite a ressignificação da experiência vivida por intermédio da linguagem através de discurso escrito em um grupo de rede social que discute sobre *violência obstétrica*. O próprio ambiente virtual, qual seja, um grupo de discussão acerca da *violência obstétrica*, bem como os discursos que o compõem vão auxiliando na construção da imagem desse “tu” solidário com os relatos ali postados. É a partir da intersubjetividade na relação *eu-tu* que as mulheres constroem uma imagem de si e do seu interlocutor para dizer o que dizem em seus relatos e na relação *eu-tu/ele* quando (re)constroem

³⁹ Episiotomia é uma incisão efetuada na região do períneo para ampliar o canal de parto. Seu uso se dá com a justificativa de emergências no expulsivo do bebê, porém sem a necessidade de ser feito Tesser et. al. (2015).

discursivamente a situação de *violência obstétrica* vivida. O *facebook* acaba por se configurar como um espaço onde se pode falar acerca da *violência obstétrica*, temática que se constitui como um tabu em muitos outros espaços. Ao enunciar-se nesse espaço, o discurso, resultado de uma enunciação, constrói concomitantemente o espaço e o tempo discursivos, ambos sempre em relação a ego, com os quais os demais elementos do discurso concordam na relação espaço-temporal.

Ademais, o uso da pontuação, reticências⁴⁰, em “pois fui cortada sem meu consentimento...” sugere que muito mais poderia ser relatado sobre os momentos vividos durante o trabalho de parto e parto, no entanto, o discurso sobre as violências físicas é interrompido para dar lugar às violências verbais mencionadas pela equipe de assistência ao parto, como pode ser lido no excerto seguinte “e ouvi absurdos durante o trabalho de parto...”. O uso das reticências mais uma vez se faz presente no relato como recurso que sugere ao interlocutor que as agressões verbais foram muitas durante o trabalho de parto, as quais não merecem ou não devem ser citadas.

Relatos de violência verbal durante o pré-parto e parto são frequentemente mencionados nos discursos das mulheres como o aqui analisado e acabam por evocar outros, como um dos apresentados na tese da área da Saúde⁴¹, em que o discurso sugere que a parturiente foi submetida a ataques verbais quando “O doutor começou a brigar comigo porque eu tinha colocado uma bolsa de água quente para amenizar a contração [...] e foi assim, o bebê nascendo e eles fazendo aquele terror”.

O discurso se encerra com a menção a um desejo de que mais nenhuma mulher seja submetida a procedimentos violentos nem seja agredida verbalmente, conforme a passagem “Não desejo a ninguém TD q passei”. Ao utilizar as letras “TD” em maiúsculo, se busca retomar todo o relato e, então,

⁴⁰ Michel Prandi (1991) concebe as reticências como uma figura textual do silêncio, que está relacionado ao poder de interpretação do interlocutor, o qual pode traduzir como verdade uma mensagem vazia de significado, uma intenção comunicativa sem expressão, assim sendo, “no contexto discursivo, o silêncio se transforma de constituinte vazio da estrutura de ingrediente positivo da comunicação como todo sinal, o silêncio tem um valor - é uma interpretação” (Prandi apud Grantham, 2001, p. 135).

⁴¹ Ver subcapítulo I.II; categoria “Aqui a gente não tem voz”, p. 27.

colocar em evidência as várias violências sofridas. Para finalizar, o excerto “e Deus me livre de ter mais filhos..” constrói uma nova significação para a expressão "ter mais filhos". Neste discurso "ter mais filhos" significa passar por todas as situações descritas como situações de "terror", "ter mais filhos" significa sofrer violência.

O discurso revela que as violências sofridas durante o processo de parto e parto são determinantes para que uma nova gestação não seja desejada. Com isso, percebe-se que a *violência obstétrica*, neste discurso, vai além de dores físicas como as relatadas em “fui cortada e costurada sem anestesia nenhuma”, “tive pre eclampsia nós 2 partos”, “tive q fazer força sem contração”, “empurraram minha barriga”, ela faz com que as mulheres tenham medo de uma nova gestação, como pode ser percebido na passagem “e Deus me livre de ter mais filhos..” em que o significado construído, neste discurso, é o de experimentar novamente todos os momentos descritos como “terror”.

Neste discurso, a imagem do “eu” é construída como alguém que ficou traumatizada devido aos procedimentos violentos a que foi submetida durante o processo de parto e parto e, em consequência disso, reconstrói a cena do parto como uma cena de “terror”. Nesta instância de discurso particular, “terror” parece construir o sentido global do enunciado ao ser combinado com as várias violências sofridas pela mulher, bem como auxilia na construção da subjetividade. Ademais, ao selecionar o léxico “terror”, o discurso revela a significação dada aos procedimentos realizados durante o parto nesta instância de discurso particular, qual seja, a violência contra a mulher.

Nesta instância de discurso se pressupõe que o "tu" é construído como aquele que se solidariza, que entende os relatos, tendo em vista que há uma descrição bastante detalhada, vívida e crua da reconstrução dos eventos. Ademais, o próprio espaço discursivo, qual seja, um grupo de rede social que debate o tema da *violência obstétrica* auxilia também para a constituição desse "tu" como alguém que provavelmente tenha experienciado as mesmas violências e/ou que tenha escuta para os relatos compartilhados.

Tendo em vista essa relação entre "eu" e "tu", de cumplicidade, neste espaço discursivo que propõe o debate acerca da *violência obstétrica* que se pode reconstruir a cena do parto, ou seja, o "ele", no relato, traz detalhes tão íntimos e violentos, tanto física quanto psicologicamente, a ponto de o comentário se encerrar com a afirmação de "Deus me livre de ter mais filhos".

Com a trindade, em Dufour, o sujeito individual e social são contemplados quando ele afirma que “[se] trata, pois, com a trindade, de restaurar uma maneira de fazer sentido, atribuída à figura que nos constitui ao mesmo tempo como sujeito individual e social” (DUFOUR, 2000, p. 60). Dessa forma, vemos os pronomes atuando na organização discursiva e, por conseguinte, auxiliando na construção dos laços sociais.

III.II.I - “Tudo que entra, mãezinha, tem que sair”

(Comentário 02)

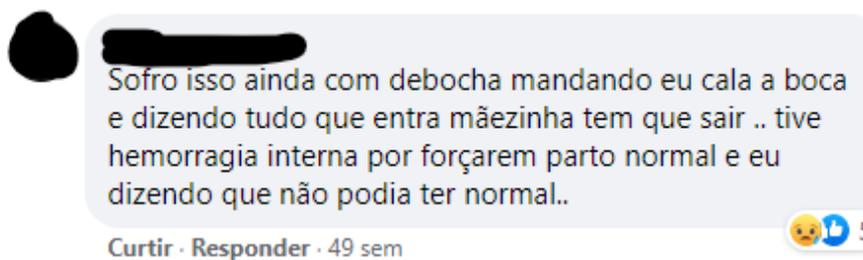


Imagem 02. Fonte: Página pública “Violência obstétrica” do Facebook

Observa-se no discurso uma autoidentificação com os procedimentos violentos apresentados no vídeo que suscitou uma série de comentários de mulheres que também passaram pela experiência da *violência obstétrica*, como pode ser verificado na passagem “Sofro isso ainda com debocha”. Este “isso” se refere à cena apresentada no vídeo em que o médico obstetra realiza procedimentos não recomendados pela OMS e também pelas agressões verbais mencionadas pelo profissional à parturiente no momento do parto.

Ao ser selecionado o léxico “sofro” percebe-se, no relato, que as violências sofridas durante o processo de parto não só afetaram a mulher no momento em que as vivenciava, mas continua afetando na medida em que o intentado não apenas constrói os sentimentos e as imagens do parto do passado no presente, mas utiliza-se da forma presente, numa tentativa de aproximar mais ainda o “eu” e o “tu” da cena reportada, ao utilizar, mesmo que de forma inconsciente, o léxico “Sofro” e não “Sofri”. Dessa forma, a marcação do indicador de pessoa “eu” com o tempo presente do indicativo é utilizada para ressaltar que a experiência vivida ainda é muito atual ao ser ressignificada discursivamente.

O discurso mostra que a mulher é impedida de se expressar durante o trabalho de parto, “Sofro isso com debocha mandando eu cala a boca”, ou seja, o direito à fala é negado a ela. O “mandando eu cala a boca”, neste discurso, sinaliza para a construção do sentido em torno da violência sofrida, quando a equipe de assistência à parturiente impede que haja manifestação verbal da mulher em relação ao parto. Essa interdição ao direito à fala fere uma das recomendações da OMS que defende a participação ativa da parturiente nas decisões sobre o parto (SENS & STAMM, 2019; SENA & TESSER, 2016; OLIVEIRA, 2016).

A relação entre equipe médica e parturiente, no discurso analisado, é abalada em razão da escolha lexical feita pela(o) profissional durante o parto, já que, neste discurso, é considerada como ofensiva, conforme verifica-se na passagem “e dizendo tudo que entra mãezinha tem que sair ..”. O uso do sufixo diminutivo *-inha* no léxico “mãezinha” revela uma ironia na fala da equipe médica, deixando claro o incômodo da gestante em relação a esse uso, pois ao combinar os léxicos “entra” e “sair” com “mãezinha” em “tudo que entra mãezinha tem que sair ..” sugere-se uma relação entre o parto e o ato sexual praticado pela mulher que é tomada, neste discurso, como aquela que deveria ter previsto as possíveis consequências do ato. Constrói-se, assim, a significação de que a dor, em última instância, foi causada pela própria mulher. Além de irônico, o comentário da equipe médica aparece neste relato como

cruel, visto que os arranjos vão mostrando que a situação *re-presentada* nesta instância de discurso se relaciona com "tive hemorragia interna por forçarem parto normal".

Dependendo de como e por quem o diminutivo é utilizado em um discurso, ele pode revelar uma forma de aproximação com a mulher ou uma forma de menosprezo e ironia. Quando o “mãezinha” é utilizado pela equipe médica em “Sofro isso ainda com debocha mandando eu cala a boca e dizendo tudo que entra mãezinha tem que sair..” é possível perceber a imagem que se constrói acerca da equipe médica como uma equipe autoritária a quem a mulher deve obedecer. Existe alguém que “debocha”, “mandando” e “dizendo”, no entanto, não há menção direta à equipe de assistência à mulher no discurso, mas é possível identificá-la nas escolhas lexicais. Ao não mencionar diretamente a equipe de assistência, o discurso revela a tentativa de distanciamento entre o sujeito do discurso e a imagem que se faz da equipe, tendo em vista o tratamento hostil recebido pela mulher.

O diminutivo muitas vezes é utilizado para atenuar o poder de argumentação desse elemento, com isso, o uso do léxico “mãezinha” assume um grande potencial na construção do sentido do enunciado. Segundo a Moderna Gramática Portuguesa, no tópico “Aumentativos e diminutivos afetivos”, Bechara assevera que,

Fora da ideia de tamanho, as formas aumentativas e diminutivas podem traduzir o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certos objetos e pessoas, sempre em função da significação lexical da base, auxiliados por uma entoação especial (eufórica, crítica, admirativa, lamentativa etc.) e os entornos que envolvem falante e ouvinte: poetastro, politicalho, livreco, padreco, coisinha, issozinho. Dizemos então que os substantivos estão em sentido pejorativo. *À ideia de pequenez se associa facilmente à de carinho que transparece nas formas diminutivas das seguintes bases léxicas: paizinho, mãezinha, queridinha* (BECHARA, 2009, p. 141, grifo nosso).

Os sufixos que formam nomes diminutivos traduzem ainda carinho: *mãezinha, paizinho, maninho* (BECHARA, 2009, p. 357, grifo nosso).

Nestes dois exemplos da gramática tradicional observa-se que o léxico “mãezinha” é trazido como uma forma de carinho, isto é, numa análise

superficial, o sentido do léxico supracitado teria uma acepção de carinho e aproximação com aquele com quem se fala. No entanto, num estudo em que o discurso é analisado por ele mesmo, sem formulações prévias, os sentidos construídos a partir do processo de sintagmatização e semantização revelam sentidos outros daqueles já estabelecidos nas gramáticas tradicionais ou com valores diferentes daqueles impressos na cultura de uma sociedade.

Ao analisar-se o discurso em seu universo mesmo, jamais se pode prever os sentidos possíveis que determinado enunciado pode adquirir, por isso, apoiar uma análise em formulações pré-estabelecidas e com sentidos prontos, seria empobrecer toda riqueza de usos que os falantes de uma língua podem realizar. Segundo Benveniste,

O sentido da frase é de fato a idéia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem uma sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. (BENVENISTE, 1989, p. 230)

Assim sendo, o uso do diminutivo, forma disponível no sistema linguístico, terá seu valor segundo as relações com outros elementos do enunciado, com isso, dizer que o sentido do diminutivo, no caso aqui estudado, é facilmente associado à forma de carinho, não se sustenta, já que o próprio enunciado analisado revela o desconforto e a insatisfação ao ter sido utilizado o léxico "mãezinha" de forma irônica, pela equipe médica.

Verifica-se no discurso o uso de uma sequência de dois pontos mais um espaço vazio na passagem “.. e dizendo tudo que entra mãezinha tem que sair..”, o que caracteriza uma interrupção, uma falta no discurso, que poderia ser interpretado como um silenciamento daquilo que não deve/pode ser representado em palavras. No entanto, o silêncio também significa. O discurso finaliza com o uso de uma sequência de dois pontos, revelando que há mais a ser dito sobre as violências sofridas.

Neste discurso, o “eu” é construído como alguém que foi submetido a um tratamento hostil e irônico, que teve sua voz silenciada diante dos

procedimentos violentos realizados. Já o “tu” é construído como alguém que se identifica com a experiência narrada, tendo em vista as escolhas lexicais utilizadas para dar sentido às violências sofridas. Neste espaço discursivo do facebook, o “eu” pode ressignificar a experiência de parto mais abertamente, pois o interlocutor é alguém que entende o tema debatido e se solidariza com o que está sendo dito. Portanto, nesse espaço, a *violência obstétrica* não é considerada tabu, como ocorre em outros espaços. Já o “ele” é construído discursivamente como alguém que assume uma postura irônica e cruel diante da parturiente, pois a equipe de assistência à mulher “debocha” do sofrimento da paciente no momento do parto dizendo “tudo que entra mãezinha, tem que sair”, além de forçar um parto normal. Segundo Dufour, o locutor tem à sua disposição, assim que um ato de enunciação é realizado, os três termos: “‘eu’, ‘tu’ e ‘ele’, que formam instantaneamente o espaço simbólico, pessoal e social” (DUFOUR, 2000, p. 52), revelando, dessa forma, a imagem que cada um assume dentro de uma instância discursiva particular e sua posição individual e social.

III.II.II - “Não se falava sobre violência obstétrica”

(Comentário 03)

Tive dois partose em ambos sofri violência ! Não falava-se sobre violência obstetra No primeiro há 16 anos tive bolsa rota ,sofri o corte sem anestesia,nao pude ter nenhum parente ao meu lado e antes de induzirem o parto fiquei 3 dias incomunicável com meus familiares, minha filha nasceu prematura e teve sofrimento respiratório,mas gracias a Deus saimos juntas e bem do hsp . No segundo há 11 anos,entre trabalho de parto e o parto foi tudo normal,mas o bebê era grande e não tive força para espelir o bebê,me lembro até hoje a fala da médica: vou te dar uma força ,esta força foi o fórceps, além de lacerar minha parede interna vaginal,meu bebê teve pequenos cortes na cabeça ,mas tbm saimos juntos do hsp,demorei mais de 20 dias p voltar a sentar normalmente. E sou grata a Deus por poder contar hj . E que o sistema mude e outras maezinhas não passe por todo esse horror !

Curtir · Responder · 36 sem

Imagem 03. Fonte: Página pública “Violência obstétrica” do Facebook

Observa-se no comentário o relato de *violência obstétrica* por parte da equipe de assistência à gestante em dois partos e que o reconhecimento só foi possível anos após o nascimento dos bebês. Na passagem, “Tive dois partose em ambos sofri violência !”, com o uso do verbo “ter” flexionado no pretérito perfeito “Tive”, o discurso revela que a reconstrução que se dá no presente faz referência a um tempo já passado e marca de forma implícita a pessoa do discurso “eu”. Em seguida, há uma interrupção no discurso com o uso de um espaço e mais cinco pontos na sequência, deixando pressuposto um momento de reflexão e de rememoração acerca dos dois partos e, logo, o reconhecimento da *violência obstétrica*. Percebe-se no discurso que, na época em que os partos ocorreram, o tratamento não foi considerado violento. Isso pode ser verificado na passagem “Não falava-se sobre violência obstetra”, isto é, só foi possível entender o que realmente havia acontecido durante o processo de parto, quando debates sobre a *violência obstétrica* começam a

ganhar espaço em discussões acerca do atendimento à mulher/gestante e todos os procedimentos advindos do pré-parto e parto.

Falar sobre a *violência obstétrica* só é possível a partir do reconhecimento de sua existência e, por isso, a necessidade de nomeá-la, já que só assim se possibilita o debate sobre o assunto. A criação de novas palavras ou expressões na língua surge de uma necessidade do convívio social. Conforme Benveniste, “tal é, com efeito, a situação da língua face à sociedade; a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua estrutura” (BENVENISTE, 1989, p. 98).

Em seguida, o discurso apresenta os procedimentos violentos do primeiro parto, conforme as sequências “No primeiro há 16 anos tive bolsa rota ,sofri o corte sem anestesia,nao pude ter nenhum parente ao meu lado”, “fiquei 3 dias incomunicável com meus familiares”. A construção do sentido da dor, neste discurso, é percebido pelas combinações realizadas com o léxico “sofri” relacionadas com “o corte sem anestesia”, “nao pude ter nenhum parente ao meu lado” e “fiquei 3 dias incomunicável com meus familiares”.

O uso no discurso de “sem anestesia”, “não”, “nenhum” e “incomunicável”, reconstrói as situações de procedimentos dolorosos e dos inúmeros “nãos” recebidos em relação ao que era de direito. Esse discurso evoca outros que apresentam como direito⁴² da mulher a permanência de um acompanhante entre outros⁴³ direitos, conforme se pode observar no Capítulo I deste trabalho.

O discurso sobre o primeiro parto encerra com a introdução de uma oração coordenada adversativa conforme segue, “mas graças a Deus saímos juntas e bem do hsp.”, isto é, apesar de todo sofrimento durante o trabalho de

⁴² Ver capítulo I, subcapítulo I.III - *Violência obstétrica* e os estudos da linguagem na área de Letras, p. 31.

⁴³ De acordo com Tesser et. al. (2015), a expressão descreve diferentes formas de violência durante as atividades dos profissionais de obstetrícia, tais como: a violência física, psicológica e verbal, a não autorização da parturiente à alimentação durante o trabalho de parto, **não aplicação de anestesia em procedimentos cirúrgicos**, bem como procedimentos desnecessários como a episiotomia, a manobra de Kristeller, a tricotomia, a aplicação de ocitocina e a **proibição de um acompanhante no pré e pós-parto**.

parto e parto o consolo é que mãe e filha não tiveram sequelas físicas dos procedimentos realizados. No entanto, percebe-se que sequelas psicológicas perduram através do uso de elementos como o léxico “sofri”, do uso de sinais de pontuação sequenciais como uma forma de silenciar as violências sofridas, mas também de mostrar que ali existem tantas outras formas de violências as quais não podem ou não devem ser mencionadas. Há muito mais a ser dito no silêncio do discurso do que as próprias palavras escritas podem definir. Atenta-se para aquilo que o discurso (neste caso, discurso escrito) apresenta, pois segundo Benveniste

“[...] o analista⁴⁴ opera sobre o que o sujeito lhe *diz*. Considera-o nos discursos que este lhe dirige, examina-o no seu comportamento locutório, ‘fabulador’ e através desses discursos se configura lentamente para ele outro discurso que ele terá o encargo de explicitar, o do complexo sepultado no inconsciente. (BENVENISTE, 1976, p. 82, grifos do autor)

O discurso passa então a descrever o segundo parto realizado “há 11 anos”, essa marcação do tempo cronológico só é possível a partir do presente da enunciação, ou seja, o presente linguístico instaurado no enunciado. Esse “presente” “tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve”, isto é, “a marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso” (BENVENISTE, 1976, p. 289).

A passagem, “o bebê era grande e não tive força para espelir o bebê”, sugere a incapacidade do corpo da mulher em parir um bebê considerado “grande” e que, por isso, “não tive força para espelir”. Essa suposta incapacidade de parir evoca outros discursos de médicas(os) obstetras conforme observa-se na passagem “Algumas relações são difíceis, são mulheres que não querem escutar o que a gente fala, não ajudam no parto e são despreparadas⁴⁵”, isto é, o discurso médico culpabiliza a mulher por não ser capaz de parir, pois não “ajudam no parto” e “são despreparadas”, ficando a

⁴⁴ Aqui, Benveniste trata do psicanalista, ao utilizar o léxico “analista”. Neste trabalho, consideramos, no entanto, que a análise nos leva a observar questões que se relacionam com o que Benveniste, em sua época, atribuiu ao olhar do psicanalista.

⁴⁵ Ver capítulo III; Subseção III.III.II, p. 122.

responsabilidade do nascimento com a(o) médica(o). No cotejo entre o discurso médico e o discurso da mulher, percebe-se que há uma incorporação da fala da(o) profissional à fala da mulher, visto que ela acredita, a partir do que é possível analisar neste discurso, ser incapaz de parir um bebê “grande”. O discurso das mulheres e das(os) médicas(os) evocam outros, como aquele de Sens e Stamm (2019), para quem mesmo que o bebê seja considerado grande, não se justifica o uso de procedimentos invasivos pela(o) médica(o), nem mesmo o uso de manobras ou instrumentos cirúrgicos para o nascimento.

Em seguida, o discurso continua com a menção à lembrança e à fala da médica, “me lembro até hoje a fala da médica”, essas palavras parecem ter sido marcadas na memória por terem dado início à violência que viera na sequência, conforme se poderá verificar. Ao ouvir “vou te dar uma força”, infere-se que a gestante terá ajuda da médica para que o bebê nasça, no entanto, na passagem a seguir, a ajuda recebida se revela em “esta força é o fórceps”⁴⁶. Esse procedimento, descrito no comentário, causa dano físico no corpo da mulher, pois “além de lacerar minha parede interna vaginal”, o bebê também é alvo de danos físicos, já que “teve pequenos cortes na cabeça”. Esses momentos de dor são ressignificados e rememorados pela mulher ao *representar* o parto através do discurso, pois

A linguagem *re-produz* a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. (BENVENISTE, 1976, 26)

A passagem seguinte é introduzida por uma conjunção coordenada aditiva “mas também”, que, segundo as gramáticas tradicionais, expressa uma ideia de acréscimo ou adição, no entanto, não foi usada com esse valor no excerto “mas tbm saímos juntos do hsp”, isto é, o sentido aqui explorado é o de

⁴⁶Fórceps é um instrumento semelhante a uma tenaz. É utilizado na medicina obstetrícia para auxiliar a retirada de um feto por alguma razão em que a contração natural não é suficiente para o parto ou possa colocar em risco a vida da gestante e/ou do feto. O uso desse instrumento pode sim salvar a vida tanto do bebê quanto da gestante, todavia, provoca danos físicos em ambos quando mal utilizado, conforme pode ser observado no discurso e em estudos sobre o uso desse instrumento no auxílio do nascimento do bebê (PALHARINI, 2017).

adversidade, apesar de todos esses procedimentos violentos, “saimos juntos”, estamos vivos. O uso do “mas”, neste comentário, cria um pressuposto de que havia a possibilidade de mãe e bebê não saírem juntas e bem do hospital.

Ademais, o espaço do hospital é mencionado neste discurso a partir da imagem que o “eu” constrói do lugar como sendo aquele que, ao invés de inspirar confiança, conforto e de preservação da saúde, é tido como aquele de onde se fica feliz quando se pode sair com vida. É possível identificar o espaço a que o discurso se refere em “saimos” e “hsp” e também o tempo passado pela flexão do verbo sair no pretérito. Ademais, “saimos” revela a junção do “eu” com o “não-eu”, ou seja, o “nós” inclusivo que faz referência a mulher e bebê. Além disso, apegar-se à figura de Deus em “mas graças a Deus saimos juntas e bem do hsp” e “mas tbm saimos juntos do hsp”, parece ser a única forma de buscar proteção, quando aqueles que deveriam cuidar da saúde da mãe e do bebê não o fazem.

Ademais, o presente usado na forma flexionada do verbo ser em “sou” revela “a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve” (BENVENISTE, 1976, p. 289), ou seja, a temporalidade é identificada a partir de um dado linguístico. Da mesma forma acontece com o tempo crônico no uso de “hj”, só é identificável na instância de discurso que contém “eu”, pois o “hoje” do interlocutor não é o “hoje” do locutor que escreveu o relato. Além disso, “poder contar hoje” está relacionado ao entendimento de ter passado por procedimentos violentos e ter sobrevivido a eles para “poder contar hoje”.

O discurso faz um apelo para que o sistema de assistência ao parto caracterizado no comentário como sendo um sistema que proporciona sofrimento à mulher seja revisto e mude, conforme o excerto “E que o sistema mude e outras maezinhas não passe por esse horror!”. Verifica-se novamente o léxico “maezinhas” sendo utilizado, contudo, com um sentido diferente do comentário dois, neste há uma tentativa de aproximação entre mulheres. O uso do diminutivo no léxico “mãe” produz um efeito de carinho e afeto pelas demais mulheres, já que há apelo para que o sistema mude “e outras maezinhas não passe por esse horror”.

Além disso, o uso do substantivo masculino “horror” aparece no discurso como uma maneira de se referir ao parto, deixando expresso o pavor em tudo aquilo que se experienciou durante o parto dos dois bebês, cada um com suas particularidades, mas que revelam um trauma ainda muito presente. O “horror”, neste discurso, está ligado aos procedimentos violentos realizados com a mulher e os bebês “em ambos [partos] sofri violência!”, “sofri o corte sem anestesia”, “nao pude ter nenhum parente ao meu lado”, “fiquei 3 dias incomunicável com meus familiares”, “minha filha nasceu prematura e teve sofrimento respiratório” “além de lacerar minha parede interna vaginal [pelo uso do fórceps], meu bebê teve pequenos cortes na cabeça”. Dessa forma, o “horror” significa, neste discurso, o parto.

Foi possível verificar, no discurso analisado, que os procedimentos realizados durante o pré-parto e parto só foram percebidos como violentos, após o contato com o tema. O sentido de *violência obstétrica* é construído, neste discurso, a partir do entendimento da mulher em ter sido vítima de *violência obstétrica*, pois “não falava-se sobre violência obstetra”, dessa forma, os arranjos estabelecidos entre o léxico “horror” e a assistência violenta mencionados no comentário sugerem a identificação por parte da mulher com os procedimentos por ela relatados e aqueles realizados no vídeo que deu origem ao comentário.

Neste discurso o “eu” se constrói como alguém que desperta para uma realidade a qual não conhecia, mas da qual fora vítima, a *violência obstétrica*. E, ao entrar em contato com o tema, o discurso ressignifica a cena do parto relatando a sucessão de procedimentos violentos praticados no passado pela equipe de assistência à mulher. Nesta instância de discurso, a imagem do “tu” é construída como aquele que também reconhece os procedimentos descritos como violentos. Dessa forma, o “tu” é convocado a se solidarizar com o que está sendo dito ao se identificar com o relato escrito em uma página que se dedica a discutir sobre o tema. Além disso, a imagem do “ele” é construída no discurso como alguém que não assistiu a mulher e o bebê no sentido de auxiliar para um desfecho bom do parto, longe disso, o “ele” é responsável

pelos danos físicos causados em ambos, ou seja, é o responsável pela *violência obstétrica*.

III.II.III - “Querida lembrar do meu parto com alegria”

(Comentário 4)

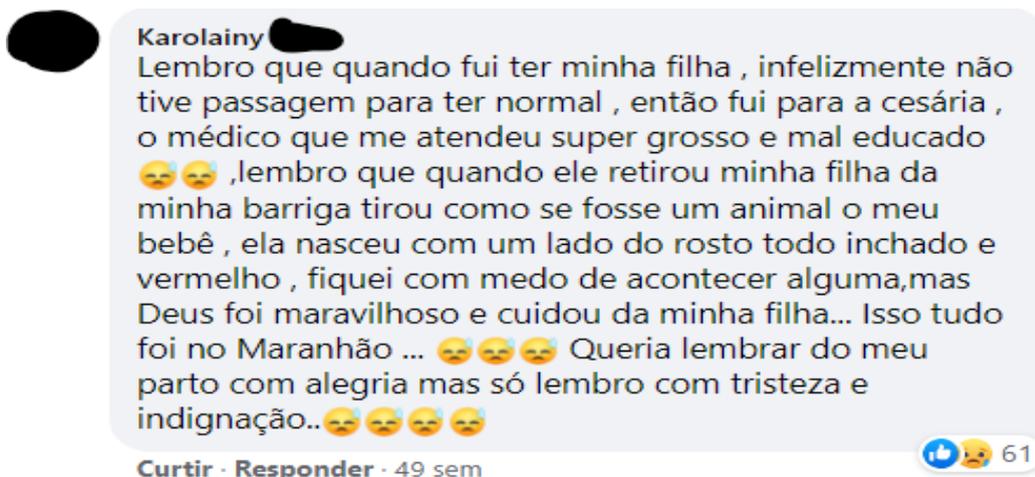


Imagem 04. Fonte: Página pública “Violência obstétrica” do Facebook

O discurso inicia com a indicação de que o parto normal era desejado, mas “infelizmente não tive passagem para ter normal” e, por isso, “fui para a cesária”. Pode-se inferir, a partir do discurso em análise, que ter sido submetida a uma cesariana abalou as expectativas da mulher em conseguir parir naturalmente, pois “não tive passagem para ter normal”. Agravando a situação não desejada por ela, é atendida por um médico “super grosso e mal educado”. O discurso marca mais explicitamente o sujeito discursivo em “tive” e “fui” e sua posição em relação aos acontecimentos passados a partir do presente da enunciação realizada nesta instância de discurso particular, marcando, dessa forma, o que já não é mais o presente da enunciação. Ademais, o discurso revela a construção da imagem que o “eu” faz do médico quando o designa como “super grosso e mal educado” a partir da rememoração e da evocação dos acontecimentos agressivos vivenciados e, com isso, a *violência obstétrica* é significada no modo como a mulher foi tratada no momento do parto. Ao associar o léxico “super” com “grosso” e “mal” com “educado” o discurso revela

a imagem de um profissional duro, que não abre margem para aproximação na relação médico-paciente, tendo em vista a maneira como a mulher é tratada durante o parto.

Além das agressões verbais, o discurso revela que mulher e bebê também foram submetidas a procedimentos agressivos durante o nascimento da filha, pois há, no comentário, a seguinte passagem: “ele retirou minha filha da minha barriga”. Dessa forma, neste discurso, o parto não é entendido como nascimento, mas como um procedimento que “retirou” o bebê do ventre da mãe. A passagem “tirou como se fosse um animal o meu bebê” revela a construção da imagem que o “eu” faz da criança que, relacionado às ações médicas é construída uma imagem “como se fosse um animal”, já a imagem construída pela mãe é “meu bebê”. Dessa forma, vemos que o “eu” constrói duas imagens da criança acerca do procedimento realizado pelo médico. Tal procedimento fez com que o bebê nascesse com “um lado do rosto inchado e vermelho”, essa passagem do discurso ratifica a forma agressiva e rude com que o bebê é retirado da mãe. A partir desses procedimentos agressivos descritos pelo relato, o discurso evoca sentidos relacionados ao sentimento de “medo” de que algo ruim pudesse acontecer com a filha, já que a bebê nasceu com “um lado do rosto inchado e vermelho” e, por isso, “fiquei com medo de acontecer alguma”. Esse “medo” evocado pelo discurso reafirma o receio da mulher com o parto cesariana que pode ser observado no início do comentário, conforme já destacado aqui.

O uso de “então” ganha valor⁴⁷ de única alternativa possível para um parto seguro mas, ao chegar na sala de parto, foi atendida por um médico “super grosso e mal educado” que “retirou minha filha da minha barriga” e “tirou como se fosse um animal o meu bebê”. Em consequência disso, “ela nasceu com um lado do rosto todo inchado e vermelho”. Toda essa sucessão de acontecimentos evoca, no discurso, os sentimentos de “tristeza e indignação”

⁴⁷ Ver nota de rodapé 31, p. 90.

que significam a *violência obstétrica* vivenciada pela mulher e põe em xeque os procedimentos realizados pelo profissional.

A ação descrita em “tirou minha filha da minha barriga” é significada como violenta neste discurso, pois está relacionada à parte do corpo em “minha barriga”, há uma certa invasão, ao não se ter cuidado com o que existe de tão íntimo. Além disso, há outra construção de sentido quando “minha barriga” é relacionada com “minha filha”, pois, nesta instância de discurso, a “barriga” ganha significado de lugar de proteção para a bebê, lugar de afeto.

Na passagem “mas Deus foi maravilhoso e cuidou da minha filha”, o uso do “mas” revela a imagem que a mulher faz do médico que a assistiu durante o parto, como aquele que não prestou a devida assistência, que não cuidou de ambas como deveria e, graças a uma intervenção divina, a filha não teve sequelas graves. Dessa forma, a confiança em uma instituição e no profissional que deveriam dar suporte e segurança para as(os) pacientes é colocada em questão, tendo em vista que o discurso atribui a Deus o bem estar da filha. Por se tratar de uma assistência médica, “cuidar” deveria estar ligado ao profissional de saúde, no entanto, neste discurso, o léxico está relacionado a “Deus”. O discurso sobre a espiritualidade⁴⁸ evoca outros discursos conforme explorado nos comentários um e três deste subcapítulo, que estão relacionados aos procedimentos violentos realizados pela(o) médica(o) obstetra.

Em seguida, o discurso faz uma retomada de todas as situações de violência vividas em “Isso tudo foi no Maranhão” representando a dimensão dos fatos ocorridos pelo valor que “isso tudo” ganha no discurso, ou seja, todos os procedimentos violentos descritos no comentário. O uso do pronome

⁴⁸ Na tese de Letras a espiritualidade também foi explorada, no entanto, com um sentido diferente da atribuída neste discurso, pois essa busca pelo espiritual para explicar o parto tanto pode ser retratado como uma experiência boa, em que o processo de parto se dá naturalmente e nas condições desejadas pela mulher, ou para retratar alívio por mãe e filha(o) terem sobrevivido a condutas e procedimentos violentos realizados pela(o) médica(o) obstetra. Ver subcapítulo I.III Tese da área de Letras: reflexões e discussões; Análise estrutural, p. 30-31.

demonstrativo “isso” está relacionado ao “eu” do discurso que constrói discursivamente o espaço enunciativo e que permite entendermos que “isso” faz referência às violências sofridas. Ademais, ao indicar a referência espacial “no estado do Maranhão”, situam-se as ações, restringe-se o grupo de profissionais e de hospitais a que se faz referência.

Além disso, há necessidade de marcar o espaço físico onde “isso tudo” aconteceu que pode ser interpretado como meio de alertar o interlocutor caso precise dos serviços hospitalares do Estado do “Maranhão”. Neste discurso, o espaço físico engendrado por “Maranhão” ganha um significado importante, porque é necessário mencionar onde ocorreu a *violência obstétrica* com o intuito de demarcar exatamente o Estado e, com isso, mostrar a crítica social do locutor que está direcionada aos profissionais desta localidade e desta sociedade.

O discurso finaliza com o uso dos léxicos “tristeza e indignação”, essa seleção está relacionada com a indicação da cirurgia cesariana que culminou nos processos violentos descritos no relato. Dessa forma, os léxicos “tristeza e indignação” concorrem para a construção do sentido dado às condutas praticadas pelo médico.

A utilização do comentário em forma de relato proporciona a rememoração do passado a partir do presente da enunciação, porque é através dele que o “eu” conta a “tu” histórias que obteve d’ele e “não há melhor instrumento pragmático que este conjunto [“eu-tu/ele”] para dar conta da transmissão do relato” (DUFOUR, 2000, p. 53). Com isso, ressignificar a experiência do parto por intermédio da linguagem, neste discurso, faz com que a mulher rememore discursivamente a sua situação de parto.

Neste discurso a imagem do “eu” se constrói relacionada à mulher que tem suas expectativas frustradas por não conseguir ter um parto normal e é submetida a uma cesária. A construção da imagem do “tu” neste discurso é realizada como aquele que conhece as violências relatadas, seja porque passou por situação semelhante ou porque se solidariza com a situação. Com

isso, o discurso convoca o “tu” a se identificar e se sensibilizar ao evocar o sentimento de “tristeza e indignação” por não conseguir ter um parto normal. O parto é ressignificado nesse discurso a partir da imagem que o “eu” faz do “ele” como sendo um momento em que experienciou a *violência obstétrica* e, por essa razão, é evocado o sentimento de “tristeza e indignação”.

III.II.IV - “A impunidade é uma violência tão ruim ou pior”

(Comentário 5)

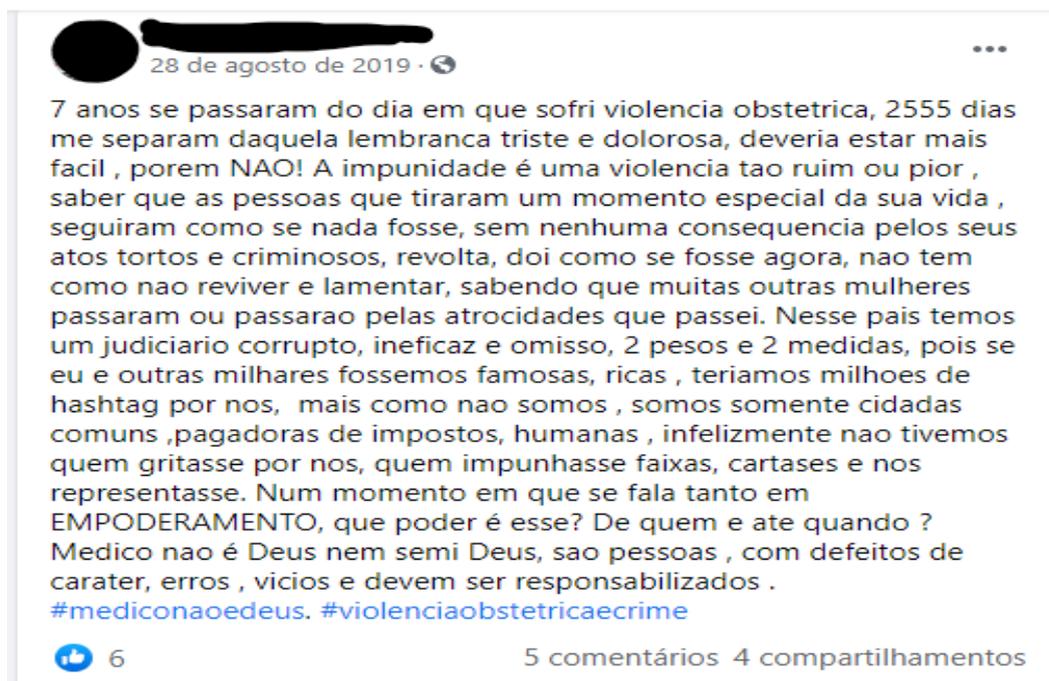


Imagem 05. Fonte: Página pública “Violência obstétrica” do Facebook

O discurso começa indicando quando ocorreu a *violência obstétrica*, marcando explicitamente o tempo crônico a partir do aqui-agora da enunciação nesta instância de discurso, assim “em todas as formas de cultura humana [há] um esforço em objetivar o tempo crônico”, que é condição fundamental para a “vida das sociedades e da vida dos indivíduos em sociedade” (BENVENISTE, 1989, p. 72). A possibilidade de instaurar no discurso o tempo crônico é dada a partir do tempo linguístico (presente) da enunciação que se realiza pela apropriação que o locutor faz da língua dizendo “eu” instaurando o alocutário que será o “tu”, assim sendo, “é pela língua que se manifesta a experiência

humana do tempo, e o tempo lingüístico manifesta-se irredutivelmente ao tempo crônico e ao tempo físico” (BENVENISTE, 1989, p. 74).

O tempo, pode-se dizer, é o responsável por estabelecer a intersubjetividade na língua. Infere-se, neste discurso, que as violências sofridas ainda estão muito presentes na memória do sujeito quando é mencionado discursivamente que “7 anos se passaram do dia em que sofri violência obstétrica”. Verifica-se nesta passagem, que o sentido de *violência obstétrica* está diretamente ligado ao dia em que os fatos ocorreram, o dia do parto. Esse sentido é reafirmado em “2555 dias me separam daquela lembrança triste e dolorosa”, nesta instância de discurso particular, anos e dias (tempo crônico) são acionados como meio de sensibilizar o interlocutor para o fato de que a *violência obstétrica* é uma marca carregada e lembrada diariamente.

Ademais, como já se passaram “7 anos” do dia em que a violência aconteceu espera-se que falar sobre o assunto não seja mais tão difícil para a mulher. No entanto, “deveria estar mais facil, porem NAO!”. Ao utilizar “porem” seguido de “NAO” em letras maiúsculas, o discurso sinaliza para os traumas causados pela *violência obstétrica* e, embora os anos tenham passado, a rememoração da experiência acaba por deixá-la ainda mais viva “doi como se fosse agora”. O tempo presente é verificado no discurso a partir de um dado lingüístico, que neste enunciado é marcado pelo uso de “agora”.

Nesta instância de discurso, o ato de falar dos acontecimentos passados, algo que já aconteceu, indica que o sujeito está se historicizando através da língua, criando a sua história. Falar tempo passado, faz com que o sujeito recrie o acontecimento por intermédio da linguagem de um jeito novo, é a atualização da experiência humana. Assim sendo, ao enunciar, o “eu” faz uso da língua e instaura o “tu” numa relação intersubjetiva que remete à experiência humana inscrita na linguagem. O processo de comunicação, dessa forma, recria e ressignifica a todo momento a língua e a realidade.

A passagem “A impunidade é uma violencia tao ruim ou pior” revela que as consequências negativas causadas pela *violência obstétrica* estão além dos danos físicos, pois a “impunidade”, nesse discurso, ganha valor de violência. Ou seja, a injustiça torna-se algo “tao ruim ou pior” que a violência sofrida. O sujeito do discurso convoca o interlocutor a se aproximar daquilo que está sendo dito no enunciado quando se menciona “temos um judiciário corrupto, ineficaz e omissos”, ao usar “temos” no sentido de “nós” que diz respeito a uma “junção entre ‘eu’ e o ‘não-eu” (BENVENISTE, 1976, p. 256, grifo do autor) o “eu” revela a imagem que esse discurso constrói do judiciário brasileiro como sendo “corrupto, ineficaz e omissos”. O espaço físico do *facebook*, neste discurso, se transforma em espaço de enunciação, uma vez que as mulheres relatam suas experiências sobre a *violência obstétrica*, numa instância de discurso particular criando simultaneamente o aqui-agora da enunciação, a fim de mobilizarem outras mulheres a falarem e discutirem esse tema e alertando para o fato de que a *violência obstétrica* existe. Dessa forma, com o intuito de sensibilizar o interlocutor sobre a existência da *violência obstétrica*, a partir da imagem que “eu” faz do “tu”, o discurso evoca o sentimento de dor, de sofrimento, de revolta no uso do léxico “atrocidades” por aquelas que já foram vítimas ou ainda possam ser vítimas dessa mesma violência em “nao tem como nao reviver e lamentar, sabendo que muitas outras mulheres passaram ou passarao pelas atrocidades que passei”.

Ao utilizar o “eu” implicitamente associado a “sabendo que muitas outras mulheres passaram ou passarao pelas atrocidades que passei”, o discurso cria um efeito de aproximação entre os interlocutores “eu-tu”, pois a violência não foi praticada apenas contra uma mulher, mas contra “muitas outras mulheres”. Além disso, o sentido de justiça é construído pelo engendramento feito em “Nesse pais temos um judiciario corrupto, ineficaz e omissos” revelando que, na verdade, há injustiça quando se trata de aplicar punição àqueles profissionais que praticaram violência contra a mulher. Ademais, o discurso constrói a imagem de dois grupos de mulheres em “se eu e outras milhares fossemos famosas, ricas, teriamos milhoes de hashtag por nos”, no entanto, são apenas

“cidadas comuns, pagadoras de impostos, humanas”, o primeiro grupo se refere às mulheres que ocupam um lugar de destaque e prestígio na sociedade e, por isso, há uma comoção maior da comunidade. O segundo grupo se refere às mulheres comuns da sociedade, que trabalham, que não são reconhecidas publicamente e, por isso, não ganham a atenção necessária da mídia nem da justiça.

O discurso encerra com alguns questionamentos sobre um suposto empoderamento feminino em relação às suas decisões e direitos em “Num momento em que se fala tanto em EMPODERAMENTO, que poder é esse?”, com a interrogação construímos nosso discurso com o intuito de “suscitar uma ‘resposta’ do nosso interlocutor” (BENVENISTE, 1989, p. 86). Dessa forma, o “eu” convoca o “tu” a se subjetivar no discurso a partir de uma resposta ao que foi escrito, essa resposta pode ser, no caso do uso do *facebook*, o uso do botão “curtir” onde há as opções “curtir”, “amei”, “força” (botão criado mais recentemente), “haha” (risada), “uau”, “triste” e “Grr” (bravo) ou ainda uma resposta escrita acionando o botão “responder”. Com isso, a resposta do “tu” que toma a palavra para dizer “eu” pode ser construída, no espaço do *facebook*, tanto em uma resposta de retorno escrita quanto acionando um dos botões disponíveis que evocam algum tipo de sentimento.

O discurso, ao utilizar o léxico “EMPODERAMENTO” em letras maiúsculas, indaga a quem pertence esse poder, tendo em vista que movimentos sociais que lutam pela autonomia e direito da mulher usam esse mesmo léxico com um valor diferente do explorado neste discurso, assim sendo, são usados com propósitos diferentes, num espaço e tempo diferentes, por indivíduos diferentes. Neste discurso, “EMPODERAMENTO” associado a “impunidade”, “sem nenhuma consequência”, “Nesse país temos um judiciário corrupto, ineficaz e omissivo”, “infelizmente não tivemos quem gritasse por nós, quem impunhasse faixas, cartazes e nos representasse” ganha um valor diferente do usado pelos movimentos sociais, já que o movimento discursivo

revela que a mulher não tem poder durante o parto e que as ações de violências causadas pela equipe de assistência à gestante não são punidas.

Na passagem, “as pessoas que tiraram um momento especial da sua vida, seguiram como se nada fosse”, a imagem que o “eu” constrói da equipe de assistência à mulher, nesta instância de discurso, é o de uma equipe cruel e desumana que retirou “um momento especial da sua vida” e, ao usar o pronome “sua” associado a “vida” o discurso interpela diretamente o “tu” criando um efeito de proximidade entre os interlocutores que também sofreram essa violência, pois convoca o “tu” a se identificar com o que está sendo dito. Ademais, ao sinalizar o espaço em que os fatos ocorreram no uso de “nesse país”, o discurso faz uma crítica social e política à imagem negativa que o “eu” constrói do judiciário brasileiro ao associar “judiciario” com “corrupto, ineficaz e omissivo”. Além disso, alguns “indicadores” são acionados na instância de discurso para se referirem às pessoas “eu-tu”. Em primeiro lugar, podemos citar os demonstrativos este, esta, aquilo, aquele etc., “na medida em que se organizam correlativamente com os indicadores de pessoa” (BENVENISTE, 1976, p. 279).

Além disso, o discurso interroga a quem pertence o poder em “Num momento em que se fala tanto em EMPODERAMENTO, que poder é esse? De quem e até quando?” questionando, assim, a suposta autonomia da mulher no processo de parto e interroga “até quando” essa posição de controle e superioridade irá permanecer, já que “Medico nao é Deus nem semi Deus”. Nesta passagem, infere-se que as(os) médicas(os) possuem poderes que estão acima de qualquer questionamento e, por esse motivo, não devem ser punidos. O “eu” desconstrói a imagem da(o) médica(o) como sendo um ser supremo a quem as leis terrenas não se aplicam, pois “sao pessoas, com defeitos de carater, erros, vicios e devem ser responsabilizados”.

No discurso analisado observou-se que a imagem que se construiu do “eu” é a de uma mulher questionadora, que não se conforma com a impunidade das(os) médicas(os) e que põe em xeque a justiça brasileira. A imagem do “tu”

está associada a quem se solidariza com a situação descrita no relato, pois o discurso convoca o “tu” em vários momentos a se solidarizar e identificar com o dito, bem como a se subjetivar ao utilizar o recurso de interrogação. Além disso, a imagem do “ele” é construída como aquele que está acima das leis e, em consequência disso, não é punido por sua conduta violenta. Essa sequência de associações realizadas entre o léxico “pessoa” e “defeitos”, “erros” e “vícios” revela a imagem que o “eu” faz das(os) médicas(os) como sendo seres humanos que também cometem erros e, por esse motivo, “devem ser responsabilizados”. Verificamos a tríade “eu-tu/ele” auxiliando na construção dos laços sociais, assim sendo, “‘eu’ e ‘tu’”, estes signos vazios, não-referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva (DUFOUR, 2000, p. 74).

III.III - “Hoje qualquer coisa é violência obstétrica”

(Entrevista com médica(o) - Excerto 1)

Hoje qualquer coisa que você faz com a paciente pode ser encarado como violência obstétrica. Se você faz parto normal, é violência, se faz cesárea, é violência. Eu acho que não é por este lado. Tem que entender que é um contexto, a gente não quer que ninguém sinta dor ou sofra. É muito maior do que se fala na mídia, do que um caso. Eu acho que Obstetrícia é cumplicidade, a gente tá aqui para fazer o melhor, chegar a uma solução boa pra todo mundo. A paciente quer que você faça o atendimento sem examinar como é que isto pode ser justo, eu não concordo com esta Obstetrícia (Méd. 6). (OLIVEIRA, 2016, p. 65)

Verifica-se que o discurso inicia com uma tentativa de minimizar os procedimentos violentos que aparecem nos discursos das gestantes durante o trabalho de parto e parto como pode ser observado na passagem “Hoje qualquer coisa que você faz com a paciente pode ser encarado como violência obstétrica”, ou seja, há uma banalização dos discursos das mulheres sobre a *violência obstétrica*, como se as mulheres entendessem todos os procedimentos realizados como violentos. Percebe-se, no discurso, uma

negação à prática da *violência obstétrica* através do uso de “qualquer coisa”, já que, para a equipe médica, todos os procedimentos realizados durante o trabalho de parto e parto são padrão e de rotina, não poderiam, dessa forma, ser caracterizados como violência. O sentido de *violência obstétrica* é construído, neste discurso, a partir do uso da expressão “qualquer coisa”. Essa expressão tem seu sentido construído, delimitado, com o uso de “parto normal” e “cesárea”, ou seja, a *violência obstétrica* pode estar ligada a qualquer tipo de parto. Assim, “qualquer coisa” seguido de “pode ser encarado como violência”, constrói o sentido de que a existência da “violência obstétrica” está na dependência do ponto de vista a partir do qual se observam os procedimentos. Há, portanto, uma negação da realidade construída no discurso das mulheres.

Em seguida, há uma modalização no discurso ao utilizar “pode ser encarado como violência obstétrica”, já que qualquer procedimento, a depender de quem opinar sobre, pode ser considerado violento. No entanto, para negar ou contestar o discurso das mulheres, antes o alocutário (médica(o) obstetra) terá que reconhecer esse dito, pois “meu alocutário pode, de todas as maneiras imagináveis, contestar meus ditos [...], pois terá sentido a necessidade, para contestar meus ditos, de afirmar que eu os proferi enquanto ‘eu’” (DUFOUR, 2000, p. 83). Sendo assim, primeiro é necessário que a *violência obstétrica* seja reconhecida como uma realidade possível sobre os procedimentos realizados pela equipe de assistência à gestante, para, então, outro discurso poder negar a existência de tais práticas.

Ademais, a utilização do léxico “Hoje” situa o discurso no tempo crônico, ou seja, é possível verificar a que “hoje” o enunciado se refere a partir do “presente” linguístico instaurado no enunciado tendo como referente interno o “eu” linguístico. Dessa forma, também observa-se a experiência da subjetividade que é explorada através do *tempo* nos discursos. Algumas classes de signos têm a existência possível via enunciação, isto é, “não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”, como por exemplo, o “hoje” (BENVENISTE, 1989, p. 86). Além de situar o tempo crônico, o uso de “Hoje” mostra que os

procedimentos realizados pelas(os) médicas(os) obstetras não eram questionados no passado. Ademais, o “Hoje”, neste discurso, equivale a “hoje em dia”, isto é, atualmente todos os procedimentos realizados com a mulher pelas(os) médicas(os) são considerados violentos. Esse uso temporal no presente parece construir uma oposição a um passado em que as violências não eram denunciadas, como se elas não existissem.

Na passagem “Se você faz parto normal, é violência, se faz cesárea, é violência.”, verifica-se o uso da conjunção subordinativa condicional “se” para explicar que todas as decisões tomadas pela(o) médica(o) são consideradas como práticas violentas pelas gestantes, ou seja, qualquer decisão que a(o) médica(o) escolher será encarada como violência. A seguir, o discurso mostra uma discordância dessa afirmação “Eu acho que não é por este lado.”, há marcas de pessoa no uso de “Eu” e da forma conjugada do verbo “acho” no presente do indicativo, que revela um efeito de aproximação quando o sujeito coloca-se como primeira pessoa do discurso, além do uso de uma oração subordinada objetiva direta “Eu acho que não é por este lado” para ratificar a negação sobre as escolhas da via de parto serem consideradas *violência obstétrica*.

Percebe-se, no discurso, uma tentativa de fazer com que se entendam os motivos que levaram a(o) médica(o) obstetra a tomar determinada decisão, conforme observa-se na passagem “Tem que entender que é um contexto,...”, isto é, existem diversos fatores durante o trabalho de parto e parto que levam à escolha por um procedimento. É reforçada a ideia de que a equipe médica não é favorável à dor da gestante, nem ao sofrimento “...,a gente não quer que ninguém sinta dor ou sofra.”. Em seguida, o discurso faz uma crítica a como os meios de comunicação divulgam e noticiam os casos de *violência obstétrica*, “É muito maior do que se fala na mídia, do que um caso.”, pois não levam em consideração as particularidades de cada caso. Ademais, o discurso considera a *violência obstétrica* a exceção nos atendimentos, já que “É muito maior [...] do que um caso”.

Observa-se, no discurso, que as(os) médicas(os) estão dispostas(os) a fazer o que for preciso para que tudo ocorra bem no trabalho de parto e parto, pois “a gente tá aqui para fazer o melhor”, no entanto, não é o que se confirma em seguida no discurso “chegar a uma solução boa para todo mundo”, isto é, a solução tem de ser boa também para a(o) médica(o) obstetra, caso contrário, se buscará uma nova opção até que todos, parturiente e médica(o), estejam satisfeitos com as condições propostas. Na passagem “a gente tá aqui para fazer o melhor”, o “aqui” está se referindo ao espaço onde se situam as(os) médicas(os) na assistência à gestante, o lugar ocupado pela(o) profissional em relação à mulher durante o processo de parto e parto. O “aqui” está relacionado diretamente ao sujeito da enunciação que é o referente interno do discurso, ou seja, é a partir do “eu” que se constrói a temporalidade e espacialidade do discurso.

Além disso, o discurso traz outras vozes em “a gente” para confirmar a intenção das(os) médicas(os) obstetras na tentativa de fazer o melhor pela parturiente durante o trabalho de parto e parto. O uso de “a gente” remete a “nós” que diz respeito a uma “*junção* entre ‘eu’ e o ‘não-eu’” (BENVENISTE, 1976, p. 256, grifo do autor). Isso significa que “em ‘nós’ é sempre o ‘eu’ que predomina, uma vez que só há ‘nós’ a partir de ‘eu’ e esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente” (Ibid., 1976, p 256). Assim sendo, a partir do “eu” discursivo, outros “não-eus” são acionados para corroborar com o discurso de que as(os) médicas(os) trabalham para que a parturiente tenha o melhor atendimento. Com isso, a classe médica se constrói vinculada à ideia de que “a gente não quer que ninguém sinta dor ou sofra”, a obstetrícia é tomada como aquela em que há “cumplicidade”, ou seja, a partir dessa imagem, a parturiente deve confiar na equipe, confiar que se vai chegar “a uma boa solução para todo mundo”. Nessa confiança, não pode haver espaço para questionamento, pois a “cumplicidade”, neste discurso, é construída como havendo uma parceria e convivência em relação às decisões sobre o parto. Além disso, o “nós” neste discurso funciona como uma disjunção em que as mulheres são excluídas da esfera do “nós”.

O discurso encerra com a menção aos exames rotineiros que são realizados pelas(os) médicas(os) obstetras durante o trabalho de parto e que não seriam autorizados pelas gestantes, causando descontentamento e evocando um sentimento de injustiça por parte da(o) obstetra com essa negativa, conforme passagem a seguir “A paciente quer que você faça o atendimento sem examinar como é que isto pode ser justo, eu não concordo com esta Obstetrícia”. A passagem, “A paciente quer que você faça o atendimento sem examinar”, refere-se a um dos procedimentos mais praticados durante o trabalho de parto que são os exames vaginais (toque) que mostram com quantos centímetros de dilatação a gestante está e para ver se o parto está evoluindo, todavia, esse procedimento não é totalmente eficaz e pode ocasionar infecções uterinas e para o bebê (PALHARINI, 2017). Dessa forma, verifica-se um embate entre o discurso médico e das mulheres, tendo em vista que cada grupo significa de maneiras diferentes seus posicionamentos em relação à manutenção do exame de toque vaginal. O discurso aqui analisado evoca o sentimento de injustiça e discorda da recusa da mulher em fazer o exame “como é que isto pode ser justo, eu não concordo com esta Obstetrícia”. A menção a essa prática é recorrente nos relatos das mulheres como um dos procedimentos violentos, pois são realizados diversas vezes e são muito dolorosos durante o trabalho de parto.

Verifica-se, no discurso analisado, que para a(o) profissional obstetra as gestantes têm feito muitas exigências no pré-parto e parto, as quais não seriam justas com a(o) médica(o), pois estariam ferindo sua autonomia como profissional. Além disso, há tentativa de minimizar as narrativas sobre *violência obstétrica* na generalização de todos os procedimentos praticados pela(o) médica(o) obstetra como sendo possíveis violências. Assim sendo, os discursos de *violência obstétrica* relatados pelas mulheres deveriam ser vistos com cautela, já que a situação real da assistência à gestante não seria exatamente como se vê nos relatos, que se configurariam como casos isolados. Há uma recusa em admitir que a *violência obstétrica* possa ser constituir em prática comum nos partos, pois o discurso das(os) médicas(os) mostra que elas(es) buscam fazer o que é melhor para a gestante e para o

bebê. Infere-se, deste discurso, que a imagem construída pela(o) obstetra da mulher/gestante é a de mulher que vai contra tudo que a(o) profissional recomenda durante o parto e que entende toda ação e procedimento realizado como violência.

O “eu”, neste discurso, constrói-se a partir da imagem de alguém que põe em xeque a prática de *violência obstétrica* pela(o) profissional obstetra, como se a violência fosse a exceção nos atendimentos e não a regra como é descrito nos relatos das mulheres e difundido pela mídia. Já a imagem do “tu” é construída como alguém que está inserido no contexto de parto e, por essa razão, o discurso é organizado no sentido de convocar o interlocutor a se identificar com o que é dito nesta instância de discurso sobre a assistência à mulher, já que o lugar discursivo que se constrói para os relatos da(o) médica(o) é de uma entrevista realizada por uma profissional da enfermagem, situação que também contribui para a construção dessa imagem do “tu”.

A obstetrícia é construída a partir da imagem que o “eu” faz do “ele” como sendo uma profissão que tem evocado, neste discurso, o sentimento de injustiça tendo em vista que a paciente não autoriza a realização de determinados procedimentos considerados necessários pela(o) médica(o), além de considerar as decisões da(o) profissional como *violência obstétrica* e, por essa razão, “eu não concordo com esta Obstetrícia”.

Quando as mulheres relatam as experiências vividas no pré-parto e parto e as(os) médicas(o) falam sobre a assistência à gestante, eles utilizam um direito inalienável “falar é usar ‘eu’, e usar ‘eu’ é reconhecer-se mutuamente o direito à fala, a propósito do qual, evidentemente, ninguém pede contas” (DUFOUR, 2000, p. 77).

III.III.I - “Hoje, quem manda é a paciente”

(Entrevista com médica(o) - Excerto 2)

Hoje, quem manda é a paciente, você não tem reconhecimento, a maior dificuldade minha é com o acompanhante, porque ele hoje sabe mais do que o médico, pesquisa na

internet. Então ele chega e determina o que deve e o que não deve ser feito e isso me traz muito desgosto, ter que trabalhar com esse tipo de paciente (Méd. 1).

O discurso parece imputar à mulher uma suposta posição de poder que atualmente elas possuem em relação às decisões sobre o parto, como pode ser verificado em “Hoje, quem manda é a paciente”. Além disso, o discurso sugere que esse poder de decisão da mulher não acontecia em tempos passados, dessa forma, quem mandava nos partos eram as(o) médicas(os). Esse “hoje”, que equivale há “nos dias atuais”, diz respeito ao tempo cronológico a que o discurso faz referência, que só pode ser identificado no enunciado a partir do aqui-agora do locutor que se propõe como sujeito do discurso ao dizer “eu” a um “tu” nesta instância de discurso particular. Dessa forma, o “hoje” do “eu” se torna o “hoje” do “tu” quando este se torna “eu” na comunicação intersubjetiva. Neste discurso, a imagem que o “eu” faz do “ele” é o de alguém que ocupa um lugar de poder na relação médica(o)-paciente sendo protagonista nas decisões sobre o parto, pois “Hoje, quem manda é a paciente”. Ademais, o discurso constrói uma oposição entre o “hoje” e o “ontem”, em que, no passado, a(o) médica(o) tinha o controle sobre o parto sem ser questionada(o), mas “hoje” o controle e decisão são da parturiente. Na relação intersubjetiva médica(o)-paciente, neste discurso, a mulher é detentora do poder em relação aos procedimentos que devem ser feitos em seu corpo e que devem ser acatados pela(o) médica(o), este tendo o papel de coadjuvante no parto, estando a mercê das decisões que a mulher tomar.

Além disso, o discurso evoca o sentimento de desgosto em relação a como o profissional é tratado atualmente, pois “você não tem reconhecimento”. O uso de “você”, nesta instância de discurso, equivale a uma espécie de indeterminação do sujeito, qualquer um da classe médica. Ademais, há marca de subjetividade que pode ser identificada mais explicitamente em “minha” quando “a maior dificuldade minha é com o acompanhante, porque ele hoje sabe mais do que o médico, pesquisa na internet”. A imagem do “acompanhante”, neste discurso, é construída como alguém não desejado durante o atendimento médico à paciente, já que o acompanhante seria um dos

responsáveis por questionar os procedimentos e decisões médicas, pois “ele hoje sabe mais do que o médico”. O uso de ironia serve como recurso, neste discurso, para desacreditar e menosprezar o conhecimento do acompanhante, porque ele “pesquisa na internet”, enquanto que a(o) médica(o) possui o verdadeiro saber. Isto posto, o léxico “hoje” mais uma vez é utilizado como forma de ratificar que, há alguns anos, esses questionamentos e intervenções não eram realizados pelos responsáveis em acompanhar a gestante, nem pela mulher.

O discurso revela um suposto poder do acompanhante nas combinações realizadas entre o “ele” e o uso do imperativo em “chega”, “determina”, “deve ser feito”, que evocam um sentimento de “muito desgosto” sobre a profissão do obstetra em “ter que trabalhar com esse tipo de paciente”, ou seja, com pacientes e acompanhantes que ousam questionar a conduta e o saber médico.

O discurso sobre não ter direito à voz evoca outros discursos conforme identificado no capítulo I⁴⁹ em que os discursos das mulheres sinalizam para as dificuldades que encontram em serem ouvidas no momento de dor e vulnerabilidade em situações de violência reconhecidas. Declaram não terem voz “diante das normas e regras que lhe são impostas pela instituição hospitalar, sendo necessário alguém para falar por elas nesse instante” (OLIVEIRA, 2016, p. 68). Ao utilizar essas combinações na frase em “esse tipo de paciente” está subentendido que o discurso se refere tanto aos acompanhantes quanto às mulheres questionadoras, que estudam sobre o trabalho de parto e parto, que não aceitam passivamente as indicações médicas, que se colocam como protagonistas e não como coadjuvante nas decisões sobre o parto e, por isso, é construído via discurso um efeito de distanciamento entre médica(o), acompanhante e paciente no uso de “esse tipo de gente”. Ademais, o discurso evoca outros discursos relacionados aos questionamentos feitos pelas mulheres e pelos acompanhantes, pois “quando questionada, a equipe médica parece ter sido desafiada em sua autoridade e

⁴⁹ Ver capítulo I; subcapítulo I.II; “Aqui a gente não tem voz”, p. 28.

isso pode gerar uma contrarresistência ainda mais violenta do que quando a mulher fica mais passiva” (SAMPAIO et. al, 2019, p. 06)⁵⁰.

O discurso analisado em nenhum momento faz menção à *violência obstétrica*, mas somente a como o profissional tem sido questionado em sua profissão. Dessa forma, o discurso sugere um efeito de distanciamento na relação médica(o)-paciente quando esta procura ser protagonista do parto e ter participação ativa em todas as decisões.

Neste discurso, a imagem construída do “eu” é de alguém que está insatisfeito com a profissão, pois seu conhecimento e sua conduta são colocados em questão pela paciente e pela(o) acompanhante. A imagem do “tu” é construída como alguém que autoriza a dizer o que se diz e da maneira que se diz, pois o interlocutor é alguém que está familiarizado com a rotina médica e com as relações entre médica(o) e paciente, por isso, alguns termos cunhados nesta instância de discurso talvez não fossem utilizados em outro lugar, pois trata-se de um espaço discursivo construído em uma situação de entrevista por um profissional da saúde. Já a imagem do “ele” é construída como alguém que está à frente das decisões, que possui autoridade para decidir o deve ou não ser feito no parto, desrespeitando a equipe médica e as decisões dos profissionais de saúde.

III.III.II - “É um pessoal difícil de trabalhar”

(Entrevista com médica(o) - Excerto 3)

É um pessoal difícil de trabalhar, porque não faz um pré-natal direito, e chega exigindo. Algumas relações são difíceis, são mulheres que não querem escutar o que a gente fala, não ajudam no parto e são despreparadas, tem gestante que não deixa fazer o toque, começa a brigar na hora do parto, deita no chão, não faz o que precisa, morde, unha as enfermeiras, que estão ajudando (Méd. 7).

⁵⁰ Ver capítulo I, subcapítulo I.I - *Violência obstétrica*: entendendo os primeiros usos da expressão, p. 20.

Todo o discurso é organizado para a construção do sentido de que a gestante faz de tudo para atrapalhar o atendimento médico tornando difícil a relação médica(o)-paciente, isso pode ser verificado a partir da imagem que o “eu” constrói nesta instância de discurso particular do “ele” como sendo “um pessoal difícil”, “não faz um pré-natal direito”, “chega exigindo”, “não querem escutar o que a gente fala”, “não ajudam no parto e são despreparadas”, “tem gestante que não deixa fazer o toque”, “começa a brigar na hora do parto”, “deita no chão”, “não faz o que precisa”, “morde”, “unha as enfermeiras”. O discurso cria uma imagem das gestantes que não cooperam para que o parto tenha uma boa evolução, pois “não ajudam na hora do parto e são despreparadas”, ou seja, são as(os) médicas(os) que precisam realizar o parto sozinhas(os), tendo em vista que as mulheres “não querem escutar o que a gente fala”. O discurso, ao trazer “a gente”, indica que outras(os) médicas(os) também passam pela mesma situação, já que esse “a gente” se refere a “nós”, isto é, uma “*junção* entre ‘eu’ e o ‘não-eu’” (BENVENISTE, 1976, p. 256, grifo do autor). Isso significa que “em ‘nós’ é sempre o ‘eu’ que predomina, uma vez que só há ‘nós’ a partir de ‘eu’ e esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente” (Ibid., 1976, p 256). Dessa forma, o discurso busca acionar a categoria a se identificar com o que está sendo dito, além disso, “a gente” produz sentido em torno dos profissionais como aqueles que trabalham para que o parto ocorra da melhor maneira.

A subjetividade é construída, neste discurso, a partir dos arranjos feitos pelo locutor que se propõe como sujeito dizendo “eu” a um “tu” nesta instância de discurso, ainda que esse “eu” não esteja projetado explicitamente no enunciado, mas que pode ser verificado no uso de “a gente” que equivale a um “nós” (“eu” mais o “não-eu”).

Verifica-se neste discurso que o significado de violência é construído a partir da atitude da mulher que se recusa a fazer o que a(o) médica(o) solicita, dessa forma, a imagem do “ele” é construída como aquela que não obedece às indicações médicas dificultando o trabalho da(o) profissional e tornando a relação médica(o)-paciente, muitas vezes, difícil. Já a imagem construída do

“eu” é de alguém que está insatisfeito com as atitudes e exigências feitas pela mulher, já que esta não aceita realizar os exames e procedimentos considerados neste discurso necessários para um bom desenvolvimento do trabalho da(o) obstetra. A imagem do “tu” é construída como alguém que entende que os exames solicitados à gestante são necessários para que a(o) médica(o) possa desempenhar um bom trabalho, isto é, o “tu” conhece os processos que envolvem gestação e parto. Ao construir essa imagem, o “eu” constrói uma relação de reciprocidade com o “tu”, tendo em vista tratar-se de uma profissional da área da saúde.

Dito isso, percebe-se que neste discurso não há menção à *violência obstétrica*, mas se inverte o lugar do agressor atribuindo à mulher as violências durante o parto contra a equipe de assistência. Dessa forma, percebe-se o que afirma Dufour, ao dizer que “[...] o campo social é o lugar onde lutam indivíduos que se constituem em grupos, em cliques, em clãs, em classes, para a apropriação do ato de fala que, com sua magia, entra no mundo antes de todo controle” (DUFOUR, 2000, p. 82) para reclamarem suas posições na sociedade.

III.III.III - “Adquiri a fama de carrasco”

(Entrevista com médica(o) - Excerto 4)

Eu tenho tido desilusões por eu querer fazer uma coisa e as mulheres preferirem outras, tem uma cidade que eu trabalhei que eu adquiri a fama de carrasco, que não faz cesárea e deixa a mulher sofrer até esgotar (Méd. 8)

A entrevista inicia com a marcação explícita do locutor se propondo como sujeito no uso da primeira pessoa dizendo “Eu tenho tido desilusões” na tentativa de aproximar o interlocutor do que está sendo dito, essa marcação explícita se repete ao longo do discurso em “eu querer fazer uma coisa”, “cidade que eu trabalhei” e “que eu adquiri a fama de carrasco”. Ainda, o discurso marca a posição do médico em relação às escolhas feitas pelas

mulheres acerca do parto, evocando o sentimento de desilusão “por eu querer fazer uma coisa e as mulheres preferirem outras”. A “desilusão”, neste discurso, está ligada ao fato de as mulheres não aceitarem como única a alternativa dada pelo médico sobre o parto e, por essa razão, acabam por “preferirem outras”, resultando no descontentamento do profissional obstetra. Ademais, o uso de “tenho tido” sinaliza para que as “desilusões” são constantes em relação às divergências entre médico e paciente, além de marcar o tempo passado do discurso que só é possível a partir do tempo linguístico, o presente da enunciação. Ao mesmo tempo em que o discurso constrói as pessoas discursivas “eu”-“tu” e “ele”, constrói o espaço e o tempo da enunciação e, a partir disso, os elementos do discurso são organizados e combinados em relação ao “eu” em sua relação espaço-temporal.

Além disso, o discurso menciona a imagem construída do profissional pelas mulheres em “uma cidade que eu trabalhei” “eu adquiri a fama de carrasco”. Neste discurso, pode ser verificado em “uma cidade” o espaço social onde ocorreram os fatos narrados, no entanto, esse espaço não é especificado criando um efeito de distanciamento da cidade que não merece ter o nome revelado ou ainda para que o interlocutor não identifique o local exato e, com isso, não tenha onde buscar informações sobre as condutas do médico. A “fama de carrasco”, neste discurso, relaciona-se diretamente à escolha da via de parto feita pelo médico, já que ele “deixa a mulher sofrer até esgotar”, ou seja, o parto normal estaria ligado ao sofrimento, a algo ruim e que seria resolvido com a escolha de uma outra via de parto, a cesariana, mas o médico “carrasco” “não faz cesária”. Ademais, o uso do léxico “carrasco” também está ligado ao conflito causado pela divergência na escolha de determinado procedimento feito pelo médico em “querer fazer uma coisa”, mas as mulheres “preferirem outras”, isto é, ao não respeitar a escolha da mulher como por exemplo a via de parto, faz com que o profissional ganhe a “fama de carrasco, que não faz cesárea e deixa a mulher sofrer até esgotar”.

Vê-se que em nenhum momento o discurso menciona a *violência obstétrica*, mas a imagem do médico se constrói a partir da dificuldade de

escutar as pacientes, de tentar chegar a um meio termo. Há frustração quando o médico percebe que suas decisões não são bem aceitas. Há certamente uma atitude autoritária por parte dele, talvez um desencadeador de violências, em razão disso, é construída a imagem do médico “carrasco”, que traz consigo todo um valor semântico de crueldade, de tortura e de desumanidade, o que pode ser verificado na passagem “deixa a mulher sofrer até esgotar”. As combinações feitas no discurso revelam que, apesar do médico entender que a paciente deseja outro procedimento, diferente do escolhido pelo profissional, este não cede e mantém suas decisões, em consequência disso, “adquiri a fama de carrasco”.

Neste discurso, a imagem construída do “eu” se refere a alguém que é irredutível em suas decisões, ainda que isso lhe atribua a fama de “carrasco” por deixar “a mulher sofrer até esgotar”. Já a imagem do “tu” se constrói como alguém a quem se pode falar sobre suas posições sem ser designado como “carrasco”, mas sim como alguém que faz o trabalho da maneira que acredita ser a mais adequada para a paciente. Percebe-se que o discurso é organizado em torno da imagem que o “eu” faz do “ele” no que tange à relação médica(o)-paciente e às decisões sobre o parto. Neste discurso, a imagem da mulher é construída como a paciente que não aceita passivamente as orientações médicas. Há um embate entre os discursos das mulheres e das(os) médicas(os) em relação aos procedimentos, no entanto, “meu alocutário pode, de todas as maneiras imagináveis, contestar meus ditos [...], pois terá sentido a necessidade, para contestar meus ditos, de afirmar que eu os proferi enquanto ‘eu’” (DUFOR, 2000, p. 83). Ao fazê-lo, ratifica o fato de que o dito é possível.

III.III.IV - “Eu não sou amigo, sou um médico extremamente sério”

(Entrevista com médica(o) - Excerto 5)

Você é ameaçado muitas vezes pela paciente e pelo acompanhante, tem pacientes que agredem não só verbalmente, tem uma situação em que a avó do bebê empurrou a médica. A função do acompanhante não é a de curiosidade, é um tal de meter o dedo na

conversa dos outros. Eu não sou amigo, sou um médico extremamente sério, não gosto de brincadeira em nenhum momento (Méd. 6)

A entrevista inicia com a seguinte construção “Você é ameaçado muitas vezes pela paciente e pelo acompanhante”, “você”, neste discurso, é usado como uma tentativa de indeterminação do sujeito, ou seja, qualquer um na posição de médica(o) é ameaçada(o).

O discurso revela a imagem construída da(o) acompanhante da paciente pelo “eu” como alguém curioso e que acaba interferindo no trabalho do médico em “é um tal de meter o dedo na conversa dos outros” como se o acompanhante não fizesse parte da cena enunciativa e, por isso, não estaria autorizado a opinar sobre as decisões médicas na relação médica(o)-paciente. O discurso sobre ter um acompanhante durante o processo de parto e parto evoca outros discursos que também verificaram a importância de ter alguém dando apoio num momento de fragilidade, fazendo com que a parturiente se sinta mais acolhida e confiante, conforme explorado no capítulo I na tese de Letras⁵¹.

Até este momento, o discurso é organizado sem a marcação explícita do sujeito da enunciação, no entanto, há uma mudança radical quando o discurso tenta mostrar a posição do médico em relação à imagem que constrói da paciente em “Eu não sou amigo”, ao utilizar a primeira pessoa o discurso cria um efeito de distanciamento do “ele” ao combinar o “Eu” com “não sou amigo”. O discurso revela a imagem que o “eu” produz de si em “sou um médico extremamente sério”. Dessa forma, neste discurso, “amigo” e “médico” são elementos que não funcionam juntos na assistência médica, ou se é amigo ou se é médico, mas ambos não podem coexistir neste trabalho. Assim sendo, não há espaço para questionamentos sobre suas decisões já que é responsável pelos cuidados à mulher, além de não deixar espaço para uma relação mais afetuosa com a paciente, pois “não gosto de brincadeira em nenhum momento”.

⁵¹ Ver subcapítulo I.III - Tese da área de Letras: reflexões e discussões; Análise Estrutural, p. 31.

O discurso evoca outros discursos quando a assistência médica é tomada como aquela que não deixa margem para relações mais íntimas entre médica(o) e paciente, deixando implícito o que Regis (2016), no capítulo I, nomeou de “A metáfora da mecanização⁵²”, pois há uma desumanização do parto quando os procedimentos tornam-se “mecanizados”, ou seja, se contrapõe à condição humana. Isso corresponde ao que chamaram de “obstetrícia de linha de montagem”, isto é, práticas preestabelecidas e bem definidas no processo “mecanizado” em que o parto está inserido (DINIZ & CHACHAM apud REGIS, 2016, p. 122).

Nas passagens “Você é ameaçado” e “agridem” o discurso revela que a violência é rotina no cotidiano de trabalho, pois o discurso utiliza o verbo no presente para identificar ao interlocutor o momento das agressões, ademais utiliza o verbo flexionado no passado em “empurrou” indicando que as agressões aconteceram também num outro momento. Ao fazer esse deslocamento entre passado e presente, podemos identificar no discurso a construção da tríade pronominal, pois o tempo linguístico é construído a partir do “eu” retrospectivamente e prospectivamente sinalizando a que tempo o discurso se refere. Este tempo será acolhido pelo “tu” na comunicação, além disso, o “ele” é construído discursivamente ao mesmo tempo em que o “eu” e o “tu”.

O tempo passado e a subjetividade podem ser verificados mais explicitamente neste discurso no uso do verbo empurrar no pretérito perfeito “empurrou”. O locutor, ao enunciar-se, está construindo em seu discurso o tempo e o espaço da enunciação, que serão atualizados a cada vez que o outro tomar a palavra e enunciar-se como “eu” numa instância de discurso.

Isto posto, a *violência obstétrica* não é mencionada no discurso, sugerindo que as agressões partem da paciente e não da(o) médica(o). O discurso inverte a posição daquele que pratica a violência durante o parto numa tentativa de construir uma imagem do “ele” como alguém agressivo, pois

⁵² Ver subcapítulo I.III - Tese da área de Letras: reflexões e discussões. Análise estrutural, p. 33.

“tem pacientes que agridem não só verbalmente, tem uma situação em que a avó do bebê empurrou a médica”. Essa inversão de quem pratica a violência parece sinalizar para uma tentativa de desconstruir a imagem do “eu” (médica(o)) como única(o) responsável pela violência no parto, transferindo a responsabilidade para a mulher. A imagem construída do “tu” é de alguém que tem familiaridade com o que é dito no discurso, pois se usa da informalidade para designar a postura do acompanhante. Devido a essa cumplicidade entre “eu” e “tu”, torna-se possível dizer o que se diz sobre o “ele”.



Neste capítulo, buscamos traçar os três eixos que deram suporte para a realização das análises, bem como empreendemos análises pelo viés enunciativo de cinco comentários de mulheres e cinco entrevistas com médicas(os) obstetras com o intuito de verificarmos como esses dois grupos significam a *violência obstétrica*. Verificamos que os dois grupos significam a violência obstétrica de maneiras diferentes, já que os discursos das mulheres ressignificam a violência sofrida como “terror”, “medo”, “horror” que anula qualquer possibilidade de querer engravidar novamente, tendo em vista a experiência negativa que tiveram durante o trabalho de parto e parto (Comentários 01, 03 e 04). No discurso médico, a *violência obstétrica*, quando mencionada, não é entendida como rotina no atendimento à paciente e ao bebê, pois muitos fatores estão envolvidos no trabalho de parto e parto e, por isso, é maior “do que um caso” (Entrevista 01). A seguir, passamos para as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender como a *violência obstétrica* é significada nos discursos de mulheres e de médicas(os) obstetras. Para tanto, realizamos leituras de trabalhos que se dedicaram a estudar o tema a partir de questões de linguagem e delineamos os aspectos da teoria de Benveniste que serviram de apoio teórico-metodológico para o empreendimento das análises. A seguir, retomamos de forma breve os capítulos deste trabalho.

No Capítulo I, apresentamos a origem e os primeiros usos da expressão *violência obstétrica*, com isso, entendemos que, para se debater sobre qualquer assunto/tema, é preciso nomeá-lo. Dessa forma, surge uma necessidade social da inclusão no sistema linguístico de uma expressão que designasse a violência praticada pela(o) profissional de saúde (obstetra). Os discursos das mulheres e das(os) médicas(os), por exemplo, estão carregados de valores oriundos da cultura dessa comunidade, no entanto, por ocuparem posições diferentes na sociedade, seus discursos podem produzir sentidos diferentes para um mesmo tema, como a *violência obstétrica*, na medida em que “o privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 66).

Traçamos um percurso de leitura de duas teses que pudesse demonstrar as diferentes abordagens realizadas pelas autoras ao trabalharem com vertentes diferentes da Análise de Discurso e, a partir disso, apresentamos as reflexões e discussões realizadas nos trabalhos. Em seguida, verificamos os resultados encontrados sobre a *violência obstétrica* e, posteriormente, essas discussões serviram para enriquecer algumas reflexões feitas neste trabalho.

Verificamos o tema sendo proposto numa perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), tendo como aporte teórico-metodológico Fairclough (1999; 2003) com apoio na teoria de Michel Foucault (2012) e a Análise de

Discurso, tendo como aporte teórico-metodológico as reflexões de Michel Foucault (2005; 2008; 2009), Bourdieu (2010) e Maffesoli (1987). Ainda que as teses tenham utilizado teorias diferentes da proposta neste trabalho, elas auxiliaram em algumas reflexões feitas nas análises desta dissertação, o que nos permitiu realizar reflexões acerca dos resultados encontrados nas teses e nesta pesquisa.

No Capítulo II, discorremos acerca da teoria de Émile Benveniste dos *PLG I* e *PLG II*, os quais serviram de suporte para a construção teórica-metodológica que deram subsídios para as reflexões feitas nas análises dos dados. Conforme avançávamos na teoria de Benveniste, constatamos um potencial pragmático, no sentido de tematizar acerca das estruturações das relações interpessoais. Verificamos que para além de questões linguísticas *stricto sensu*, a obra nos proporciona olhar para como a língua atualizada em discurso pelo locutor que diz “eu” a um “tu” sobre um “ele” atua na sociedade. Trata-se, dessa forma, não apenas da atualização das categorias linguísticas, mas também da experiência humana.

A potencialidade pragmática da teoria de Benveniste foi muito bem explorada por Dufour (2000), já que, a partir da tríade natural “eu-tu/ele”, o autor amplia a discussão sobre o uso dos pronomes relacionando-os com a organização da vida em sociedade e mostrando o que está em jogo “*quando um sujeito fala, ele diz ‘eu’ a um ‘tu’, a propósito d’‘ele’*” (Dufour, 2000, p. 69, grifos do autor). Nessa relação trinitária, Dufour (2000) procura entender o que acontece na sociedade quando a comunicação é realizada pelos indivíduos e os desdobramentos que daí resultam.

Procuramos buscar em Benveniste um teórico da linguagem que se ocupa não só de questões puramente linguísticas, mas de questões que envolvem a cultura e a sociedade, já que o homem nasce na cultura de uma sociedade. A partir disso, tentamos traçar uma trajetória do pensamento benvenistiano no que tange ao uso da língua e aos sentidos que daí resultam, bem como a suas implicações na sociedade, dito de outra forma, como os

discursos das mulheres e das(os) médicas(os) sobre a *violência obstétrica* tecem as relações interpessoais entre as mulheres e a equipe médica em nossa cultura, em nossa sociedade.

Assim sendo, nossa trajetória neste capítulo foi realizada no sentido de explorar elementos da teoria de Benveniste que nos dessem suporte para compreendermos como as mulheres e médicas(os) significam a *violência obstétrica* em seus discursos a partir da análise dos comentários e dos excertos de entrevistas selecionados. Para tanto, partimos do discurso para entender o sentido global dos comentários e das entrevistas, passando pelos aspectos formais da língua que deram suporte para a produção de sentidos em torno da expressão *violência obstétrica* nos discursos das mulheres e médicas(os). Assim sendo, é por esse engendramento de formas produtoras de sentidos, ou seja, pelo modo como as formas se sintagmatizam para produzirem sentidos que podemos verificar (Knack, Silva e Oliveira, 2019, p. 516) a significação construída pelas mulheres e médicas(os) a partir de seus discursos.

Já o Capítulo III foi dedicado a explicarmos a metodologia utilizada nas análises, a qual foi sendo tecida ao longo do Capítulo II. Além disso, foram realizadas as análises dos dados sob uma perspectiva enunciativa, que levou em conta as categorias de pessoa, tempo e espaço. A seguir, discutiremos acerca do que foi possível verificar nas análises.

*

Foi possível verificar que a *violência obstétrica* ganha sentidos outros daqueles pré-estabelecidos em Leis que tipificam tal prática. Como pode ser observado na descrição feita por Tesser et. al. (2015), a expressão descreve diferentes formas de violência durante as atividades dos profissionais de obstetrícia, tais como: a violência física, psicológica e verbal, a não autorização da parturiente à alimentação durante o trabalho de parto, não aplicação de

anestesia em procedimentos cirúrgicos, bem como procedimentos desnecessários como a episiotomia, a manobra de Kristeller, a tricotomia, a aplicação de ocitocina e a proibição de um acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto. No entanto, essa delimitação do que é a *violência obstétrica* descrita por Tesser et. al. (2015) não abrange de fato todos os sentidos que passar por essa experiência pode alcançar, conforme pode ser observado nos relatos.

A análise dos dados selecionados nos permitiu entender que a *violência obstétrica* é significada de formas diferentes pelas mulheres e pelas(os) médicas(os) obstetras. Começamos por observar os significados encontrados nos discursos das mulheres e, posteriormente, nos discursos das(os) médicas(os).

Os discursos das mulheres revelam que a *violência obstétrica* é considerada uma prática rotineira entre os profissionais da saúde, já que, nos comentários, é possível identificar as diferentes formas de violência sofridas por elas. Com isso, a partir dos arranjos realizados na sintagmatização, das combinações e escolhas feitas pelas mulheres no discurso, verificamos como elas constroem o sentido de *violência obstétrica*, que se relaciona às práticas médicas no processo de parto e parto, as quais são significadas, nos discursos, como práticas violentas.

De acordo com o exposto nas análises, podemos perceber um embate entre os discursos das(os) médicas(os) e das mulheres, pois ambos significam de maneiras diferentes a *violência obstétrica*. Nos discursos das mulheres, a *violência obstétrica* é ressignificada como experiência de “terror”, de “medo”, de “horror” que anula qualquer possibilidade de querer engravidar novamente, tendo em vista todas as violências sofridas (Comentários 01, 03 e 04). Além de serem submetidas a agressões verbais que revelam o sentido de crueldade quando a equipe de assistência debocha da paciente, ao mandar ela “calar a boca”, ao utilizar palavras e frases com ironia para se referir à mulher. Ademais, a violência física é significada através da reconstrução discursiva dos procedimentos realizados durante o parto e que, segundo testemunham,

deixam sequelas na mãe e no bebê, tais como: “em ambos [partos] sofri violência!”, “sofri o corte sem anestesia”, “minha filha nasceu prematura e teve sofrimento respiratório” “além de lacerar minha parede interna vaginal [pelo uso do fórceps]”, “meu bebê teve pequenos cortes na cabeça”, “fui cortada e costurada sem anestesia nenhuma”, “meu caçula nasceu sem oxigênio”, “tive q fazer força sem contração”, “empurraram minha barriga”, “tirou como se fosse um animal o meu bebê” deixando-o com “um lado do rosto inchado e vermelho”, “7 anos se passaram do dia em que sofri violencia obstetrica”, “2555 dias me separam daquela lembranca triste e dolorosa”, esses são apenas alguns exemplos que foram explorados nas análises e que auxiliaram na construção da significação da *violência obstétrica* (Comentários, 01, 02, 03, 04 e 05). Nos exemplos expostos, podemos entender que o sentido de *violência obstétrica*, em cada instância de discurso analisada, revela situações e percepções que vão além das descrições feitas por leis que tipificam os procedimentos violentos.

Já nos discursos das(os) médicas(os), a *violência obstétrica* é mencionada, quando o é, no intuito de desqualificá-la ou de negá-la, pois para as(os) profissionais os procedimentos realizados e as condutas adotadas estão de acordo com o que aprenderam na academia e são tidos como práticas normais e rotineiras. Ademais, os discursos constroem a imagem de um(a) profissional que está atuando para o bem-estar da paciente e do bebê, por isso suas decisões não deveriam ser questionadas pelas pacientes e acompanhantes. Além disso, essas intervenções evocam o sentimento de desgosto na profissão, porque “a gente tá aqui para fazer o melhor”, no entanto, “Hoje qualquer coisa que você faz com a paciente pode ser encarado como violência obstétrica” (Entrevista 01). Isto posto, no discurso médico, a *violência obstétrica* não é entendida como rotina no atendimento à paciente e ao bebê, pois muitos fatores estão envolvidos no trabalho de parto e parto e, por isso, é maior “do que um caso” (Entrevista 01).

Há recusa em reconhecer que a *violência obstétrica* existe e é comum nos partos. Antes disso, o discurso busca criar uma imagem da mulher que tem

um suposto poder de decisão no parto, que é a responsável pelas agressões verbais e físicas, que não coopera no parto, como pode ser visualizado em: “Hoje, quem manda é a paciente”, “é um pessoal difícil de trabalhar”, “não faz pré-natal direito” e, além disso, “chega exigindo”, “começa a brigar na hora do parto”, “deita no chão”, “não faz o que precisa”, “morde”, “unha as enfermeiras”, “Você é ameaçado muitas vezes pela paciente e pelo acompanhante”, “tem pacientes que agredem não só verbalmente, tem uma situação em que a avó do bebê empurrou a médica”, “Hoje qualquer coisa que você faz com a paciente pode ser encarado como violência obstétrica” (Entrevistas 01, 02, 03, 05).

Percebemos, dessa forma, que a *violência obstétrica* ganha sentidos diferentes no discurso das mulheres e das(os) médicas(o) a partir dos arranjos feitos no discurso que atribuem significados diferentes para um mesmo tema. Com isso, entendemos que o discurso das mulheres revela uma posição de quem luta por mudanças na realidade do parto ao propor a mobilização em redes sociais, desmistificando o tabu em torno do tema e alertando acerca da *violência obstétrica*. Vemos a tríade “eu-tu/ele” trabalhando na organização discursiva e, portanto, na organização das relações interpessoais, possibilitando, assim, mudanças em como o parto é visto e tratado culturalmente. O discurso médico sinaliza para a recusa no uso da expressão *violência obstétrica*, pois o léxico “violência” carrega um valor cultural que inclui maus tratos físicos e/ou emocionais e negligência que culminam em danos para a vítima. Assim sendo, não poderia esse léxico ser atrelado à obstetrícia, já que os profissionais se dedicam a ajudar e fazer o melhor para a gestante e para o bebê.

O discurso das(os) médicas(os) obstetras revela a negação da prática de violência na rotina de trabalho, não identifica sua conduta, decisões e procedimentos como atos violentos. Além disso, o discurso aponta para o descontentamento das(os) profissionais com o uso dessa expressão, pois elas(es) trabalham para o bem-estar da mulher e do bebê, por isso falar em *violência obstétrica* causa desgosto em alguns profissionais.

Este trabalho buscou compreender o significado da *violência obstétrica* a partir de uma análise enunciativa com o intuito de entender as ressignificações produzidas nos discursos de mulheres e médicas(os) obstetras. Em consequência disso, verificamos a importância de um espaço de discussão onde as mulheres podem enunciar e ressignificar suas experiências sobre a *violência obstétrica*. O *facebook* se mostrou um relevante espaço de enunciação, onde o “eu” escreve a um “tu” sobre o “ele” e, com isso, convoca outras mulheres a se subjetivarem e compartilharem sua experiência de *violência obstétrica*, levando o tema ao conhecimento de mais mulheres. Assim sendo, “a utilização do ciberespaço se configuraria como um espaço de continuidade da reivindicação de direitos reprodutivos, neste caso, de enfrentamento à violência obstétrica” (SENA e TESSER, 2016, p. 210). É por meio do discurso posto em ação, que essas mulheres ao constituírem-se como sujeitos de linguagem, buscam entrar nessa disputa discursiva e colocar em voga esse tema tão sensível e doloroso. É trazendo esse tema para discussão que se está mais próximo ou a caminho de uma mudança cultural e institucionalizada sobre esse tipo de violência.

Também é possível se observar a necessidade de revisão das condutas médicas e dos procedimentos realizados durante o trabalho de parto e parto, pois não mais satisfazem o contexto de luta das mulheres por condições humanizadas no tratamento das gestantes. Acreditamos que as mudanças poderiam começar em uma tentativa de aliar os procedimentos médicos e hospitalares a um atendimento que considere o momento único do parto, alterando a rotina de violência e buscando aquela de empatia com a mulher. A *violência obstétrica* é “reconhecida como uma forma de violência contra a mulher e um grave problema social, político e público” (SENS e STAMM, 2019, p. 02). Por isso, há necessidade de se repensar a assistência ao parto num contexto mais amplo, levando-se em consideração esse grave problema social e cultural.

Este trabalho apresentou apenas uma ideia da fortuna obra de Benveniste que ajuda a iluminar estudos da linguagem em diferentes

contextos. A análise deste tema específico - a *violência obstétrica* - elucida como os linguistas podem contribuir na interlocução sobre problemas existentes na sociedade. Ademais, essas são apenas algumas considerações que foram possíveis serem observadas a partir das análises realizadas, mas não se esgotam nestas páginas outras ressignificações para a *violência obstétrica* no uso que os falantes fazem da língua, pois o discurso é a língua em atividade, que produz efeitos na realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Janaína Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, p. 79-92, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2011.v15n36/79-92/>> Acesso em 13 mar. 2021.

ANDRADE, Briena Padilha; AGGIO, Cristiane de Melo. **Violência obstétrica: a dor que cala**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf> Acesso em 11 mar. 2021.

ARESI, Fábio. **Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação**. Revel, v. 9, n. 16, 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Ed. Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

BÖETTGE, Suelen Aires; CAMPO, Louise Ariane da; PERES, Carolina Alves. **A ausência de um lugar enunciativo para as mulheres em O Conto da Aia: uma análise benvenistiana**. Periódico Cadernos do Instituto de Letras, nº 61, p. 40-60 (2020). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/103231>> Acesso em 10 out. 2021.

BRAIT, Beth. **Enunciação e intersubjetividade**. Revista Letras, nº 33, p. 37-50, (2006). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11922>> Acesso em 18 out. 2020.

CARDOSO, Ferdinand José da Costa, et al. **Violência obstétrica institucional no parto**: percepção de profissionais da saúde. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v. 11, n. 9, 2017. p. 3346-3353. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/issue/view/1990>> Acesso em 15 mar. 2021.

CAVALHEIRO, J. dos S. (2006). **A relação de alteridade entre as personagens de A metamorfose**. DLVCV - Língua, Linguística & Amp; Literatura, 4(1). Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/view/7490>>. Acesso em 15 set. 2021.

COSTA E SILVA, Carmem Luci; ENDRUWEIT, Magali Lopes. **O oral e o escrito sob o viés enunciativo**: reflexões metodológicas. ReVEL, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em <www.revel.inf.br> Acesso em 06 jul. 2021.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Press, 2006.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Enunciação e semiótica**. Revista Letras, nº 33, p. 69-97, (2006). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11924>> Acesso em 18 out. 2020.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. (org.). **O sentido na linguagem**: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

GRANTHAM, Marilei Resmini. **Da releitura à escritura**: um estudo da leitura pelo viés da pontuação. 340 fls. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2001. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2277>>. Acesso em: 04 out. 2021.

KNACK, C., SILVA, C. L. da C., & OLIVEIRA, G. F. (2019). **A potencialidade da teoria da linguagem benvenistiana para o estudo da relação língua-indivíduo-sociedade**: o caso dos estrangeirismos no português brasileiro contemporâneo. Calidoscópico, 17(3), 513–527. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.173.06>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

Lei Nº 11.108, de 07 de Abril de 2005. **Do Subsistema de Acompanhamento durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Lei Nº 3385, de 27 de julho de 2018. **Dispõe sobre a implementação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado do Tocantins.** Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-3385-2018-to_365587.html> Acesso em: 28 jul. 2021.

Lei Nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017. **Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC09E88E486EE2C6AC480F5277D5BCDB.proposicoesWebExterno1?codteor=1574562&filena me=Avulso+-PL+7867/2017#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.097%2C%20DE%2017,no%20Estado%20de%20Santa%20Catarina.>> Acesso em: 28 jul. 2021.

Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. **Gaceta Oficial 38.647.** Acesso em 27 jun. 2021. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_argentina_0842.pdf>

LAPLANTINE, Chloé. **La poétique d'Émile Benveniste.** In: MARTIN, Serge (Org.). *Émile Benveniste: pour vivre langage. Essais pour la poétique.* Mont-de-Laval: L'Atelier du Grand Tétras, 2009.

NEUMANN, Daiane. **A significância e a tradução.** In: OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (Orgs.). *O universo benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia.* Pimenta Cultural, p. 393-411, São Paulo, 2020.

NEUMANN, D., & Rosário, H. M. (2016). **A relação entre língua/linguagem e cultura em Benveniste: uma contribuição para as ciências humanas.** *Letrônica*, s47-s57. Disponível em: < <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2016.s.22367>> Acesso em 24 set. 2020.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira. **O sensível e o Insensível na sala de parto:** interdiscursos de profissionais de saúde e mulheres. 159 fl. Tese (doutorado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. Belo Horizonte, 2016.

PALHARINI, Luciana Aparecida. **Autonomia para quem?** O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. *Cad. Pagu* [online]. 2017, n.49, e174907. Epub Dec 07, 2017. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700490007>>. Acesso em 15 mar. 2021.

PEREIRA et al. **Violência Obstétrica:** ofensa à dignidade humana. *Braz. J. Surg. Clin. Res.* V.15,n.1,pp.103-108, Jun - Ago 2016. Disponível em <<http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/6646>>. Acesso em 15 out. 2020.

PIRES, Vera Lúcia; WERNER, Kelly Cristini G. **A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste.** *Revista Letras*, v. 33, p. 145-160, (2006). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11926>> Acesso em 18 out. 2020.

REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva. **Violência e resistência:** representação discursiva da assistência obstétrica no Brasil em relatos de parto e cartas à/ao obstetra. 2016. 262 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RODRIGUES, Eduardo Alves,; AGUSTINI Cármen; ARAÚJO Érica Daniela de. **A teorização de Émile Benveniste sobre escrita:** (D)o ponto de vista da vida social. *Revista Fragmentum*, n. 56, p. 79-103, (2020). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/48239>> . Acesso em: 02 nov. 2021.

SAMPAIO, Juliana; TAVARES, Tatiana Lopes de Albuquerque; HERCULANO, Thuany Bento. **Um corte na alma:** como parturientes e doulas significam a violência obstétrica que experienciam. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56406, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300210&tlng=pt> Acesso em 12 mar. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SENA, Ligia Moreiras; TESSER, Charles Dalcanale. **Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães:** relato de duas experiências. Interface –

Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, p. 209-220, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000100209&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 12 mar. 2021.

SENS MM, STAMM AMNF. **A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional.** Interface (Botucatu). 2019; 23: e170915 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170915> Acesso em 22 out. 2020.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem.** DELTA vol.34 no.1 São Paulo jan./mar. 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0102-44501108954472384>> Acesso em 23 set. 2020.

Silva, C. L., & Stumpf, E. (1). **O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança.** Revista Desenredo, 8(1). Disponível em <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2642>>. Acesso em 05 dez. 2021.

SILVA, Charles Uilian de Campos. **Da reflexão sobre os pronomes à proposição semiológica da interpretância da língua:** os signos vazios como elo teórico no pensamento de Émile Benveniste. LUME Repositório digital - UFRGS - Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211537>>. Acesso em 26 abr. 2021.

SOUZA, Natália Cristina de Almeida. **Discurso:** em busca da essência do pensamento de Émile Benveniste. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

TEIXEIRA, Marlene. **“A linguagem serve para viver”:** contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.15, n.2, p. 439-456, jul./dez. 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15427>> Acesso em 15 fev. 2021

TEIXEIRA, Marlene; MESSA, Rosângela. **Émile Benveniste:** uma semântica do homem que fala. *In:* Estudos da Língua(gem), v. 13, n. 1. Vitória da Conquista, 2015. p. 97-116. Disponível em < <https://doi.org/10.22481/el.v13i1.1281>> Acesso em: 16 jun. 2021

TEIXEIRA, Marlene; MELLO, Vera Helena Dentee de. **O aposto como marca de intersubjetividade:** uma análise enunciativa. Letras & Letras, v. 29, n. 1 (2013).

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/issue/view/1097> Acesso em 24 set. 2020.

TEIXEIRA, Marlene. **Benveniste**: talvez um *terceiro gesto*? Letras de Hoje, v. 39, nº4, p. 107-120 (2004). Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/search/search?csrfToken=18f76492a51cad67dad7d8e7420ca705&query=Benveniste%3A+talvez+um+terceiro+gesto%3F>> Acesso em 18 out. 2020.

TESSER CD, KNOBEL R, ANDREZZO HF de A, DINIZ SG. **Violência obstétrica e prevenção quaternária**: o que é e o que fazer. Ver. Bras. Med. Fam. Comunidade [Internet]. 2015. Acesso em: 27 jun. 2021. Disponível em: <https://www.rbmfmc.org.br/rbmfc/article/view/1013>

TOLDO, C. S. De Saussure a Benveniste: um percurso teórico para uma leitura crítica na linguística da enunciação. In: NEUMANN, D; DIEDRICH, M. S. (org.). **Estudos da linguagem sob a perspectiva da enunciação**. Passo Fundo: Méritos, 2012. p. 13-43.

VELLOSO AFP, SILVA RMC, CARMONA PAC. **Violência Obstétrica**: Uma ofensa a direitos humanos ainda não reconhecida legalmente no Brasil. [Monografia] Brasília: Centro Universitário de Brasília. 2014. Acesso em 27 jun. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5969/1/20812390.pdf>>

VERNALHA, Hercules Brasil. **Benveniste, a Subjetividade e a Linguagem**. Revista Momentum, v.1, nº 10, (2012). Disponível em: <<http://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/113>> Acesso em 18 out. 2020.

WEIGERT, Thaís. **O lugar epistemológico da não-pessoa no quadro teórico da enunciação**. Letras de Hoje, v. 39, nº4, p. 197-207 (2004). Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/search/search?csrfToken=18f76492a51cad67dad7d8e7420ca705&query=O+lugar+epistemol%C3%B3gico+da+n%C3%A3o-pessoa+no+quadro+te%C3%B3rico+da+enuncia%C3%A7%C3%A3o.>>> Acesso em 18 out. 2020.

WERNER, K. C. G. **A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da enunciação de Benveniste**. Signótica, 18(2), 397-411 (2006). Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sig.v18i2.2794>> Acesso em 23 set. 2020.